

As fontes de Pacheco

Pacheco não admite a mínima contestação ao reino da nova ordem imperialista, modelo de democracia e liberdades que faz as suas delícias e preenche os seus sonhos.



■ José Casanova

Pág. 18

A Europa: rever matéria dada

Política e institucionalmente, lutamos contra o reducionismo federalista. Em vez de harmonização e unificação para todos sermos padronizados, defendemos firmemente a solidariedade e a cooperação entre diferentes.

■ Sérgio Ribeiro

Pág. 19

Petrogal Mais uma luta vitoriosa

Os trabalhadores da Petrogal obrigaram a Administração da empresa a abandonar a sua intransigência negocial que mantinha há mais de 6 meses e a evoluir positivamente nas suas propostas.

■ Delfim Mendes

Págs. 20 e 21



Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 4 de Março de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1318 • Director: José Casanova

1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo

INTERVIR COM EFICÁCIA

A 1.ª Assembleia da ORA, realizada em Évora, «culmina o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos cinco anos entre a Direcção Nacional e as Direcções Regionais de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal, com vista à criação da Organização Regional do Alentejo».

Pág. 5

78.º aniversário



comício 6 março

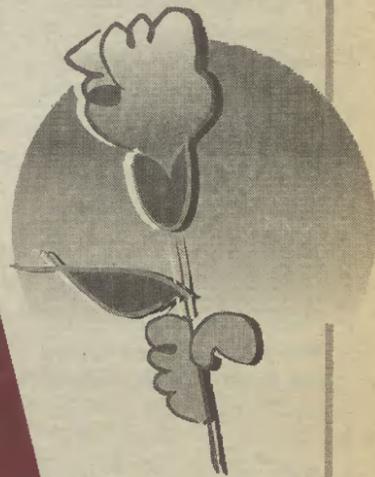
às 16 horas no Pavilhão Carlos Lopes em Lisboa

com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo

Força PCP!

A Esquerda que faz a diferença

CGTP mobiliza para a luta



RESPOSTA GLOBAL AO PACOTE LABORAL

Concentração em Lisboa 25 de Março

Centrais



A 1.ª Assembleia da Organização Regional do PCP do Alentejo realizou-se no domingo

RESUMO

24 Quarta-feira

A CGTP-IN divulga que as dívidas das empresas à Segurança Social aumentaram em 33 milhões de contos nos últimos nove meses ■ A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, é alvo de protestos populares em Coimbra devido à co-incineração de resíduos industriais perigosos ■ O Governo português apoia, pela primeira vez, as propostas originais da Agenda 2000 ■ Em Díli, as milícias integracionistas fazem dois mortos ■ Os albaneses do Kosovo apresentam a formação de um «governo provisório» liderado pela UCK ■ Prosseguem as manifestações curdas na Europa.

25 Quinta-feira

Carlos Carvalhas visita o Barreiro ■ A Assembleia da República suspende o processo de co-incineração, com os votos a favor do PCP, PSD e PP e a abstenção do PS ■ O Tribunal de Contas critica Sousa Franco pelo atraso na reestruturação dos serviços de apoio ■ A imprensa noticia que o Governo ordenou ao SIS uma investigação de fundo à Universidade Moderna ■ O Conselho Nacional da Resistência Maubere sugere à ONU que estude uma modalidade de consulta indirecta aos timorenses sobre a futura autonomia ■ Na Coreia do Sul, Woo Yong-gak, o preso político mais antigo do mundo, é libertado.

26 Sexta-feira

O PCP defende a suspensão do programa da RTP apresentado por Mário Soares, posição partilhada pelo PSD e pelo PP ■ Começa, em Lisboa, o colóquio internacional «25 Anos do 25 de Abril» ■ Inicia-se, em Bona, a cimeira de Petersberg com os 15 chefes de Estado e de Governo da União Europeia ■ A ONU extingue a sua Missão de Observação em Angola (MONUA) ■ Os advogados de Ocalan suspendem a sua defesa por «razões de segurança».

27 Sábado

A JCP organiza, no Porto, um desfile e um concerto que conta com a participação de Carlos Carvalhas ■ Tem lugar a 3.ª Assembleia da Organização Regional do PCP de Viana do Castelo ■ Realiza-se uma romagem ao mausoléu dos tarrafalistas, no cemitério do Alto de São João, em Lisboa ■ Após dois dias de buscas, uma cri-

ança desaparecida é encontrada em São Brás de Alportel ■ De visita a Portugal, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália defende a presença «civil» da ONU em Timor ■ Realizam-se as eleições legislativas na Nigéria.

28 Domingo

Tem lugar a 1.ª Assembleia da Organização Regional do PCP do Alentejo e a 5.ª Assembleia da Organização Regional do PCP de Viseu ■ A aviação de Israel ataca o sul do Líbano, respondendo à morte de quatro israelitas pelo Hezbollah ■ No dia em que se assinala um ano sobre o início do conflito do Kosovo, os conflitos prosseguem no território ■ É revelado um documento em que o antigo secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger, declara o seu apoio a Pinochet ■ Entra em vigor a Convenção de Otava sobre as minas antipessoais.

1 Segunda-feira

O Conselho Nacional da Água admite que a EDP pode perder 20 milhões de contos por ano se entrar em vigor a convenção luso-espanhola sobre rios internacionais ■ Sete pessoas morrem ao largo da ilha das Flores, na sequência do naufrágio de um porta-contentores ■ A polícia turca responsabiliza os separatistas curdos do ataque com granada a um café em Istambul ■ O governo indonésio cria uma unidade especial antimotim, enquanto continuam os protestos na ilha de Ambon.

2 Terça-feira

Elementos do Movimento de Restauração do Concelho de Canas de Senhorim entram em greve de fome para exigir o agendamento na AR do projecto de lei que propõe a elevação da localidade a concelho ■ Xanana Gusmão alerta o presidente Habibie para alguns militares que manobram no sentido de manter o clima de violência ■ Oito turistas são mortos durante a operação lançada pelo exército no Uganda contra rebeldes ruandeses que desde domingo os mantinham sequestrados ■ Uma iniciativa de artistas gregos, a que aderiram dez mil atenienses, manifesta apoio ao povo curdo ■ Em conferência de imprensa, Adem Demaci anuncia a demissão de todas as suas funções como representante político do Exército de Libertação do Kosovo (UCK).

Eleições 99

As duas eleições que vão realizar-se no ano de 1999, sendo batalhas difíceis e que, por isso mesmo, exigem o maior empenho e intervenção de todo o colectivo partidário, constituem uma oportunidade concreta de reforço das condições para uma viragem à esquerda. Num cenário eleitoral caracterizado, por um lado, pela obsessão doentia do PS pela maioria absoluta (com vista a prosseguir sem qualquer entrave institucional a política de direita) e, por outro lado, pelo reconhecimento pressentido da derrota por parte da AD - o reforço da expressão eleitoral da CDU apresenta-se como um objectivo cheio de potencialidades. De facto, a CDU é a opção de esquerda, é a demonstração de que o País não está condenado à alternância entre o PS e o PSD na execução da mesma política.

Ao eleitorado de esquerda e a todos os portugueses descontentes com a política de direita, abre-se assim a possibilidade de, nas duas eleições, contribuírem com o seu voto não só para derrotar essa política mas igualmente para impor uma viragem à esquerda na vida política nacional.

O anúncio público de alguns dos candidatos das várias forças políticas ao PE evidencia sem margem para dúvidas a diferença que é a CDU. É óbvia a comunhão de ideias existente entre os cabeças de lista do PS e da AD em tudo o que respeita à União Europeia. Pode dizer-se, sem exagero, que votar num ou votar noutro significa votar na mesma ideia. Outra coisa é a CDU, como pode constatar-se apreciando a qualidade, a quantidade e o conteúdo do trabalho desenvolvido pelos seus três actuais deputados - Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo - os quais, com Manuela Cunha, do Partido Ecologista os Verdes, integram a lista da CDU encabeçada por Ilda Figueiredo. Lista que conta com a presença de José Saramago e que, por tudo isto, se distingue de todas as outras. Lista composta por gente com disponibilidades, qualidades e condições ímpares para lutar pela defesa dos interesses nacionais e por uma Europa social, democrática, solidária e de paz.

O PS prepara-se para intervir nestes dois processos eleitorais à sua maneira, ou seja: vendendo gato por lebre, dizendo o que não pensa e pensando o que não diz, usando e abusando do aparelho de Estado com fins eleitoralistas e partidários, chamando os seus parentes estrangeiros a passarem-lhe atestados de bom comportamento europeísta - enfim, copiando integralmente, também nesta matéria, as práticas do PSD quando estava no Governo. Mas as coisas ultrapassam todos os limites da decência e do decoro quando o cabeça de lista do PS ao Parlamento Europeu - Mário Soares, recorde-se - é apresentado como um «candidato suprapartidário». E se, como tudo indica, o PS acrescentar à farsa «suprapartidária» a fraude de «candidato nacional» a «presidente do Parlamento Europeu», então estaremos perante um colossal embuste.

Quanto às eleições legislativas, importa sublinhar a fixação obsessiva do PS na maioria absoluta. Tanto mais que se trata de uma obsessão complexada como se vê na fuga à utilização da expressão, no medo de claramente a

pedir ao eleitorado. De facto, Guterres e os seus pares têm a noção de que os portugueses conhecem e temem as perversidades e os perigos da maioria absoluta e têm muitas razões para desconfiar de quem não consegue viver sem ela. É isso que faz com que os dirigentes do PS recorram a expedientes linguísticos - «maioria inequívoca» para «garantir estabilidade» e para «assegurar maior eficácia governativa»... - com os quais pretendem camuflar a ambição de poder absoluto de que estão possuídos, a ânsia de concretizar plenamente o conceito guterrista de política de «diálogo», traduzido na clássica fórmula do «quero, posso e mando».

Ao lado do PS situa-se a AD - ou vice-versa. Não constituindo alternativa nem à política europeia nem à política nacional do PS e sofrendo as consequências de uma união de facto imposta a segmentos significativos de dirigentes e bases dos dois partidos, o agregado PSD/PP vive momentos atribulados. Eleitoralmente, a AD não está em condições de perturbar minimamente o sono do PS. O recente congresso do PSD, marcado por assinalável diversidade de chantagens e golpes baixos e altos, só aparentemente se traduziu numa vitória do ainda líder laranja. Na realidade, a perspectiva da derrota eleitoral foi a presença mais sentida

no Coliseu do Porto. E os adversários internos de Marcelo limitaram-se praticamente a marcar presença: olhando para os seus rostos, que as câmaras das televisões nos mostravam em perscrutantes grandes planos, tinha-se a sensação de que os ligava um pensamento único («a derrota nas eleições deste ano é inevitável») e uma única conclusão («já que é para perder, que perca ele...»).

A AD é uma coligação a prazo. E, pela forma como foi gerada e nasceu, pode morrer em qualquer momento e por, ou sem, qualquer razão.

Três em um - como nos champôs - assim nasceu, ou vai nascer, o denominado «Bloco de Esquerda». Apesar de dado à luz em ano de eleições e por causa delas, o tripartido diz que não o preocupam os votos. Quando muito preocupá-lo-á a descoberta de caminhos susceptíveis de lhe permitir dividir os votos de esquerda e, assim, dar força à política de direita. Baptizando-se de «a esquerda que não está cansada» (e haveria alguma razão - uma só - para estar?), voltará provavelmente, mais cedo ou mais tarde, à situação de «esquerda descansada». Bloqueado por um completo isolamento das massas, incapaz de a elas se ligar e com elas travar as batalhas que a situação exige - tudo coisas que dão trabalho, que exigem grande esforço e que não são facilmente traduzidas em votos - o «Bloco» optou por copiar ou traduzir, com vários anos de atraso, o «diagnóstico sobre a globalização capitalista», apresentando-o como se de descoberta recente e própria se tratasse, e com a única preocupação de, através dele, captar os votos que não o preocupam. O seu programa de acção está sintetizado na promessa publicamente assumida de ter «a coragem de afirmar que o rei vai nu» - e, presume-se, na determinação de, com idêntica «coragem», se recusar a chamar-lhe o alfaiate.

Nada de novo a assinalar, portanto: tudo já visto, tudo velho.

A CDU é a opção de esquerda, é a demonstração de que o país não está condenado à alternância entre o PS e o PSD na execução da mesma política.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VQS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante! - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cape Rota - Lanhó - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Duas caras em moeda única

Uma moeda falsa percorre a Europa: a moeda do federalismo. Essa moeda já circula em Portugal. E em vez de cunho e face, para efeito das próximas eleições tem duas caras: Soares e Bezeza.

Deitando a moeda ao ar, com qualquer destas caras sai-nos sempre a mesma coroa: a flora e fauna de um federalismo endógeno que estrabiza a própria noção do interesse e até da soberania nacional.

Neste jogo da moeda única Soares dá a cara pelo PS, pousando para o eleitorado com um afável e inefável sorriso de Gioconda.

Durante dois mandatos, Soares vestiu a silhueta de presidente de todos os portugueses. Aproveitando a embalagem, afirma-se agora candidato de todos os portugueses.

Dá que pensar.

Ainda se o PS fosse partido único, compreender-se-ia as intenções. Mas havendo outras candidaturas partidárias, perante a lei tão iguais como a dele, vai ter de remeter-se ao seu papel, sem a ficção de uma candidatura suprapartidariamente neutral (até, pretensamente, supranacional). Cargos diferentes impõem estatutos diferentes e não o entender é pretender uma democracia incompleta.

Apresentando-se como Eva nascida de uma legítima costela da Democracia sua consorte, Soares recosta-se num aconchego mediático em que se dá ao luxo de, já em pré-campanha, praticar um chocante vedetismo. Com coisas que nos envergonham, como a entrevista de Kissinger na RTP, primeira das suas tão anunciadas conversas em família.

Aposta com isso cobrar um pré-pagamento eleitoral, lançando uma espécie de bênção papalmente proferida «urbi et orbi» e envolvendo-se

num véu inicitável - mas para todos os efeitos legais e políticos, inicitável.

Encostado à parede pela vistosa apresentação da candidatura de Soares, o PSD foi buscar ao cofre de reserva da família uma velha jóia da coroa já com muitas mossas perante a opinião pública: a prestimosa Leonor Bezeza.

Coube assim a Bezeza dar a cara para a nova AD cunhar a sua face da moeda única em política europeia.

Mas em que língua nos fala essa política, que se pretende «alternativa»?

O início balbuciente desta AD, que à falta de programa político original esbraceja como vela ao vento, valendo-se de tudo, exigindo dia a dia assinar a rubrica dos pequenos factos, de acontecimentos mesquinhos - parece antecipar o caos irresistível do «bug» informático anunciado para o ano 2000. É que nesse caos antecipado os computadores da AD surgem-nos a apresentar as mesmas *diskettes* da linguagem federalista do programa

«PE»/2000 do Partido Socialista: supranacionalidade, Maastricht & Amsterdam, e adeus soberanias que o seu tempo já passou...

Em que língua traduzir estas eleições europeias?

Na versão federalista, supranacional, desnacionalizada e desnacionalizante da moeda única de duas caras e um só valor do PS e da AD?

A CDU tem uma versão, essa sim, alternativa. Na nossa própria língua: o português.

■ Aurélio Santos

Via de sentido único

Veio recentemente a público um estudo de opinião às atitudes sociais pelo qual se terá concluído que os portugueses, a exemplo de outros europeus, privilegiam a segurança no emprego em detrimento da remuneração.

Não é intenção nestas curtas linhas julgar das condições em que o inquérito foi realizado, a representatividade da amostra, a objectividade das perguntas, e os inerentes padrões de rigor e crédito que lhe podem ser atribuídos. Porque não é sobretudo disto que queremos aqui tratar, aceitemos as conclusões a que chegou.

O que merece comentário é a forma distorcida como alguns quiseram, por sensacionalismo ou por interesse inconfesso, ler os resultados do inquérito. Quem desprevenidamente reduziu a formação do seu juízo ao que alguns se apressaram a opinar, seria levado a concluir que os portugueses se «pelam» por ganhar pouco e mal e que farão deste estado de penúria salarial a sua fonte de realização.

Há quem queira ficar-se pela anestesian-te que a leitura acrítica do inquérito lhe oferece, que alimente a teoria do trabalho como bem escasso, tão escasso que quem o tem o deve encarar como dádiva divina e nada fazer

para o desmerecer, que procure difundir as virtudes de um certo espírito franciscano de desapego a bens materiais por parte de quem trabalha. Um pouco na linha da ideia do «mais vale pouco do que nada» que alguns dos principais representantes das confederações patronais se apressaram a sublinhar.

Mais interessante teria sido, no entanto, que se procurasse perceber das razões mais profundas e sérias que conduzem a determinada hierarquização de valores.

Interessante mesmo seria que se tivesse sublinhado que a aparente desvalorização atribuída ao valor dos salários se funda, não em razões de subestimação dessa questão, mas na crescente insegurança dos portugueses face ao emprego e ao direito de a ele usufruir.

Interessante ainda seria ter-se registado o aumento, nos últimos anos, da preocupação com a preservação do posto de trabalho e a sua directa relação com a política de incentivo à precarização das relações de trabalho e de fragilização dos direitos dos trabalhadores.

Assim se perceberia melhor o sentido e os benefícios directos da política do governo

na área do trabalho. É que não sendo novidade para ninguém a relação existente entre a fragilização do mercado de trabalho e as condições para o aumento da exploração dos trabalhadores, bem pode pregar o governo as suas intenções de justiça social quando objectiva e deliberadamente decide em sentido inverso. Particularmente num momento em que o Governo e o PS procuram acelerar a aprovação de um conjunto de diplomas que mais não visam do que assumirem-se como novos factores coercivos de exploração e preciosos instrumentos para acentuar uma distribuição de rendimentos em favor do capital.

E a julgar pelas notícias que dão António Guterres como autor de um documento sobre Emprego a ser apresentado aos seus parceiros socialistas europeus e apresentado como uma nova via para a prosperidade, é caso para, não só cá dentro mas também lá fora, se antever a quem será dirigido e assegurado um futuro risonho e próspero. No mesmíssimo e único sentido que até agora a política de direita dos governos socialistas, aqui como lá, tem conhecido.

■ Jorge Cordeiro

BRASIL a saque

Pina Moura, ministro da Economia de Portugal, com a sua sapiência de ex-marxista convertido ao *business*, terá declarado há dias aos empresários que o acompanharam ao Brasil: "Investir no Brasil em plena crise não só não é temerário como é uma excelente oportunidade de negócio." Outro ex-marxista, Fernando Henrique Cardoso, também declarou a banqueiros e empresários ao assumir o Ministério da Fazenda do Brasil: "Esqueçam tudo o que escreveram..." A sua governação posterior confirma inteiramente a sua total conversão ao neoliberalismo capitalista sem fronteiras. Nem Pátria: após 4 anos de rigor monetarista sob a férula de FHC, o Brasil recaiu em profunda crise económica, o seu povo lançado em ainda maior miséria, o país em bancarrota, a recolonização em marcha. Alguns números.

O défice da balança de transacções correntes (bens e serviços), que em 1994 era apenas de 1,6 mil milhões de dólares, em 1997 foi já de 33 mil milhões e em Outubro passado ia já nos 27,5 mil milhões. A dívida externa total passou de 148 mil milhões de dólares em 94 para 225 mil milhões em Setembro de 98. E a dívida interna federal, de 61,8 mil milhões de reais em 94, trepou para os 315 mil milhões em Outubro de 98. Com o regabofe das privatizações e venda ao desbarato de empresas e serviços, públicos e privados, que FHC tem realizado e anuncia prosseguir em força, além de ter entregue ao estrangeiro o património nacional, o Brasil foi sangrando continuamente: só o pagamento de lucros e dividendos ao exterior, de 2,8 mil milhões de dólares em 94 atingiu os 7,5 mil milhões em 98; e o pagamento de juros sobre créditos externos, de 6,3 mil milhões em 94, saltou para 10,4 mil milhões em 98. As reservas de divisas do Banco Central, que eram ainda de 78 mil milhões de dólares em Julho de 98, afundaram-se para apenas 27 mil milhões em Janeiro deste ano. O celebrado Plano Real de FHC, forjado em conluio com a banca internacional e sob peritagem do FMI, pôs o Brasil a saque. Os "pacotes de ajuda" do FMI "para socorrer o real" (a afundar-se: só em poucos dias após a desvalorização de 41% de 13 de Janeiro, "fugiram" quase 50 mil milhões de dólares...), são na verdade uma ajuda da banca internacional a si própria, sugando o Brasil em vida, como sugou o Sudeste Asiático e a Rússia - recurso precioso para assegurar o processo de reprodução mundial do capital, em profunda crise de rentabilidade "normal".

É para participar no saque internacional ao Brasil que Pina Moura incita também os "investidores" portugueses. Mas os custos para o povo brasileiro são brutais. A inflação dispara novamente. Os cortes orçamentais não poupam ninguém. O desemprego aumenta (já 17% na zona industrial de S. Paulo). 80% da terra cultivada continua nas mãos de 10% dos latifundiários, enquanto os "sem terra" continuam a comer fome e balas. Quase metade dos brasileiros vive abaixo do nível de pobreza - enquanto o Brasil bate recordes de desigualdade entre os super-ricos e a massa pauperizada. A desindexação dos salários, imposta por FHC e o FMI, junto à inflação, reduz drasticamente os rendimentos reais, não só dos assalariados, mas igualmente das classes médias. Impondo juros entre os 40 e os 50% a 90 dias, enche os bolsos dos credores externos, mas leva à bancarrota programada os produtores domésticos. Até a grande indústria nacional já se ergue a protestar. Como a própria poderosa Igreja Católica, pela voz de Francisco Whitaker, secretário da Comissão Justiça e Paz da Confederação dos Bispos do Brasil, denunciando a "submissão total" ao FMI, classifica o acordo recente entre Brasil e FMI como uma "ameaça para a segurança nacional".

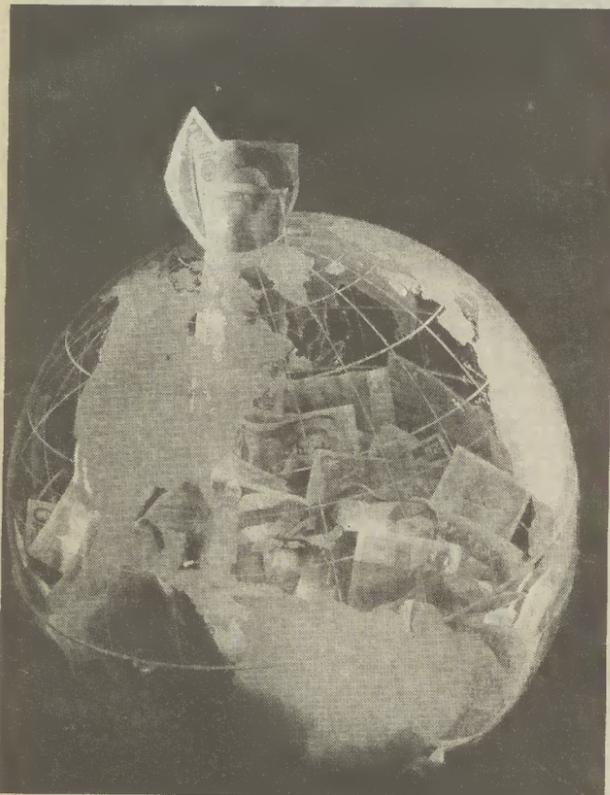
Uma saída para a verdadeira situação de emergência nacional em que está mergulhado o Brasil é apontada, entre outros, por 2 dos mais respeitados economistas do Brasil, o Prof. Celso Furtado e a Prof. Maria da Conceição Tavares, em artigos publicados dias 21 e 25 de Janeiro no autorizado Estado de S. Paulo: a moratória soberana sobre a dívida, a denúncia do leonino acordo com o FMI - "para salvação do nosso destino como nação". As massas trabalhadoras e populares, forças progressistas e patrióticas, estão-se pondo em movimento para salvar a Nação e o povo do Brasil. Força! Sucesso! - é o que solidariamente lhes desejamos.

■ Carlos Aboim Inglês



Foto: Jorge Caria

Fim mundial do sigilo bancário para combater a criminalidade



Pino Arlacchi, vice-secretário das Nações Unidas e director do programa da ONU para a luta contra o crime e combate à droga, defendeu a necessidade de «abolir o sigilo bancário para todas as investigações criminais, perante, entre outros factores, o lucro diário de 300 mil milhões de dólares no comércio da droga». Arlacchi presidiu a um convénio da ONU realizado durante dois dias em Roma para discutir soluções e legislações, a nível mundial, para os grandes problemas da criminalidade internacional, onde participaram governantes do México, EUA, Brasil, Irão, China, Tailândia e Colômbia. Esse convénio preparou a cimeira

que vai decorrer este mês de Março em Viena e que ratificará a Convenção Internacional Contra o Crime, onde será proposto um enquadramento jurídico igual para todos os países membros da ONU, nomeadamente esta abolição do sigilo bancário a nível mundial para um eficaz combate ao crime organizado. «Os grupos criminosos branqueiam 300 mil milhões de dólares por dia, através de bancos respeitáveis, através de contas respeitáveis – os governos de todos os países membros da ONU devem operar do mesmo modo contra este horror», especificou Pino Arlacchi à correspondente do *Diário de Notícias* em Roma.



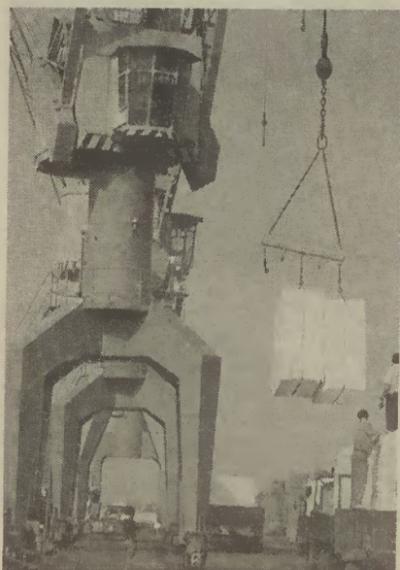
Jobs no Governo PS já passam dos 10 mil

Segundo um minucioso levantamento apresentado esta semana pelo *Diário de Notícias*, o Governo de António Guterres, em apenas três anos de exercício, já fez 9714 nomeações directas para cargos ou funções no aparelho de Estado - os famosos *jobs for de boys* -, distribuídas da seguinte forma: 3472 em comissões e grupos de trabalho, 4954 em funções de direcção e afins e 1288 nos próprios gabinetes de membros do Governo. Estes números foram obtidos numa pesquisa minuciosa em *Diário da República*, numa contabilização que parou em 13 de Novembro do ano passado, o que significa que, actualmente, e à média verificada de 10 nomeações por dia, os *jobs for the boys* já ultrapassam os 10 mil. Ou seja: o Governo do PS já conseguiu, em apenas três anos, ultrapassar a quantidade de nomeações pessoais feitas pelos governos de Cavaco Silva em 10 anos, um escândalo que o PS, quando estava na oposição, denunciou larga e abundantemente. No volume das nomeações, quase não há diferenças - toda a gente nomeou para cima de uma carrada de pessoas, a começar no Primeiro-Ministro e acabando nos secretários de Estado. Só alguns exemplos, para ilustrar: António Guterres, ele próprio, nomeou um total de 565 pessoas, enquanto o ministro da Educação, Marçal Grilo, chegou às 714 nomeações, enquanto Maria de Belém, na Saúde, se «ficava» pelas 491 e Sousa Franco, nas Finanças, nas 462 nomeações. Isto apenas entre Outubro de 1995 e Novembro passado.

General israelita morto no Líbano

Um general israelita, dois outros militares e um jornalista foram mortos no Sul do Líbano em consequência de um ataque do Hezbollah, desaire grave para os ocupantes israelitas que se junta, em menos de uma semana, a um outro onde perderam a vida um comandante de uma unidade de pára-queidistas e dois outros oficiais, mortos numa emboscada do Hezbollah também no Sul do Líbano. Desta vez, uma bomba telecommandada de forte potência matou o general de brigada Erez Gerstein, que chefiava as forças israelitas que ocupam o Sul do Líbano, um oficial que desempenhava as funções de porta-voz do Exército israelita no Sul do

Líbano e um soldado, cujas identidades não foram reveladas. A quarta vítima mortal do atentado foi o jornalista Ilan Roey, que trabalhava para a rádio israelita e se encontrava na região em reportagem. A reacção de Israel foi a do costume: bombardeou indiscriminadamente com artilharia pesada e a aviação supostos «campos do Hezbollah» que, no terreno, consistem em povoações libanesas povoadas por população civil, vitimando um número indeterminado de homens, mulheres e crianças, ao mesmo tempo que o governo de Netanyahu ameaçava que a «resposta» não se ficaria por ali, afirmando que «Israel saberá como ripostar a estes ataques».



Avalanches de neve nos Alpes e temporais na América Latina

Já ascende a 38 vítimas mortais o balanço das trágicas avalanches de neve que se têm verificado nos últimos dias nas zonas alpinas da França e, sobretudo, Suíça e Áustria, devidas a uma acumulação anormal de neve nas cadeias montanhosas desta região da Europa. As vítimas apanhadas na tragédia repartiram-se entre moradores e turistas espalhados pela região, tendo as avalanches destruído diversas habitações e deixado isoladas numerosas localidades. As operações de busca e salvamento estão a ser muito dificultadas pelas

condições atmosféricas, fazendo-se essencialmente por meios aéreos, o que já provocou um desastre adicional, com o despenhamento de um helicóptero na Suíça, matando os seus três ocupantes. Por outro lado, na América Latina o flagelo surgiu na forma de mais inundações provocadas por chuvas torrenciais que se têm abatido sobre a Colômbia, Brasil e Peru, tendo já provocado um número indeterminado de mortos e vários milhares de desalojados, a par de avultados prejuízos materiais.

Indonésia quer «livrar-se» de Timor enquanto instiga pró-integracionistas

Segundo Alexander Downer, ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, falando num discurso proferido em Sydney, o presidente da Indonésia, Jusuf Habibie, reafirmou-lhe que «é sua intenção resolver a questão do estatuto para Timor-Leste até ao dia 1 de Janeiro de 2000 e que quer que os timorenses tomem a decisão antes das eleições de 7 de Junho», na Indonésia, embora se afirma contrário a uma intervenção da ONU no território neste momento, o que constitui uma posição recuada em relação à

própria ONU, que já manifesta apreensão pela violência que está a alastrar no território, protagonizada por milícias pró-integracionistas armadas e apoiadas pelos militares indonésios ocupantes, nomeadamente pelas afirmações de Tamarat Samuel, enviado especial da ONU ao território, que disse, à saída de um encontro de duas horas e meia com Xanana Gusmão, haver «preocupação internacional e por parte do Secretário-Geral da ONU e dos seus representantes relativamente ao aumento da tensão em Timor-

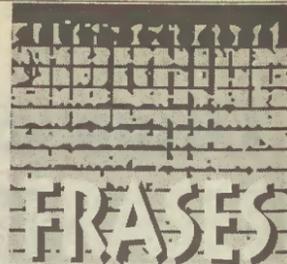
Leste». Entretanto, Xanana Gusmão reiterou a necessidade urgente do desarmamento das milícias e a presença de forças da ONU no território. Por outro lado, o autoproclamado comandante-chefe das milícias pró-integracionistas, João Tavares, voltou a ameaçar diplomatas e jornalistas australianos, segundo notícia o jornal *Sydney Morning Herald*, enquanto Eurico Guterres, chefe das milícias Aitarak, reafirma «estar preparado para lutar numa guerra civil se a independência for concedida a Timor-Leste».

Défice comercial agrava-se no País

Segundo dados do INE, analisados pelo *Diário de Notícias/Negócios*, o défice comercial manteve um forte agravamento até Novembro, com as exportações a aumentarem 7,8% e as importações a crescerem 13,5%. Considerando o trimestre terminado em Novembro último, «as exportações praticamente estagnaram, cres-

cendo apenas 0,6% nominais, o que poderá significar uma ligeira quebra real», enquanto «as importações subiram 8,4% e o défice comercial agravou-se 26,7%». Mas se considerarmos os 11 meses de 1998 (de Janeiro até Novembro), as exportações cresceram 6,9% e as importações 15,1%, o que dá um agravamento real

de 34,2% no défice comercial português. O maior abrandamento das exportações verificou-se nas destinadas a países terceiros mas, devido ao forte crescimento das importações da UE e a uma desaceleração das compras a países terceiros, o maior agravamento do défice ocorreu com a UE, com um acréscimo de 36,5%.



“Paulo Portas fez o que dele se esperava. Respondeu às calúnias de que se diz alvo com uma enxurrada de calúnias que tudo leva à frente – do Governo, em relação ao qual não apresentou uma única prova da alegada campanha contra si, aos jornalistas, que indiscriminadamente envolveu em suspeita.”

(João Morgado Fernandes, *idem*)

“Não é possível o sistema judiciário calar-se comodamente acobardado por detrás do segredo de justiça, tendo a obrigação ética, moral e constitucional de preservar os direitos, liberdades e garantias de eventuais arguidos, ou meros suspeitos, até ao trânsito em julgado da sentença condenatória.”

(Francisco Moita Flores, *idem*)

“Será assim tão violentador da preguiça do segredo de justiça informar que estão a correr investigações sobre os casos tal e tal, mas até ao momento não existem elementos que permitam concluir de responsabilidades criminais deste ou daquele senhor? (...) Como pode alguém viver sossegado num País que se diz democrático onde a tolerância ilimitada do segredo de justiça abandona em julgamentos públicos e sumários indivíduos e instituições?”

(*idem, ibidem*)

“Um quarto de século decorrido, José Hermano Saraiva não alterou, nem enquanto historiador nem enquanto político, uma vírgula do que pensou e fez enquanto ministro fascista da Educação. Não se vislumbra razão para que quem combateu o fascismo e se bateu por uma cultura e uma educação democráticas e intelectualmente sérias altere seja que vírgula for ao juízo sobre ele feito.”

(Ruben de Carvalho, *Diário de Notícias*, 26.2.99)

“Disse o “historiador” José Hermano Saraiva... Ah, mas não, não se confundam os papéis. José Hermano Saraiva não é historiador, é fundamentalmente um imaginativo divulgador de situações e personagens históricas.”

(Eduardo Prado Coelho, *Público*, 2.3.99)

“Hoje, a América é um Estado policial. Nas nossas prisões reinam condições terríveis. Cada vez se investiga mais o cidadão. Trinta milhões de operários são electronicamente controlados. Em cada ano, milhões de conversas telefónicas são escutadas. (...) A segurança tornou-se numa obsessão, a sociedade e a política estão totalmente militarizadas.”

(Gore Vidal, escritor norte-americano, *DNA*, 28.2.99)

“Não acredite que temos um Governo representativo. Os senadores representam os interesses da América Corporativa (Corporate America), não os do povo simples.”

(*idem, ibidem*)

“No nosso sistema jurídico só se admite partes opostas. Em direito penal, o Ministério Público actua hoje como a Gestapo: intimida as testemunhas, viola o domicílio, confisca propriedade particular, detém preventivamente, as mães dos detidos são sujeitas a pressões, e tudo isto sempre com o argumento de encontrar a verdade pura. É um sistema extremamente perigoso.”

(*idem, ibidem*)

1.ª Assembleia Regional do Alentejo Nova Organização para intervir com eficácia

Os comunistas no Alentejo contam agora com uma nova organização regional, cuja direcção foi eleita no passado domingo, durante a 1.ª Assembleia, realizada no Pavilhão do Bacelo, em Évora, com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Na abertura dos trabalhos, José Soeiro, membro da Comissão Política e responsável do Partido no Alentejo, afirmou que a 1.ª Assembleia marca uma «nova etapa» do Partido na região «culminando o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos cinco anos entre a direcção nacional e as direcções regionais de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal com vista à criação da Organização Regional do Alentejo».

Como explicou, o Partido dispõe agora de uma nova estrutura organizativa na região constituída pelas já existentes organizações de Beja, Évora e Portalegre e pela nova Organização do Litoral Alentejano que integrará os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira, cuja direcção deverá ser eleita no próximo dia 15 de Maio, data em que se realizará a sua 1.ª assembleia. A nova estrutura é coordenada pela Direcção Regional do Alentejo, a qual, salientou José Soeiro, se coloca como objectivo «imprimir uma nova dinâmica na actividade, melhorando a ligação aos trabalhadores e às populações, para o reforço e alargamento da organização e da influência social e eleitoral do Partido».

A nova direcção, eleita com seis votos contra e 10 abstenções, é composta por 25 camaradas, número limitado que obedeceu a critérios aprovados anteriormente, em reuniões de quadros, designadamente a disponibilidade dos seus membros e funcionalidade do órgão.

Como explicou José Soeiro, a nova direcção «não é um órgão federativo, onde têm de estar representadas todas as organizações e sectores do Partido», mas sim um órgão que deve conciliar «uma grande capacidade de análise e elaboração com uma grande capacidade de execução».

Elevar a militância

A melhoria do trabalho de direcção passa ainda, entre outros aspectos, pelo regular funcionamento das quatro organizações, que deverão reunir sempre que necessário com a Direcção Regional do Alentejo; pela realização anual do encontro de quadros, que fará o balanço da actividade e aprovará o plano de actividades; e pela criação de grupos de trabalho em

áreas como autarquias, sindicatos, agricultura, juventude, mulheres, ensino, cultura, informação, entre várias outras.

Porém, para o fortalecimento e alargamento da influência do Partido, considerou José Soeiro, é fundamental que organizações de base aumentem a sua intervenção, fomentem a responsabilização individual dos militantes, a par do reforço do trabalho colectivo. «Não há nada em nossa opinião que justifique que uma célula, um sector, ou organização de freguesia não faça todos os anos a sua assembleia, eleja o seu organismo de direcção e que este eleja o coordenador que dinamize o seu funcionamento», afirmou.

A Resolução Política aponta igualmente seis outras orientações de trabalho: «ganhar a juventude»; «reforçar o movimento operário e popular»; «alargar o espaço unitário da CDU» «prosseguir a notável obra dos comunistas e outros democratas da CDU no Poder Local»; «rejuvenescer e reforçar a estrutura»; mobilizar todo o Partido para uma forte intervenção nas eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República».



Na Assembleia participaram 545 delegados e centenas de convidados

Promover o desenvolvimento

Ao fim três anos de Governo PS, os grandes problemas económicos, sociais e demográficos do Alentejo persistem, surgindo mesmo novos fenómenos de pobreza e exclusão. O fracasso das políticas governativas é reconhecido pelo próprio Plano Regional de Emprego para o Alentejo (PREA), recentemente divulgado. Este documento ofi-



A nova estrutura organizativa no Alentejo insere-se no esforço de dar um novo impulso à intervenção e afirmação política do Partido na região

cial constata que «a conjuntura económica do Alentejo tem vindo a apresentar, nos últimos anos, uma tendência de continuada evolução desfavorável face às restantes regiões do continente».

Em resultado da desertificação que tem continuado a população do Alentejo é hoje igual à de 1920. A taxa de desemprego é a mais elevada do País e estimam-se em perto de 40 mil os que procuram trabalho. Contudo, apenas 35 por cento recebem subsídio de desemprego, não sendo portanto de estranhar que o rendimento mínimo garantido

mentos previstos para o Alentejo no 2.º Quadro Comunitário de Apoio. Segundo dados da Direcção Geral de Desenvolvimento do Alentejo, de um total de 544 milhões de contos previstos para investir, apenas foram aprovados projectos no valor de 244,5 milhões de contos, sendo que deste total, entre 1994 e 1997, apenas foram investidos 96,47 milhões de contos.

A falta de meios financeiros leva ainda a que não sejam aprovados os projectos apresentados pelas câmaras municipais, num valor de cerca de 25 milhões de contos, no âmbito

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

A opção da mudança

(...)

Para que quer o PS o poder absoluto?

A ambição do PS é evidente: o "poder absoluto". O PS quer a "maioria absoluta" para ter o "poder absoluto". E quer ter a maioria absoluta não por causa da estabilidade. Isso é "conversa da treta". Quer ter a maioria absoluta para ficar com as mãos mais livres para continuar a sua política de "jobs for the boys", isto é, prosseguir com a distribuição de tachos pelos que têm cartão rosa. Quer o poder absoluto para prosseguir a política de concentração de riqueza. Quer o poder absoluto para se desresponsabilizar ainda mais das funções sociais do Estado na saúde, educação, segurança social!

Por sua vez a AD, porque não oferece nenhuma alternativa real à política do PS visto que nas questões mais fundamentais estão de acordo e porque os portugueses ainda se lembram da política cavaquista, não representa qualquer perigo de regresso ao Governo.

Neste quadro, todos aqueles que se sentem defraudados com a política do PS, todos aqueles que entendem que Portugal necessita de uma mais justa distribuição do rendimento nacional, de empregos

zação que valorize o papel das autarquias e das regiões de turismo e permita a democratização e maior transparência das Comissões de Coordenação Regional e dos Governos Cívicos.

Neste sentido, a Assembleia lançou um desafio «às principais entidades e forças representativas da região para que se definam estabeleçam linhas e áreas de acção e de convergência concreta em seis domínios: na estratégia de desenvolvimento regional; nas políticas activas de redução do desemprego estrutural, de combate à pobreza e à exclusão social e de melhoria dos rendimentos dos sectores mais desfavorecidos; na maximização do efeito dos grandes investimentos públicos; nas questões da estrutura fundiária e do modelo agrícola a desenvolver na área beneficiada pelo empreendimento do Alqueva; na definição de medidas para a captação activa de investimentos nacionais, comunitários e outros; na interven-

ção institucional nas instâncias regionais nacionais e comunitárias.

A Resolução propõe também que «o Conselho da região do Alentejo, no qual têm assento autarcas eleitos dos diversos quadrantes políticos, assuma o impulso e a coordenação para o arranque da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo».

«São dois desafios que exigem respostas claras e concretas», frisou José Soeiro salientando que a Direcção Regional irá promover «um conjunto de encontros e debates com forças políticas, organizações representativas da vida económica social e cultural do Alentejo» e com a população, para debater os problemas da região e as propostas saídas da Assembleia do PCP. Estas iniciativas culminam no Encontro Regional da CDU, marcado para 17 de Abril, onde será aprovada a Carta Magna Eleitoral.

do Programa Operacional da Região Alentejo.

Propostas com futuro

É neste quadro que a Assembleia aprovou várias propostas para o progresso da região, das quais José Soeiro destacou três ideias essenciais: a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento integrado; uma política social mais justa e o reforço dos meios financeiros para a região; uma descentrali-

seja aplicado a um universo que ronda as 20 mil pessoas.

Certo é que os paliativos assistencialistas jamais poderão inverter esta tendência de empobrecimento, exigindo-se, como sublinha a Resolução Política, «políticas de desenvolvimento económico e social estruturais que ataquem o mal pela raiz».

Mas não tem sido essa a opção do Governo, que nem sequer está a cumprir os investi-



Carlos Carvalhas no Alentejo

com direitos, de melhores reformas e pensões, de um desenvolvimento regionalmente equilibrado, da defesa intransigente dos interesses nacionais têm uma escolha segura e certa que é reforçar com o seu voto o PCP e a CDU.

Os jovens, os agricultores, os trabalhadores rurais, os pequenos comerciantes, os trabalhadores da Administração Central e Local, os trabalhadores em geral e os reformados que entendem que a voz das suas justas reivindicações e aspirações necessita de ter mais força política, têm no reforço do PCP e da CDU essa concretização.

Aqueles que entendem que o país precisa de uma política de esquerda a sério, que o país precisa de desenvolvimento com uma efectiva dimensão social e ambiental, que o país precisa de seriedade na intervenção política e não de politiquês, não dão nenhuma contribuição à mudança refugiando-se na resignação, no conformismo, no "não vale a pena" mas sim reforçando a força que sempre esteve e está com o povo e com as suas lutas, o PCP, a CDU.

O país não está condenado ao rotativismo entre o PS e o PSD, não está condenado entre a política neoliberal praticada pelo PSD e a política neoliberal praticada por um governo com a etiqueta socialista.

Há outra opção, a opção da CDU.

É preciso que cada português compreenda que também está nas suas mãos, através da sua opção de voto a mudança de política. O voto no PCP e na CDU tem sempre uma dupla utilidade: derrota a política de direita e força uma viragem à esquerda na política nacional.

E isto é assim tanto para as "legislativas" como para as "europeias".

Muitos portugueses interrogam-se sobre a utilidade de votar para um órgão que fica lá longe, que é pouco conhecido da opinião pública, que não se sabe bem o que faz e para que serve.

É preciso chamar a atenção que, também para a resolução dos problemas quotidianos dos portugueses, a atitude útil não é a resignação ou o encolher de ombros, mas sim dar força nestas eleições aqueles que defendem os interesses nacionais e que defendem uma Europa social e ecológica, uma Europa democrática, uma Europa solidária e de paz.

Um rumo progressista para a construção europeia é uma exigência de combate que corresponde aos interesses da maioria dos portugueses.

A mobilização de todo o Partido para estas eleições e desde já é da máxima importância. É necessário que todos e cada um dos activistas e amigos da CDU se consciencialize que o resultado vai depender em muito da nossa intervenção, do nosso empenhamento e da capacidade de mobilização daqueles que em nós confiam.

O PCP não se tem poupado a esforços no sentido de encontrar soluções justas para Portugal desenvolvendo um intensíssimo trabalho no Parlamento Europeu e no país em defesa da produção nacional, do aumento do poder negocial do país e da coesão económica e social na União Europeia.

(...)

É com a cabeça levantada que vamos disputar estas eleições sabendo que daqueles que detêm o poder não vamos encontrar isenção e igualdades de oportunidades.

Na verdade as actividades da CCRA, do Pró-Alentejo e dos governadores civis mostram que estas instituições se comportam como autênticas correias de transmissão do PS e das suas acções de campanha eleitoral.

Algumas destas intervenções são um autêntico escândalo. É o que se chama servir-se do aparelho do Estado para fins claramente partidários.

Com a aproximação das eleições já se está a intensificar o corupção de membros do Governo no Alentejo, a multiplicação de promessas e a utilização dos "sacos azuis".

Aquilo que criticavam ao PSD fazem-no ainda com mais desfaçatez. (...)



Cerca de 70 dirigentes e delegados sindicais comunistas do Porto reuniram recentemente, com a presença do camarada Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, para discutir a situação política e social e a intervenção do Partido em 1999 junto dos trabalhadores.

No debate, que se revelou vivo e esclarecedor, Jerónimo de Sousa começou por chamar a atenção para a necessidade de, a par de um calendário político sindical muito exigente - 25 de Abril, 1.º de Maio, Congressos da CGTP e da CES -, se continuar a desenvolver a luta contra o pacote laboral.

Referindo, depois, a importância das próximas eleições para o Partido e para os trabalhadores e a necessidade de começar desde já a desmascarar a demagogia do discurso social dos outros partidos, apelou à intensificação da acção reivindicativa e à afirmação comunista junto dos trabalhadores. No plano imediato, o dirigen-

Sindicalistas no Porto Defender as 35 horas

te comunista defendeu uma campanha própria do PCP em torno do projecto de lei das férias e, em Março, uma outra em torno dos direitos dos trabalhadores e de importantes propostas do Partido.

No debate também muitos participantes, com as suas intervenções, sugestões de trabalho, preocupações e opiniões várias, contribuíram de forma importante para a caracterização da situação e linhas de trabalho.

Assim, um camarada chamou a atenção para a gravidade do desemprego na região, a existência de verdadeiro fascismo em muitas empresas, as dificuldades na contratação colectiva - que, fixando mínimos salariais, dizem

pouco aos trabalhadores nas grandes empresas privadas -, concluindo pela necessidade de o Partido agarrar bem todos estes problemas e assumir com força no Parlamento Europeu a proposta das 35 horas de trabalho.

Um outro participante sublinhou as batalhas sociais em curso e, perspectivando uma grande derrota para o Governo nesta legislatura, considerou ser necessário, relativamente às eleições, pôr os trabalhadores perante os seus interesses. Um outro chamou a atenção para a importância da organização do Partido junto dos trabalhadores e para a jornada de luta da Fequimetal na 1.ª quinzena de Março. Um outro, ainda, alerta para a necessidade de o Partido não deixar cair o que foram propostas suas (rendimento mínimo e aumento das pensões de reforma).

A existência de problemas graves na contratação dos bancários, com perda de direitos, devido às

cedências da UGT; a boa receptividade ao documento do Partido para os trabalhadores da Administração Pública; a privatização de serviços - «o PSD é o cozeiro em Gaia de 50 anos de serviço público» - foram outras questões levantadas pela assistência.

Na reunião, os sindicalistas do PCP chamaram ainda a atenção para a necessidade de impulsionar no distrito as conclusões da conferência da organização da CGTP, para os importantes projectos de reestruturação sindical e administrativa financeira em curso na região e para o papel decisivo dos comunistas nestes processos.

Foi, de facto, uma boa reunião de trabalho, com um largo consenso nos presentes sobre as questões fundamentais e direcções prioritárias de trabalho e com uma vontade comum muito clara de trabalhar mais e melhor na defesa dos trabalhadores e no reforço do PCP.

Espinho

4.ª Assembleia aponta caminhos

Sob o lema «Com um Novo Impulso na Organização... Força PCP!», decorreu no dia 20 de Fevereiro, com a presença de 40 delegados, a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Espinho do PCP, cujos trabalhos se iniciaram com a aprovação de uma moção de pesar pelo falecimento do camarada Octávio Pato, cujo funeral se realizava nesse momento.

A proposta de Resolução, apresentada por Fausto Neves, responsável pela Organização Concelhia e membro da Comissão Executiva da DORAV, depois de amplamente discutida foi

aprovada no final por maioria com uma abstenção.

Desse documento destaca-se o reconhecimento do crescimento real da organização, nos dois anos que passaram desde a Assembleia anterior, em renovação e rejuvenescimento de quadros e militantes, na influência na vida local e na actividade. Partindo desta constatação, a Assembleia discutiu os caminhos para consolidar os passos dados, nomeadamente a necessária alteração de estruturas e métodos de funcionamento, adequando-os às novas realidades do Partido em Espinho.

António Salavessa, membro do Comité Central e responsável pela DORAV, para além de evocar vários aspectos da situação política, relacionando-os com as conclusões da Assembleia Concelhia, reconheceu os importantes resultados da organização concebida nos últimos dois anos, com destaque para as transformações no Centro de Trabalho e para a dimensão atingida pelo trabalho da Juventude.

Seguidamente, a Assembleia elegeu, por maioria com uma abstenção, a nova Comissão Concelhia, composta por 20 militantes.

Após o encerramento dos trabalhos, procedeu-se à inauguração formal dos melhoramentos introduzidos no Centro de Trabalho que, com um investimento total de 2000 contos, devolve à cidade um dos edifícios mais queridos da população que, entre outros, albergou a Misericórdia de Espinho, estabelecimento hospitalar que viu nascer e assistiu muitos espinhenses.

A culminar esta importante jornada, realizou-se um jantar evocativo do aniversário do Partido que reuniu oito dezenas de militantes e simpatizantes.

CAMARADAS FALECIDOS

Fernanda Monteiro

Faleceu, no passado dia 23 de Fevereiro, em sequência de doença, a camarada Maria Fernanda da Silva Monteiro. Militante comunista organizada na freguesia de Cacilhas, Almada, Fernanda Monteiro participou nas listas da CDU para órgãos autárquicos. Com 62 anos de idade, há quase 40 anos que cantava no Coro da Academia de Amadores de Música. Foi distinguida com a Medalha de Mérito da Câmara Municipal de Almada, cuja presidente, assim como uma delegação concelhia do PCP, se deslocou às instalações da SFUAP, onde se reuniram em homenagem os familiares e numerosos amigos e camaradas da falecida. O funeral realizou-se no Cemitério de Feijó. Um grupo de amigos do Coro entoaram, emocionados, algumas canções, evocando uma voz que perdura na memória de muitos.

Ana Maria Lages Pereira de Almeida

Faleceu, no passado dia 22 de Fevereiro, com 50 anos de idade, a camarada Ana Maria Lages Santos Reis Pereira de Almeida, professora do ensino secundário. Militava na Organização de Freguesia de Matosinhos.

Aníbal Santos Moita

Faleceu no dia 23 de Fevereiro, com 63 anos de idade, o camarada Aníbal Santos Moita, reformado da Baptista Russo. Estava organizado na freguesia dos Olivais, Lisboa.

António Filipe Martins

Faleceu no passado dia 31 de Janeiro o camarada António Filipe Martins, trabalhador da Central de Cervejas. O camarada estava organizado em Vialonga.

Artur Joaquim Godinho

Faleceu recentemente o camarada Artur Joaquim Godinho, reformado. O camarada estava organizado em Vialonga.

Dália Balreira

Vítima de doença prolongada, faleceu no passado dia 26 de Fevereiro, com 75 anos de idade, a camarada Dália Balreira, natural de Águeda, onde residia. Resistente antifascista, foi uma mulher corajosa, firme e convicta que manteve sempre os seus ideais comunistas, mesmo nas horas de maior sofrimento, sendo um exemplo para as gerações mais novas. No seu funeral integraram-se centenas de pessoas, entre as quais camaradas da Comissão Concelhia de Águeda e da Direcção da Organização Regional de Aveiro.

Gervásio Pedroso Tojeira

Com 77 anos de idade, faleceu no passado dia 26 de Fevereiro, o camarada Gervásio Pedroso Tojeira. Ligado ao Partido há mais de 50 anos, pertenceu ao MUD Juvenil e foi, durante muitos anos, ponto de apoio de dirigentes do Partido na clandestinidade. Após o 25 de Abril, foi autarca na Junta de Freguesia da Marinha Grande, durante vários mandatos. Foi chefe da antiga Caixa de Previdência da Indústria Vidreira, tendo prestado, nestas funções, inestimáveis ajudas a centenas de trabalhadores da indústria vidreira.

Humberto Manuel Brás da Silva

Com 52 anos, faleceu no passado dia 25 de Fevereiro, vítima de doença súbita, o camarada Humberto Manuel Brás da Silva, trabalhador da Rodoviária do Tejo. Quadro destacado do Partido em Torres Novas, e membro da sua Comissão Concelhia há 20 anos, era um homem muito solidário, de fortes con-

vicções e grande frontalidade, a par de uma enorme discrição e simplicidade, qualidades que lhe grangearam a amizade e admiração de quantos com ele conviviam. Foi atleta do Clube Desportivo de Torres Novas e seu seccionista, dirigente do Cine Clube, dirigente da União de Sindicatos de Torres Novas, membro da Comissão de Trabalhadores da Rodoviária Nacional, Presidente do Conselho Municipal, vereador da Câmara Municipal de Torres Novas e membro da Assembleia Municipal.

José Domingues Mano

Vítima de doença prolongada, faleceu, no passado dia 24 de Fevereiro, com 64 anos de idade, o camarada José Domingues Mano, comerciante. Foi militante activo na freguesia de Matosinhos. Residia actualmente em Leça da Palmeira.

José Francisco Teixeira

Com 73 anos de idade, faleceu de morte súbita, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, onde residia e deixava muitos amigos, o camarada José Francisco Teixeira (o Teixeirinha). Velho militante antifascista do Porto, de grande fraternidade, foi desde jovem um simpatizante do Partido para o qual sempre contribuiu financeiramente durante as suas campanhas. Participou activamente no MUD-Juvenil, no Porto.

Manuel Feliciano Carvalhinho Arraiolos

Faleceu, no passado dia 1 de Fevereiro, com 56 anos de idade, o camarada Manuel Feliciano Carvalhinho Arraiolos, natural de S. Cristóvão. Membro do Partido desde 1974, era destacado militante na freguesia da Póvoa de Stº Adrião.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Assembleias de Organização

Viana do Castelo **Crescimento do PCP é indispensável**

Com a presença de Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central, e de António Lopes, membro da Comissão Política, realizou-se, no passado sábado, a 3.ª Assembleia da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP, com a participação de 90 delegados.

Culminando a discussão verificada nos principais organismos e organizações do distrito, sobre a situação do Partido e o conjunto das medidas a tomar para melhorar a sua intervenção, a Assembleia debateu, assim, as principais dificuldades da organização e a forma de as superar e fazer face aos desa-

fios que diariamente se lhe colocam, designadamente as batalhas eleitorais, aprovou por unanimidade o projecto de resolução política e elegeu a nova direcção regional, composta por 12 camaradas.

Entre as principais medidas a implementar na actividade do Partido, o documento que serviu

de base à discussão aponta a realização regular - ou sempre que as circunstâncias o exijam -, de uma Reunião Regional de Quadros que associe os camaradas com mais responsabilidades na organização partidária, nos movimentos sociais e nas instituições da região, para avaliação global do trabalho do Partido no distrito e definição de objectivos e linhas de orientação.

A constituição de um organismo de direcção para o Vale do Minho, a definição de responsabilidades e constituição de organismos de direcção para as principais

frentes de trabalho são também consideradas, a par do desenvolvimento de uma linha de responsabilização de mais militantes pelo trabalho do Partido nas freguesias, concelhos e empresas, como «questão essencial para a renovação, rejuvenescimento e afirmação política local do PCP.»

A Assembleia discutiu ainda a promoção da assinatura do «Avante!» e a maior difusão da imprensa partidária, as várias maneiras de aumentar as receitas do Partido e a promoção de uma campanha de recrutamento junto da juventude, dos professores, da função pública

e das principais empresas do distrito.

A maior participação de comunistas no movimento sindical, no movimento associativo, nas associações de pais, nos movimentos culturais, recreativos, desportivos, cívicos, de solidariedade e outros foi ainda considerada como um contributo indispensável ao «desenvolvimento de uma cidadania activa», ao «fortalecimento» desses movimentos e ao «crescimento» do PCP - «partido aberto à vida e aos problemas e aspirações das pessoas».

No decurso da Assembleia veri-

ficou-se, entretanto, um conjunto de intervenções diversas sobre temas como o 25 de Abril, o aniversário do Partido, a campanha nacional de fundos, a juventude e as eleições. Na sua intervenção, Agostinho Lopes sublinhou a confiança e o empenho dos comunistas na luta por melhores condições de vida para os trabalhadores e para as camadas populares e a necessidade da participação activa de toda a organização nas principais lutas que hoje se colocam, nomeadamente contra o pacote laboral, em simultâneo com as próximas batalhas eleitorais.

Oeiras

Três questões prioritárias

Também os comunistas de Oeiras realizaram, no sábado passado, no auditório da Faculdade de Motricidade Humana, a sua 5.ª Assembleia de Organização. Na mesa que presidiu aos trabalhos, contavam-se, entre outros, José Casanova, membro da Comissão Política, Arnaldo Pereira, vereador da Câmara Municipal de Oeiras, Joaquim Cotas, membro da Assembleia Municipal de Oeiras, Ermelinda Oliveira, membro da Assembleia Municipal de Barcarena, e Vítor Sarmento, responsável pela organização local do PCP.



Entre os vários convidados presentes, encontravam-se delegações do Partido Socialista e do Partido Ecologista «Os Verdes».

Os 100 delegados presentes na Assembleia debateram animadamente a actividade e organização do Partido no concelho de Oeiras nos últimos quatro anos, procederam à eleição da nova Comissão Concelhia - que passou a integrar 54 membros - e aprovaram um projecto de resolução política

que estabelece as linhas fundamentais para a sua futura actuação no concelho.

Destas merecem particular destaque as medidas preconizadas no sentido de intensificar a intervenção do PCP nas empresas, nos órgãos autárquicos e no movimento associativo. O alargamento do recrutamento, nomeadamente entre a juventude, a consolidação e revitalização das organizações locais, bem como o reforço da informação e da prestação pública de contas sobre as posições e propostas do PCP e da CDU a nível nacional e local, foram também consideradas tarefas fundamentais a desenvolver na perspectiva do rejuvenescimento e do novo impulso a dar ao PCP no concelho de Oeiras.

Em relação ao compromisso e empenhamento dos militantes comunistas na melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento do concelho, foram identificadas três questões prioritárias.

A primeira diz respeito à construção de equipamentos colectivos - com particular incidência nos bairros sociais - e de infra-estruturas, nomeadamente no plano das acessibilidades e transportes, com vista a suportar o acelerado crescimento urbano que se tem verificado nos últimos anos. A segunda aponta para a resolução das principais carências a nível do sistema de saúde, através da reactivação do Serviço de Atendimento Permanente e dos Centros de Saúde e respectivas extensões em falta. A terceira preconiza a adopção de uma política integrada, envolvendo o Governo e a Câmara para combater a preocupante onda de insegurança que tem vindo a alastrar no concelho.

Aveiro

Mais investimentos para o concelho

Por sua vez, a 6.ª Assembleia da Organização Concelhia de Aveiro do PCP reuniu também, no sábado passado, para debater vários dos aspectos da vida económica, social e política do concelho, da actividade e organização do PCP no concelho e elegeu os delegados de Aveiro à 4.ª Assembleia da Organização Regional que se realiza no próximo domingo.

Ao longo do debate, os delegados à Assembleia tomaram importantes deliberações, reclamando concretamente do Governo a tomada de decisões junto da Administração da Renault, de forma a assegurar o futuro da fábrica em Cacia e a defesa dos postos de trabalho.

Outra exigência surgida na Assembleia e dirigida à Câmara Municipal vai no sentido de que a primeira revisão orçamental a realizar no semestre em curso garanta o volume de investimentos financeiros necessários para o alargamento da rede de saneamento a todo o concelho, no mais curto espaço de tempo e sem a injusta penalização dos cida-

dãos. Nomeadamente através da suspensão e reformulação da actual taxa de ligação das habitações à rede pública de saneamento.

Um programa extraordinário de financiamento das obras de saneamento participado pelo município e a Administração Central, e a promoção pela Câmara Municipal do debate e informação pública necessários a uma política urbanística transparente e com a participação dos aveirenses, são outras reivindicações que os comunistas de Aveiro entendem indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida do concelho. Por fim, ao nível da Saúde, a Assembleia reclama do Ministério da Saúde um Programa de reestruturação do Hospital ao nível das políticas de gestão e investimentos que adequem instalações, equipamentos e quadro de pessoal às necessidades da população.

Depois de expressar o profundo empenho dos comunistas nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, a Assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia de Aveiro, composta por 25 membros.

Viseu

Confiança no futuro

Sob o lema «No virar do milénio mais PCP melhor vida no distrito de Viseu», realizou-se em Viseu, no passado domingo, a 5.ª Assembleia de Organização Regional do PCP. Para além de várias dezenas de delegados de todo o distrito, nela participaram Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política, Sérgio Teixeira, da Comissão Política, e Aurélio Santos, da Comissão Central de Controlo.

Quatro anos decorridos desde a realização da 4.ª Assembleia, os comunistas de Viseu apreciaram, discutiram e votaram o projecto de resolução política e elegeram a nova Direcção da Organização Regional, composta por 22 elementos, com uma média etária de 32 anos.

O documento aprovado faz a análise do actual momento político, económico, social e cultural do distrito. Aponta propostas para o seu desenvolvimento, aborda o Partido e o estado da sua organização, indica linhas de trabalho para o seu reforço e intervenção, reflecte preocupações e aponta medidas com vista a um melhor trabalho em áreas tão importantes como os movimentos sindical e camponês, as autarquias e a juventude.

A imprensa do Partido, a formação ideológica, o trabalho de fundos, a estrutura de direcção e as eleições que se avizinhm têm também no documento particular abordagem. A dinamização das lutas face à ofensiva do governo contra os direitos dos trabalhadores, a dinamização das lutas em defesa dos agri-

cultores e da agricultura, a defesa da criação da Universidade Pública de Viseu, as comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril - que, em Viseu, têm início em 8 de Março -, as comemorações do 1.º de Maio, as eleições para o Parlamento Europeu, a festa do «Avante!», as eleições para a Assembleia da República, são outras tarefas imediatas para as quais o documento também aponta medidas.

Das preocupações dos comunistas de Viseu, resalta ainda a necessidade de ter uma melhor e mais contínua intervenção pública em torno dos problemas locais, o acompanhamento dos eleitos da CDU nas autarquias, o reforço da organização junto dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados, das mulheres, dos deficientes, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, o trabalho de angariação dos meios financeiros de que o Partido carece para dar cabal resposta a toda a sua actividade.

A 5.ª Assembleia da Organização Regional de Viseu do PCP, cujos trabalhos foram encerrados com uma intervenção de Sérgio Teixeira, terminou com a afirmação da confiança de que é possível ganhar o futuro.

Na noite do mesmo dia, realizou-se ainda, num restaurante da cidade, um jantar comemorativo do 78.º aniversário do PCP que contou, para além de muitos camaradas presentes na Assembleia, com muitos amigos do Partido que se quiseram associar a esta iniciativa. Na ocasião, usou da palavra Aurélio Santos, membro da Comissão Central de Controlo.

Sector Público

«Organizar mais e melhor»

«Organizar mais e melhor o Partido nos locais de trabalho» foi o tema central da V Assembleia de Organização do Sector Público da ORL que, no passado sábado, se realizou no Centro Vitória, com a participação de 60 delegados e a presença de Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP.

No projecto de Resolução Política, aprovado com uma abstenção, a Assembleia «exorta», assim, todos os membros e os quadros do Partido no Sector a assumirem «como sua» a tarefa de organizar mais e melhor o Partido.

O documento posto à discussão caracteriza a realidade de dois anos de governação PS que, subordinando a economia e a vida nacional aos interesses dos grandes grupos económicos, desencadeou uma «brutal ofensiva» contra o sector público produtivo e serviços públicos e levou as privatizações mais longe que qualquer outro governo de direita.

As consequências - redução brutal dos postos de trabalho efectivo, ritmos e cargas de trabalho excessivos, existência de trabalhadores com vínculos precários a empresas diferentes, reestruturações permanentes, desmembramento e fusões - criaram «um quadro complexo muito negativo e adverso» que só a luta dos trabalhadores impediu

que fosse mais longe. Mercê dessa luta, o Estado português continua a deter importante posição no sector público e foi preservada parte importante do património de direitos sociais dos trabalhadores.

Mas, para os comunistas do sector público, continua na ordem do dia a luta contra as privatizações e o pacote laboral, pelo emprego efectivo e defesa dos direitos sociais.

Ao longo de 23 intervenções, os delegados à Assembleia, para além destas questões, analisaram com particular atenção o trabalho de organização no sector que, apesar dos esforços, sofreu recuos significativos, quer por efeito da política de direita de sucessivos governos quer pela incompreensão que persiste em muitos militantes quanto à necessidade de «um forte e influente Partido político dos trabalhadores», o PCP.

Com vista ao reforço do Partido, a Assembleia, mantendo no essencial a actual estrutura de direcção, decidiu fazer incidir os seus esforços no recrutamento de novos membros e na criação de «núcleos de contacto» para o aprofundamento da ligação aos militantes.

Por fim, a 5.ª Assembleia do Sector Público elegeu por unanimidade o novo organismo de direcção, agora composto por 52 camaradas, 12 dos quais mulheres.



PCP recebe Sargentos

Na sexta-feira passada, uma delegação do PCP integrando o seu Secretário-geral, Carlos Carvalhas, e Domingos Abrantes, da Comissão Política, recebeu no C.T. Soeiro Pereira Gomes uma delegação da Associação Nacional de Sargentos.

LISBOA Canibalismo na TAP

O conjunto de diplomas que visam a alteração da legislação laboral, constituindo uma das mais «cínicas e hipócritas» operações do Governo PS, deitam por terra todo o seu discurso social e colocam-no «definitiva e inequivocamente» ao lado patronato. A afirmação cabe ao Organismo de Direcção do Sector de Transportes de Lisboa do PCP que, condenando todo o processo que envolve a privatização da TAP, responsabiliza o Governo pela «degradação da gestão, delapidação do património e autêntica canibalização da TAP pela Swissair».

BARREIRO 4.ª assembleia reúne

Sob o lema *Reforçar, Para Ganhar o Futuro*, realizou-se recentemente, na colectividade «S.F.U.A. 1.º de Dezembro», a 4.ª Assembleia da Organização de Freguesia do PCP de Stº António da Charneca.

Durante a assembleia, que discutiu aspectos da situação política nacional e alguns problemas locais, foram apontadas as principais prioridades para o trabalho futuro do Partido na freguesia: rejuvenescimento da organização; intervenção junto do movimento associativo; promoção de mais iniciativas pelas células. Por fim, a Assembleia procedeu à eleição da nova Comissão de Freguesia composta por 34 elementos.

No encerramento dos trabalhos, interveio José Morais, membro do CC e responsável pelo concelho do Barreiro, que se congratulou com a realização da Assembleia e fez votos para que os comunistas da freguesia, com o seu exemplo, continuem a contribuir para uma maior afirmação e intervenção do Partido na freguesia.

VILA DO CONDE Eleita nova Concelhia

Por sua vez, em 19 de Fevereiro, a Organização Concelhia de Vila do Conde realizou a sua 3.ª Assembleia, tendo como principais pontos de discussão a definição das linhas de trabalho e a eleição de uma nova Comissão Concelhia.

Após o debate, que se realizou num ambiente fraterno e de unidade, foi eleita uma Comissão

Concelhia de 14 membros, cuja constituição revela uma assinalável renovação e rejuvenescimento.

Considerando as múltiplas tarefas a desenvolver, quer a nível nacional quer local - onde a maioria absoluta PS na Câmara é, frequentemente, prepotente e asfixiante -, vários camaradas chamaram a atenção para a necessidade de uma maior participação dos militantes.

No final, Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política do PCP, fez uma exposição circunstanciada sobre o ano político em curso, com particular destaque para as eleições para o Parlamento Europeu e Assembleia da República, e apelou à mobilização de toda a organização nas batalhas que se vão travar.

ESMORIZ PCP apoia pescadores

Na sequência dos acontecimentos registados na Praia de Esmoriz, a Comissão Concelhia de Ovar do PCP contactou o Grupo Parlamentar do Partido, no sentido de levantar mais uma vez o problema na Assembleia da República.

O PCP - primeiro partido a levantar a questão na AR - reafirma o seu apoio e solidariedade para com os pescadores e exige a resolução do problema das majoeiras e dos apoios prometidos para a pesca da xávega, designadamente a lota e o combustível subsidiado.

SUIÇA Burocracia continua...

A Direcção do PCP na Suíça, reunida recentemente em Neuchâtel, divulgou uma nota à comunicação social onde, dando voz ao descontentamento dos emigrantes no que se refere às dificuldades burocráticas por parte das alfândegas portuguesas, informa as diligências que a esse propósito foram já efectuadas pelo deputado comunista Rodeia Machado na Assembleia da República. Entretanto, segundo os comunistas, o acordo assinado entre a UE e a Suíça - a vigorar em 2001 - continua a suscitar dúvidas junto da comunidade portuguesa, pelo que, em recente entrevista com o Embaixador de Portugal em Berna, uma delegação do PCP solicitou informações sobre o assunto.

LISBOA Habituados protestam

Os habitantes das zonas históricas da Cidade de Lisboa discordam do pacote legislativo do Governo para a habitação, designadamente das alterações ao Regime de Arrendamento Urbano (RAU) e ao Regime Especial de Participações na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA).

Assumindo esse descontentamento, a Direcção da Cidade de Lisboa do PCP lançou um abaixo-assinado de protesto contra essas alterações - agora em discussão pública -, por preverem a diminuição da participação da Câmara e das freguesias no âmbito da reabilitação urbana dos núcleos históricos e darem ao proprietário a decisão sobre as obras necessárias - que os inquilinos irão suportar através do aumento das rendas - e a possibilidade de, sem um parecer técnico da Câmara, demolir o edifício que considere inviável técnica e economicamente.



Homenagem aos tarrafalistas, no Alto de S. João

Homenagem aos tarrafalistas

Centenas de pessoas participaram, na manhã de sábado passado, na homenagem aos tarrafalistas, junto do mausoléu, no cemitério do Alto de S. João.

Organizada pelos tarrafalistas, com o apoio da URAP, a homenagem foi uma homenagem aos que caíram no *campo de morte lenta* do Tarrafal, em Cabo Verde, em que se recordou «as arbitrariedades de que foram vítimas, as torturas, os trabalhos forçados, as doenças e as mortes daqueles que apenas queriam que Portugal fosse livre e democrático», como sublinhou Armindo Guimarães, dirigente da URAP.

«O funeral dos restos mortais,

trasladados de Cabo Verde para Lisboa, no dia 18 de Fevereiro de 1975, foi dos acontecimentos mais emocionantes da Revolução de Abril, com um imenso cortejo de mulheres, homens e jovens que naquele dia, debaixo de uma chuva impiedosa, num dia de temporal, acompanharam aqueles heróis da luta antifascista à sua última morada», lembrou ainda o orador.

Armindo Guimarães, sobrevivente tarrafalista, a quem coube a intervenção central, apresen-

tou uma proposta, a dirigir ao Governo e à Assembleia da República, para que o dia 18 de Fevereiro passe a ser oficialmente reconhecido como o Dia Nacional do Resistente. Uma proposta aprovada por unanimidade e aclamação, e saudada com o slogan «Fascismo nunca mais, 25 de Abril sempre!».

A homenagem - em que estiveram presentes sobreviventes do Tarrafal, membros da Direcção da URAP, vários núcleos da URAP e associações - foi encerrada com a deposição de coroas de flores de diversas organizações no mausoléu dos tarrafalistas.



Reformados manifestam-se

Centenas de reformados desfilaram, sábado passado, entre a Praça do Comércio e a Praça da Figueira, em Lisboa, reivindicando melhor Segurança Social e melhores condições de vida.

A manifestação, convocada pela Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos - MURPI, teve como objectivos fundamentais a exigência de um aumento intercalar de pensões e a defesa de um sistema público de Segurança Social e do Serviço Nacional de Saúde.

O MURPI reivindica que até ao ano 2000 todos os idosos tenham uma reforma que corresponda, no mínimo, a 85 por cento do salário mínimo nacional, com aumentos intercalares de três mil escudos no segundo semestre deste ano.

A pensão de reforma mínima é actualmente de 22.600 escudos.

Numa moção que irá ser entregue aos órgãos de soberania, o MURPI reivindica ainda ao Governo o cumprimento das promessas eleito-

rais, a defesa do sistema público da Segurança Social, um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito e o total respeito pelos direitos adquiridos «ao longo dos anos de trabalho e de luta».

O MURPI contabiliza mais de 1,8 milhões de reformados com pensões inferiores a 32 mil escudos, salientando que «39 por cento das famílias portuguesas vivem abaixo do nível de subsistência», sendo os reformados, pensionistas e idosos os mais atingidos.



Manifestação de reformados em Lisboa

Madeira Manifestações no Funchal

Habitação digna, melhores acessos, apoios para os agricultores, foram algumas das reivindicações apresentadas por habitantes da Câmara de Lobos e pelos agricultores da zona oeste ao Presidente da República, quando da sua deslocação à Madeira, no passado dia 22 de Fevereiro.

O PR voltou à Madeira para cumprir o prometido - inaugurar um conjunto habitacional para os moradores do Bairro do Porão, em Câmara de Lobos, conhecido pelas péssimas condições de há muito denunciadas pela CDU.

À sua espera estavam não só os habitantes do Porão, para manifestar o seu entusiasmo pela promessa cumprida, mas também moradores da Fajã (Panasqueira) e Belém, igualmente em Câmara de Lobos, que exigiam melhores acessos e uma habitação digna. Em manifestação no local estavam ainda agricultores da zona oeste da Madeira, atingidos pelos temporais do início de Janeiro deste ano, reivindicando apoios para a recuperação das suas culturas.

Um conjunto de iniciativas dinamizadas pela CDU/Madeira, que tem vindo a apoiar as lutas das populações e dos trabalhadores e o exercício dos direitos de cidadania.

Os habitantes do Sítio da Fajã entregaram um abaixo-assinado em que reclamavam por uma estrada, prometida há duas décadas, mas cuja construção tem sido constantemente adiada. Actualmente as pessoas demoram cerca de 45 minutos para efectuar o percurso entre a estrada regional mais próxima e o final do sítio e têm de levar tudo às costas, desde bens alimentares a materiais de construção. Até os bombeiros se recusam a lá ir buscar doentes, tal o estado do acesso que serve a localidade.

Os moradores do Bairro de Belém exibiam cartazes exigindo uma habitação digna. São cerca de três centenas de pessoas que vivem num outro «Bairro do Porão» e que esperam igual-

mente por uma oportunidade. Os agricultores entregaram uma missiva a Jorge Sampaio, subscrita por agricultores de Paul do Mar, Arco da Calheta, Fajã, Câmara de Lobos e Ponta do Sol, em que apontam as dificuldades que têm de enfrentar, quase impossíveis de superar sem os devidos apoios.

Entretanto, e apesar das pro-

messas logo avançadas por Alberto João Jardim, na presença do PR, nomeadamente de que, para além da linha de crédito à agricultura, haveria uma verba no Orçamento Regional para fazer face aos prejuízos provocados pelos temporais, surgem agora desmentidos oficiais. O Secretário Regional da Agricultura, Florestas e Pescas desmentiu tudo o que foi assumido pelo Governo Regional.

Uma situação face à qual a CDU/Madeira decidiu solicitar a presença do Secretário Regional da Agricultura na Assembleia Legislativa Regional, com carácter de urgência, a fim de

pedir explicações ao GR sobre a situação dos subsídios aos agricultores.

Uma outra iniciativa foi ainda implementada nestes dias com a participação da CDU/Madeira que, com a Quercus/Madeira e representantes da população da Camacha, constituíram uma delegação de cinco pessoas que se deslocou a Lisboa, dia 25 de Fevereiro, para um encontro com o Provedor da Justiça. Em causa está um protesto contra a construção da Incineradora na Região Autónoma da Madeira, processo onde não foram respeitados importantes requisitos legais e os direitos dos cidadãos.



A pesca madeirense vive momentos de grande crise

Pescadores ameaçam barrar Porto do Funchal

Os pescadores do atum de Machico e Caniçal ameaçam barrar a entrada do Porto do Funchal com as suas traineiras, caso o Governo Regional não resolva a crise provocada no sector pela falta de atum nos mares da Madeira.

Cerca de 100 pescadores daquelas localidades deslocaram-se segunda-feira ao Funchal, acompanhados pelo deputado da CDU/Madeira Edgar Silva, para ter uma reunião com o secretário regional da Agricultura, Florestas e Pescas, Bazenga Marques, mas este estava na ilha do Porto Santo.

Em alternativa, os manifestantes pediram para ser recebidos pelo director regional das Pescas, tendo então sido informados de que Bazenga

Marques receberia uma delegação de seis pescadores na terça-feira, na condição de não se fazerem acompanhar por elementos da CDU/Madeira.

A crise que se faz sentir nas comunidades piscatórias e, em especial, na vila do Caniço, concelho de Machico, está a atingir proporções alarmantes. Os pescadores vivem uma situação de crise social e económica muito grave, e só uma intervenção de emergência é que poderá minorar os efeitos sentidos actualmente.

Neste quadro, o deputado da CDU/Madeira Edgar Silva defende, nomeadamente, a criação de um fundo para situações de crise.

JCP debate Educação Sexual nas escolas



A «Educação sexual nas escolas» foi tema de um debate promovido pela JCP/Sintra na passada quinta-feira. Uma iniciativa que se insere na campanha nacional da Juventude Comunista Portuguesa sobre a regulamentação da Lei 3/84.

O debate juntou quase uma centena de pessoas, tendo como oradores convidados Sofia Costa, da Comissão política da JCP, e Ana Duarte, coordenadora geral do Núcleo de Política Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

A urgente regulamentação da lei, aprovada há 15 anos, foi uma das questões levantadas por Sofia Costa, que denunciou a hipocrisia dos partidos que, na campanha da IVG, apregoaram a necessidade de Educação Sexual e Planeamento Familiar como forma de resolver o aborto clandestino, nada tendo feito depois para a implementação da educação sexual nas escolas.

Ana Duarte, do ISCSP, defendeu a necessidade de uma sexualidade sem preconceitos e onde os tabus sejam quebrados e sublinhou o papel fundamental da introdução desta matéria nas escolas.

No Algarve, a campanha «Educação Sexual, já! Sem medos!» já passou pelas escolas secundárias de Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão, Faro, Quarteira, Silves e Lagos.

Nestas duas semanas seguem-se a Universidade do Algarve e as restantes escolas secundárias. Um contacto com os estudantes em que irá participar o deputado da JCP, Bernardino Soares, com a perspectiva de levar estas exigências da juventude à Assembleia da República. As propostas da JCP nesta área têm recebido o apoio maciço de estudantes, professores e funcionários, traduzido, até agora, em mais de 3000 assinaturas no abaixo-assinado que exige a implementação da Lei 3/84.

Valongo Assembleia de Organização

No âmbito da preparação do VI Congresso da JCP, que irá realizar-se nos dias 27 e 28 de Março, em Almada, os jovens comunistas de Valongo realizaram a 1.ª Assembleia de Organização concelhia.

A Assembleia debateu os principais problemas que afectam os jovens do concelho e aprovou propostas tendentes à sua resolução. Foi referido em particular, na área do emprego, a grande precariedade a que estão sujeitos os jovens do concelho, principalmente todos aqueles que trabalham nas grandes e médias superfícies comerciais do concelho.

De par de algumas propostas concretas para melhoria da qualidade do ensino, os jovens comunistas de Valongo avançam ainda outras sugestões, que dizem respeito ao todo social, mas terão impacto positivo para os jovens, como a criação de uma zona protegida enquadrando as serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, a criação de um CAT no concelho de Valongo, a eliminação progressiva de barreiras arquitectónicas facilitando o acesso a deficientes, o incremento de parcerias entre a Câmara Municipal e as associações juvenis, a transformação do Conselho Municipal da Juventude num órgão interventivo na definição das políticas juvenis, a criação de um pelouro próprio para a juventude ao nível da Câmara.

Suspensão da co-incineração Uma vitória das populações

A suspensão da co-incineração de resíduos industriais perigosos foi saudada, em Coimbra, e pelas populações de Maceira e Souselas, como uma vitória.

Uma vitória «fruto da luta, da convergência que esta permitiu alcançar, e da correlação de forças existente no Parlamento», como destacou a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, que valoriza ainda as diversas frentes em que esta acção de contestação se tem vindo a desenvolver - luta de massas, acção autárquica, intervenção legislativa, contribuição científica, procedimento judicial.

Para a associação cívica «Pro Urbe», que considera que, neste processo, «houve conquistas muito importantes para além da anulação da decisão ministerial», nomeadamente o aprofundamento da consciência ecológica dos cidadãos, a luta em curso constitui «um bom augúrio para aqueles que lutam pelo fortalecimento da democracia e pelos princípios da cidadania activa». Neste novo quadro, em que se recoloca a urgência de uma política nacional de resíduos, a Assembleia Metropolitana de Lisboa, reunida no passado dia 22 de Fevereiro no Auditório da Junta de Freguesia de S. João de Brito, aprovou, por unanimidade, uma moção em que se propõe que «o processo para a co-incineração só avance quando estiver garantido que as populações afectadas não verão agravada a sua qualidade de vida, nem posto em causa o seu direito à saúde».

Uma tal situação «passa pela apresentação e discussão, tão rapidamente quanto possível, de uma política nacional de resíduos, global e sustentada, e pela elaboração, em prazo aceitável e com base no Código Europeu de Resíduos, de um inventário completo dos materiais desse tipo produzidos no país», defende a AR de Lisboa.

Por uma política de resíduos integrada

A Assembleia Metropolitana de Lisboa considera que o problema da co-incineração não pode ser analisado isoladamente, «tendo de integrar-se no contexto de uma política nacional de resíduos integrada, numa política de ambiente global e orientada para um crescimento sustentado e sustentável». Um documento que não existe e que deverá ser «amplamente discutido, contribuindo para a sua redacção final todos os parceiros envolvidos e interessados».

Assim, a co-incineração, a ser considerada, surge como «um dos passos do processo, considerado como um todo», e de que a primeira medida é definir o destino dos resíduos, fixar os que deverão ser reutilizados, os que deverão ser recuperados, ou reciclados, ou sujeitos a tratamentos físico-químicos, e finalmente os que deverão ser incinerados ou deposi-

tados em aterro. Sempre na perspectiva de não vir a criar «um risco efectivo para as populações e para o ambiente» e da necessidade de criar condições para a adopção de tecnologias economicamente viáveis, privilegiando o social e o humano.

Em síntese, «haverá que esgotar primeiro as outras hipóteses de tratamento e destino final, antes de optar pela incineração. Só se deverá queimar o que for possível valorizar energeticamente por essa via, e sem que a unidade fabril em causa e o ambiente circundante corram riscos, desnecessários e inaceitáveis».

As unidades de transferência, que poderiam desempenhar fisicamente o papel de centros de classificação e caracterização dos resíduos, teriam que ser logicamente localizadas «fora do tecido urbano», pelo que a Quimiparque, no Barreiro, não, «em caso algum, uma localização a reter».

A concluir, a moção aprovada defende que «a saúde das populações e o equilíbrio do ambiente não podem ser postos em causa por indústrias, por actividades, produtivas ou outras, de qualquer tipo» e tão pouco «a criação de emprego, de riqueza e de bem-estar das populações» poderá ser obtido «à custa dos valores das gerações futuras».

Impõe-se, assim, encontrar uma solução adequada, em que «ninguém se poderá desresponsabilizar» e o papel das populações e das autarquias terá de ser respeitado e aceite.

Terrenos para tribunais



O Parlamento aprovou, faz hoje oito dias, com os votos favoráveis de todos os partidos da

oposição (o PS absteve-se), o projecto de lei do PCP que revoga o artigo (112.º) da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais que impunha aos municípios a aquisição de terrenos para a instalação de tribunais judiciais de 1.ª instância. Aquela norma, como recordou no debate o deputado comunista Pimenta Dias, imputava aos municípios o encargo pela aquisição, urbanização e cedência à administração central dos terrenos necessários à construção de edifícios para os referidos tribunais, chegando inclusive ao ponto de lhes atribuir os encargos com as obras de conservação.

Tratava-se, como está bem de ver, de uma medida profundamente iníqua e penalizadora para os municípios, confrontados com novos encargos que viriam agravar a sua já de si debilitada situação financeira.

Particularmente afectados seriam os municípios com pendor mais urbano, que, não possuindo bolsas de terrenos adequados para tal finalidade, como observou Pimenta Dias, ver-se-iam obrigados a proceder à sua aquisição, sujeitando-se a preços elevados ou especulativos impostos pelas regras do mercado de solos. Esta aprovação pelo Parlamento do projecto comunista, registe-se, corresponde à vontade expressa em parecer da Associação Nacional dos Municípios.

Falta lei dos solos



O deputado comunista Joaquim Matias voltou a chamar a atenção no Parlamento para a necessidade

de uma adequada lei dos solos, que defina com precisão o carácter público do seu uso. Trata-se, em síntese, de clarificar aquilo que não raras vezes é alvo de confusão por parte de muitos cidadãos, ou seja, que o direito de propriedade não confere o direito de transformação do uso do solo, uma vez que, este, deve ser um direito público. Estava-se num debate em torno de um projecto de lei do CDS/PP sobre a obrigatoriedade da elaboração e aprovação pelos municípios de planos de urbanização. Embora concordando com o quadro de partida que justificou a apresentação do diploma - descaracterização dos tecidos urbanos de algumas das nossas cidades, crescimento urbano feito quase exclusivamente com base em planos de pormenor (sem a desejável articulação e visão de conjunto) e sistema de relações imprecisas entre o poder público e a iniciativa dos particulares -, Joaquim Matias considerou que o articulado proposto está longe de dar resposta aos problemas, dado que é visível não ter sido entendida uma realidade que é infinitamente mais complexa do que a caracterização esquemática e simplista feita pelo CDS/PP.

Projecto de resolução do PCP aponta caminho Firmeza negocial na Agenda 2000

A reforma da PAC tem de atender às especificidades da nossa agricultura e à valorização do mundo rural

Firmeza negocial, com empenho e mobilização de todos os órgãos de soberania e do povo português, para que sejam salvaguardados os interesses vitais do nosso país no quadro da Agenda 2000, eis, em síntese, o sentido do Projecto de Resolução subscrito pelo Grupo Parlamentar do PCP e aprovado faz hoje oito dias pela Assembleia da República.

Reflectindo o que já em 11 de Fevereiro resultara do debate suscitado pela bancada comunista no Parlamento sobre esta matéria, o documento agora votado favoravelmente por todos os partidos da oposição (só o PS votou contra) defende que a estratégia negocial não deve abdicar da defesa do princípio da coesão económica e social como princípio estruturante da União Europeia, admitindo, na hipótese de um cenário final desastroso para o País, que deverá ser dado uso ao direito de veto.

«O alargamento não pode significar uma Agenda 2000 penalizadora de Portugal e outros países "fracos" dos actuais 15»,

assinalou a propósito o deputado comunista João Amaral, antes de sublinhar a necessidade de que «todos os países da União Europeia compreendam que Portugal não pode votar a favor de uma Agenda 2000 que traia os seus interesses vitais».

Em causa estão, recorde-se, um conjunto de questões propostas pela Comissão Europeia que, a serem aprovadas, consubstanciarão efeitos devastadores para o nosso país. Depois de verberar o Governo pela forma demasiado fechada como este conduziu o processo negocial, confinando-o ao secretismo dos gabinetes, João Amaral resumiu o que considerou serem as questões-chave nele presentes.



Desde logo, realçou, está a redução em termos reais do actual nível de financiamento do País, designadamente em matéria de fundos estruturais, uma hipótese que do ponto de vista do PCP é totalmente inaceitável.

Por outro lado, no que se refere às receitas da União Europeia, «impõe-se uma correcção que introduza a justiça contributiva

que hoje não existe (Portugal com 1,2% do PNB da União contribui com 1,4% das respectivas receitas)», do mesmo modo que é um imperativo, noutro plano, «defender o acesso da Região de Lisboa e Vale do Tejo aos seus actuais níveis de financiamento em fundos estruturais». «A coesão faz-se na prosperidade das Nações e não de regiões isoladas», observou João Amaral, para quem a paralisação do desenvolvimento de Lisboa, como região determinante para o País, seria desastrosa para o todo nacional.

Verdades no projecto de resolu-

ção estão também as preocupações do Grupo comunista relativamente à Reforma da PAC. As especificidades da agricultura portuguesa e mediterrânica têm de ser atendidas, da mesma forma que tem de ser prestada atenção à valorização do mundo rural, lembra João Amaral, que entende ser «absolutamente inaceitável qualquer transferência dos encargos da PAC para os diferentes países», na medida em que isso representaria «uma sobrepenalização para Portugal, país já fortemente penalizado com o actual modelo da PAC».

Governo derrotado no processo de co-incineração

O Governo pagou cara a precipitação e o erro por si cometido no processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos ao ver aprovado pelo Parlamento, com os votos favoráveis de todos os partidos da oposição (o PS absteve-se), um projecto de lei do PSD que suspende a legislação que previa aquelas operações.

Esta aprovação só foi entretanto possível devido à aceitação pela bancada laranja de alterações propostas pelo Grupo Parlamentar do PCP, que disso fez depender o seu sentido de voto. A mais importante dessas alterações dizia respeito à opção ou não pela co-incineração. Ao contrário do que preconizava o texto inicial do PSD - proibição pura e simples da co-incineração -, a bancada comunista defendeu, pela voz do seu líder, Octávio Teixeira, que o processo deveria, isso, sim, ser suspenso, isto para não cair no mesmo erro do Governo.

«Se foi precipitadamente irresponsável a opção do Governo pela co-incineração sem estudos credíveis que a sustentassem, igualmente seria irresponsavelmente precipitado que, nas mesmas circunstâncias, se fizesse a opção de co-incineração nunca, em tempo algum e em local algum do País», advertiu Octávio Teixeira. Tornava-se assim claro que a posição do PCP nunca poderia ser a de enfileirar por uma opção cega a favor ou contra a co-incineração, como tratou de avisar antecipadamente o dirigente comunista, mas sim a de lutar pela suspensão do processo até que haja estudos, em tempo adequado, «sem precipitações» e «sem demoras injustificadas».

O problema dos estudos foi, aliás, considerado pelo Grupo comunista como uma questão central para o processo de decisão, porquanto, como foi dito, só a partir deles poderá saber-se, efectivamente, se a co-incineração é ou não prejudicial à saúde das populações ou se agrava ou não os desequilíbrios ambientais.

Posicionando-se de um modo claro em defesa desta metodologia, em coerência com o que sempre defendeu nesta matéria, o Grupo comunista manifestou-se ainda um intransigente adepto dos princípios de «redução, reutilização e reciclagem», os quais, foi dito, têm de constituir uma prioridade de qualquer lei relacionada com os resíduos industriais.



Indignação pela prisão de Ocalan

Palavras de indignação e revolta pela prisão do dirigente curdo Abdullah Ocalan ecoaram no Parlamento. Visados foram não apenas os «métodos de banditagem» empregues pelas autoridades turcas, como também o que o deputado comunista João Amaral classificou de «comportamento hipócrita e interesseiro da União Europeia».

«Abdullah está preso nas mãos da temível polícia turca porque vários países da União Europeia o permitiram, ou pior, o quiseram, incapazes de defenderem com coerência e firmeza os direitos humanos», acusou João Amaral na declaração política que proferiu, em nome do PCP, numa das sessões plenárias da semana transacta.

Foi um grito de viva condenação e de revolta o que se fez ouvir da tribuna pela actuação cruel mantida pelas autoridades Turquia contra um povo que busca o seu destino e a defesa da sua identidade e direitos.

Perante a arrogância da Turquia e no momento em que a vida do dirigente do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) corre sérios perigos - e este foi o apelo deixado por João Amaral -, decisiva e urgente é a intervenção activa da União Europeia no sentido da defesa dos direitos humanos dos curdos.

Quando ainda estão por esclarecer os contornos que rodearam a prisão do dirigente curdo, bem como o papel neste capítulo desempenhado por alguns países, com destaque para a Alemanha, os EUA ou Israel, a intervenção da União Europeia assume no entender do PCP uma importância fundamental, sobretudo para a libertação de Ocalan «como passo para a paz e para encontrar uma solução política para a questão curda».

Uma solução que respeite a vontade indomável dos curdos de encontrarem o seu espaço próprio e a quem, como recordou João Amaral, foi prometido há cerca de oitenta anos, após a I Grande Guerra, com a assinatura do Tratado de Sévres por ingleses, franceses e outros Estados aliados, a criação do Curdistão.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aberração na instalação de novos municípios À medida dos interesses do PS

Uma «aberração democrática, insustentável face aos princípios democráticos e face à Constituição», assim classificou o Grupo Parlamentar do PCP a proposta de lei do Governo que estabelece o regime de instalação de novos municípios.

Discutida juntamente faz amanhã oito dias com um projecto de lei do PCP sobre a mesma matéria, o diploma do Executivo acentua perigosamente os desvios ao sentido da Lei-Quadro de Criação de novos municípios - já subvertidos por altura da alteração adoptada para o processo de criação de Vizela -, ao conferir nomeadamente às comissões instaladoras, nomeadas pelo Governo, poderes concentrados que hoje são partilhados pelos dois órgãos representativos eleitos de qualquer município (Câmara e Assembleia Municipal).

Recusando frontalmente a solução desenhada pelo Governo, rejeição em que é acompanhado quer pela Associação Nacional de Municípios quer pela Associação Nacional de Freguesias, a bancada comunista sobretudo o facto de o Governo, que tudo indica contar com o apoio do PSD, corromper deliberadamente os princípios típicos que presidem a uma comissão

instaladora - princípios de transitoriedade e precariedade que decorrem da própria falta de legitimação democrática - procurando transformá-la «num sucedâneo de uma mistura da Câmara e Assembleia Municipal, acumulando todos os poderes da Câmara e ainda poderes da Assembleia Municipal».

Entre esses poderes, para os quais basta que seja invocado relevante interesse público, como lembrou no debate o deputado comunista João Amaral, encontram-se o de fixar a taxa de contribuição autárquica, exercer os poderes tributários, aprovar alterações a regulamentos, aprovar o mapa de pessoal, e todas as restantes competências da Assembleia Municipal.

Chega-se ao cúmulo - e esta foi outra das severas críticas produzidas à proposta governamental - de estatuir a suspensão de todos os prazos legais até um ano relativamente a todos os processos respeitantes a pretensões dos parti-

culares, bem como a contratos ou pagamentos, cujos documentos devam ser objecto de transferência do município de origem.

Entendendo que uma tal norma «configura um estado de sítio, onde os direitos dos particulares são postergados», João Amaral, particularmente severo na crítica, considerou-a ainda uma «solução violenta» que inverte o objectivo que preside à criação dos municípios, isto é, «em vez de melhorar a situação dos cidadãos, piora-a».

Para o Grupo comunista resulta ainda claro que as soluções preconizadas pelo Governo não são inocentes nem fruto do acaso. O diploma não só não resolve os problemas específicos do processo de transição, como, pior ainda, agrava-os, disse João Amaral, para quem as soluções foram igualmente feitas «à medida de interesses poucos claros».

É concretamente o caso - o parlamentar comunista não teve dúvidas em pôr o dedo na ferida - da comissão instaladora do Município de Odivelas, cujo presidente nomeado pelo Governo, o socialista Manuel Varges, já declarou ser candidato à futura presidência da Câmara, que ocorrerá daqui a três anos.



Em Odivelas surgiu a «nova versão dos jobs for de boys, onde o job actual é já garantia do job futuro»

«É uma nova versão dos jobs for de boys, onde o job actual é já garantia do job futuro», ironizou o deputado do PCP, antes de lamentar uma tal atitude e de alertar a Câmara para o facto de, assim, não ser «possível encarar seriamente os problemas existentes que se vêm agravando».

Contrariamente ao figurino adoptado pelo Governo PS, o

projecto de lei do PCP parte do princípio que as alterações à Lei não podem descaracterizar o que é essencial, ou seja, o carácter transitório, precário e limitado das funções da comissão instaladora. Nesse sentido - e estes são os traços caracterizadores do seu projecto - garante a normalidade e

qualidade dos serviços prestados às populações, assegura uma transição tranquila entre o município de origem e o novo município e garante o respeito pelo princípio democrático da representação, limitando à comissão instaladora os estritos poderes que por direito lhe competem.

AUGI's em debate promovido pelo PCP Prosseguir a reconversão e legalização

O processo de recuperação das áreas urbanas de génese ilegal, fenómeno que atinge sobretudo as áreas metropolitanas, designadamente a de Lisboa, vai estar amanhã em debate em sessão pública promovida pelo Grupo Parlamentar do PCP.

A decorrer na Sala do Senado da Assembleia da República, com início previsto para as 14.30 horas, este encontro contará com a presença de representantes dos municípios e de freguesias, técnicos, especialistas, associações de moradores e de proprietários.

No centro do debate vai seguramente estar a Lei 91/95, diploma que veio dar um decisivo impulso ao trabalho de recuperação dos bairros de génese ilegal levado a cabo por municípios e proprietários.

Pese embora os aspectos

positivos a ela inegavelmente associados, a experiência da aplicação da Lei revelou, entretanto, a importância de serem introduzidos no seu articulado aperfeiçoamentos e alterações capazes de vencerem bloqueios e darem resposta aos problemas e necessidades que se colocam no terreno ao processo de reconversão e legalização das áreas urbanas de génese ilegal.

Esta tem sido uma questão em relação à qual vários municípios têm estado particularmente atentos, como é o caso da Câmara de Loures que não só deu na altura um importante contributo para o aparecimento da Lei 91/95, como mantém uma postura activa sobre esta matéria no quadro de intervenção do seu departamento de Administração Urbanística.

A acompanhar de perto o evoluir desta questão tem estado também o Grupo Parlamentar do PCP, que apresentou já um projecto de lei visando a alteração da actual legislação, melhorando-a, num contexto em que a preocupação central continua a ser a de dar resposta aos problemas das populações, garantindo a qualidade do espaço urbano e o correcto ordenamento do território.

Homenagem a Octávio Pato

A Assembleia da República prestou «sentida homenagem» ao camarada Octávio Pato, recentemente falecido, aprovando por unanimidade um voto de pesar no qual são relevadas as suas qualidades de «cidadão vertical e destacado obreiro da democracia portuguesa».

«Octávio Pato foi durante toda a sua vida um exemplo de persistência, audácia, coragem, coerência e de firmeza de convicções, na luta pelo que considerava melhor para o seu País e para o povo a que pertencia», salienta o voto apresentado pelo PCP e a que todo o Parlamento se associou.

Sobre esta «grande e respeitada figura de militante e dirigente comunista durante quase seis décadas», recordada é a sua candidatura à Presidência da República, bem como o papel por si desempenhado enquanto deputado, primeiro na Assembleia Constituinte, liderando o Grupo Parlamentar do PCP, e depois à Assembleia da República, entre 1976 e 1991, onde integrou a bancada comunista.

O voto, lido por Almeida Santos, lembra igualmente o comportamento exemplar de Octávio Pato nas cadeias fascistas e as barbáras torturas a que foi sujeito pela PIDE. «Impedido de dormir durante 18 dias e noites seguidos e quatro meses incomunicável, recusou-se a responder a quaisquer perguntas», sublinha o texto, antes de recordar o espancamento de que foi alvo «no decorrer do próprio julgamento no Tribunal Plenário de Lisboa pela corajosa denúncia que aí fez da actuação da polícia política e da natureza fascista do regime».

«Talvez nunca se tenha assistido, nos negros anos do fascismo em Portugal, «a um julgamento tão duro nem a um comportamento tão heróico e coerente», salienta ainda o voto de pesar, no qual é simultaneamente reconhecida, noutro plano, a sua «inestimável contribuição para a consolidação da Revolução do 25 de Abril e para o processo que se lhe seguiu de democratização de Portugal».



A reconversão dos bairros de génese ilegal, assente no esforço conjunto dos municípios e dos proprietários, tem permitido requalificar o espaço urbano de vastas áreas do território

TRABALHADORES

Congresso dos Enfermeiros

De amanhã até domingo decorre no Forum Lisboa (antigo Cinema Roma) o 1.º Congresso Nacional do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que conta com cerca de 400 delegados. Sob o lema «Rumo ao Século XXI», vão estar em discussão as grandes linhas estratégicas de intervenção do SEP, tanto a nível imediato como nos próximos três anos. Nas informações divulgadas à comunicação social, o sindicato considera premente dar a conhecer a opinião dos enfermeiros sobre os problemas da Saúde e as repercussões de algumas medidas preconizadas, quer do ponto de vista da classe quer «principalmente» no que toca aos utentes.

Os temas-base do congresso estão expostos em quatro documentos, colocados pela direcção à apreciação dos delegados: «Reformas da Saúde, intervenção dos enfermeiros», «Formação e desenvolvimento profissional», «A enfermagem e o papel das organizações profissionais» e «Condições de trabalho e protecção social dos enfermeiros».

Évora

Realiza-se amanhã, na Universidade de Évora, a 3.ª Conferência Sindical da União dos Sindicatos do Distrito, que decorre sob o lema «Alentejo, emprego com direitos e melhores salários - Sindicalizar, organizar, reestruturar».

Amorim

Mais dois dias de greve, marcados para ontem e amanhã, constituem a resposta dos trabalhadores da Corticeira Amorim à intransigência da administração do grupo empresarial, que na sexta-feira, através do responsável de recursos humanos da holding, recusou alterar a intenção de proceder a uma actualização salarial média de 1375 escudos. António Carlos Almeida disse ainda aos representantes dos trabalhadores do Grupo Amorim que a parte patronal dá por encerradas as reuniões sobre esta matéria, remetendo o problema para cada uma das empresas - revelou a União dos Sindicatos de Aveiro. Estes dois dias de greve seguem-se a uma paralisação de 24 horas, no dia 19 de Fevereiro, que teve uma forte adesão.

Instrução

Entre duas aulas de condução automóvel deve continuar a haver um intervalo de dez minutos, defendeu a Festru/CGTP, que protestou publicamente contra algumas escolas que adoptaram escalas de lições práticas consecutivas, pelo mesmo instrutor, prejudicando os alunos e os profissionais, que ficariam obrigados a cumprir ininterruptamente até 5 horas de trabalho. A federação congratula-se com as instruções de fiscalização dadas pelo Director-Geral de Viação, mas insiste que a obrigatoriedade dos intervalos deveria ser expressa num aditamento à Portaria que regula o ensino automóvel.

Aumentam as dívidas à Segurança Social Mais 33 milhões em apenas 9 meses

O Governo não fiscaliza as empresas e não toma medidas para cobrar as dívidas do patronato (foto de arquivo)

O patronato continua a dever cada vez mais dinheiro à Segurança Social, denunciou na semana passada a CGTP-IN, num comunicado em que considera «imoral» esta situação.

No final de 1997, o valor das dívidas patronais à Segurança Social situava-se em 365 milhões de contos. Mas, feitas as contas até Setembro de 1998, este valor subiu para 398 milhões.

O comunicado da central sindical, que se reporta a estatísticas do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social relativas ao continente, cita também uma análise feita recentemente pelo Tribunal de Contas, em que se verifica que no plano de recuperação de dívidas nos anos de 1996 e 1997, do número total de devedores, apenas 10 por cento aderiram às facilidades concedidas e, desses, só 6 por cento (ou seja, cerca de 10 mil devedores) cumprem, o que «demonstra mais uma vez a falência deste tipo de soluções para recuperar as dívidas», afirma a CGTP, denunciando que «os contribuintes devedores aderem aos esquemas de regularização para daí retirarem benefícios (e, nomeadamente, pro-

gramas e apoios comunitários) e de seguida entram sistematicamente em incumprimento».

Os maiores

O aumento da dívida verificou-se, sobretudo, nas regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo. Quatro sectores concentram quase 60 por cento da dívida: indústrias têxteis, de vestuário e calçado (26,5 por cento), comércio (15,7 por cento), construção e obras públicas (8,3 por cento) e indústrias metalúrgicas, sem metalurgia base (8 por cento).

Até final de Junho, num total de quase 280 mil devedores, os contribuintes com débitos inferiores a mil contos eram 65235, havendo ainda 26483 com dívidas entre mil e 5 mil contos, 6654 com dívidas entre 5 e 10 mil contos, e 4246 com débitos de valores entre 10 e 20 mil contos. Mas os dados oficiais registaram ainda 2798 empresas com dívidas entre 20 e 50 mil contos,



807 empresas devedoras de verbas entre 50 e 100 mil contos, e 404 que deviam mais de cem mil contos. Destas, 190 são do sector têxtil e vestuário, e as restantes do comércio, restaurantes e hotéis, serviços à colectividade e fabricação de produtos metalúrgicos.

A CGTP-IN considera que «não é admissível o aumento da dívida à Segurança Social, tanto mais que a economia tem tido nos últimos anos um forte crescimento». «O patronato tem usado a Segurança Social como

se de uma Banca se tratasse, sem pagar juros» denuncia a central, registando que «os diversos governos nunca tiveram uma política preventiva» e até tiveram «uma certa permissividade», que se reflecte no facto, verificado pelo Tribunal de Contas, de que os serviços da Segurança Social demonstram incapacidade de resposta credível face ao requisito legal de prova da situação contributiva regularizada, exigida aos fornecedores de bens e serviços da Administração Pública.

Lembrando que o Governo do PS «prometeu agir nesta matéria», a CGTP conclui que o executivo «só evidencia publicamente a fiscalização aos beneficiários, nomeadamente, sobre baixas por doença, como se fossem eles "os maus da fita", e nunca se refere ao patronato e às suas dívidas». «É verdadeiramente imoral a situação das dívidas, tendo em conta que as contribuições são para financiar um sistema de protecção de riscos sociais», protesta a CGTP.

Não vendam os bens da Regina!

Os trabalhadores da Fábrica de Chocolates Regina concentram-se hoje à tarde junto à repartição de Finanças do 6.º Bairro Fiscal de Lisboa, na Rua dos Lusíadas, para tentarem impedir a venda de bens da empresa em hasta pública, decidida pelo Ministério de Sousa Franco. Vão também reclamar que o primeiro-ministro os receba em audiência e que seja formada, com urgência, uma

comissão para analisar o processo de viabilização da Regina, garantindo os postos de trabalho.

Na próxima quinta-feira, dia 11, o pessoal da Regina voltará a concentrar-se junto ao Ministério da Economia e, no dia 25, vai integrar-se na acção nacional convocada pela CGTP, reunindo-se no Rossio a partir das 14 horas.

Estas acções foram decididas

em plenário realizado dia 25 de Fevereiro, revelou o sindicato das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos, que num comunicado à imprensa reafirmou a solução defendida pelos trabalhadores: reunir os maiores credores, para discutir a possibilidade de um processo de viabilização.

O sindicato acusa as instituições governamentais de, em vez de servirem de exemplo de cum-

primento das leis, ignorarem «por completo» que a Regina foi declarada pelo Ministério do Emprego, em 29 de Novembro de 1995, uma empresa com salários em atraso. Não obstante, «o Governo permite que a empresa Imperial fabrique produtos com a marca "Regina" e que os gestores da empresa, responsáveis pela situação actual, através de uma sociedade comercial "Nova Rainha", os comercializem e daí

obtenham lucros, através do prestígio que a marca ainda tem no mercado».

Casa Hipólito

Em risco de desemprego estão também centenas de trabalhadores da Casa Hipólito, de Torres Vedras, e a sua dramática situação ia ser exposta ontem à tarde, em conferência de imprensa convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Desarticulação sai cara à CP

O reconhecimento de que foi seguida uma opção errada para a

modernização da Linha do Norte, os rumores de alienação a

privados de alguns segmentos de actividade e o atraso na esta-

ção do Cais do Sodré são casos que, tal como «outros que diariamente acontecem, estão intimamente ligados ao modelo de gestão que o Governo adoptou e que criou, entre outras coisas, uma desarticulação entre os diversos sectores de actividade do sistema ferroviário».

Esta opinião da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses foi dada a conhecer na semana passada, numa nota à comunicação social, em que a Comissão Executiva daquela estrutura sectorial da CGTP comentava o impasse, revelado publicamente, dos responsáveis da Refer quanto à modernização da Linha do Norte. «Tal como os técnicos da CP tinham advertido, sem conseguirem ser ouvidos, a plataforma geológica onde assenta a velha Linha do

Norte não oferece condições mínimas de consistência nem estabilidade necessárias para velocidades da ordem dos 220 km/h», constata a FSTFP, lembrando que «os engenheiros da casa defendiam que a referida plataforma não oferecia as condições mínimas de segurança, pelo que optavam pela construção de uma nova linha, ficando a velha a funcionar como alternativa estratégica».

Perante o reconhecimento, agora generalizado, de que foi errada a opção pelos «doutos pareceres de técnicos estranhos à CP, que se fizeram pagar a peso de ouro», a federação nota que «os senhores administradores e os senhores governantes que tomaram a decisão errada vão continuar a viver nas calças, sem que ninguém lhes peça contas».



Os responsáveis por um erro com custos elevadíssimos vão ficar impunes, protesta a federação (foto de arquivo)

EUROPA

Por proposta dos deputados do PCP PE aprova alargamento da reserva exclusiva de pescas

A aprovação pelo Parlamento Europeu da proposta apresentada pelos deputados do PCP que preconiza o alargamento da reserva exclusiva de pesca para as 24 milhas, marca uma nova orientação política que poderá beneficiar os pescadores e armadores portugueses.

A proposta apresentada pelo deputado Honório Novo considera que «para garantir uma política adequada de descentralização é fundamental manter como reserva exclusiva de soberania dos Estados ribeirinhos o acesso ao mar territorial das 12 milhas, bem como, igualmente, a necessidade de estender esta reserva às 24 milhas».

Com a sua inclusão no relatório Gallegher sobre a regionalização da Política Comum de Pescas, que foi discutido e aprovado na passada semana durante a mini-sessão em Bruxelas, o Parlamento assume uma posição iné-

ditada, considerada essencial para o sector das pescas nacional.

Honório Novo salientou a importância deste passo considerando-o «decisivo para a implementação de uma política de regionalização tal como a entendemos, isto é, com uma aplicação do princípio da subsidiaridade à Política Comum de Pescas, através do aprofundamento das descentralizações que se traduza na possibilidade dos Estados membros adaptarem orientações gerais de preservação de stocks e de controlo da política comum, e determinarem, em conjunto com o sector e a Comissão Europeia, as medidas concretas no

plano regional e ou nacional que se revelem adequadas para entroncar em objectivos mais gerais».

Contudo, referiu, esta não é a perspectiva de regionalização do relatório, onde surge como «um conceito muito nebuloso e insuficientemente caracterizado e que parece consistir mais em dividir mares e partes de oceanos e subzonas a serem entregues a uma gestão partilhada e assumida por grupos variáveis de países, de acordo com a localização geográfica daquelas divisões».

O deputado do PCP explicou que rejeita aquela perspectiva de regionalização porque nela «a definição de orientações seria plena e desligada de uma discussão conjunta e abarcaria a quase totalidade das vertentes hoje no domínio da Política Comum de Pescas», resultando daí «evidentes desequilíbrios e discriminações».

Parlamento dos jovens pode ter sede no Porto em 2001

O deputado do PCP no Parlamento Europeu, Honório Novo, enviou na passada segunda-feira uma carta ao presidente da Câmara Municipal do Porto e ao presidente do Conselho de Administração do Porto 2001, SA com o objectivo de solicitar o apoio institucional das duas entidades à realização de uma sessão plenária do Parlamento Europeu dos Jovens na Capital Europeia da Cultura de 2001.

Honório Novo informou que a Associação Portuguesa do Parlamento Europeu de Jovens se candidatou a que uma das duas sessões deste parlamento no ano 2001 venha a ter como sede a cidade do Porto.

No entanto, explica, existem outras candidaturas, entre as quais Roterdão e Marselha, exis-

tindo contudo grandes possibilidades de que a decisão venha a recair sobre as cidades do Porto e de Roterdão, já que ambas serão naquele ano capitais europeias da Cultura.

É neste sentido que o deputado considera que se justifica que quer a Câmara quer o Conselho de Administração do Porto 2001, SA apoiem institucionalmente a candidatura da Associação Portuguesa e possam inclusivamente inscrever no programa da capital da cultura a realização de uma das sessões do Parlamento de Jovens.

Refira-se ainda que a Associação Portuguesa do Parlamento de Jovens está neste momento a estabelecer personalidade jurídica e terá sede na cidade do Porto.

Mais cooperação contra o crime organizado

A luta contra o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada é o tema de um encontro que está a decorrer hoje, quinta-feira, em Bruxelas, por iniciativa do Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica.

O encontro realiza-se depois de os partidos que integram o Grupo, designadamente o PCP, terem abordado estes problemas em diversas iniciativas. Recorde-se que ainda recentemente os comunistas portugueses promoveram em Lisboa o fórum «Drogas e Branqueamento de Capitais», no qual participaram representantes do Partido Comunista Francês, da Refundação Comunista, bem como especialistas nacionais e estrangeiros.

O colóquio de hoje pretende abordar a situação do branqueamento de capitais e das organizações criminosas nos países da Europa e as suas ligações mundiais; ana-

lisar medidas de prevenção e de combate contra estas práticas e as experiências e acções de cooperação de diversos países; aprofundar as formas de cooperação e elaborar propostas de luta contra este fenómeno, particularmente no que concerne às organizações criminosas, a apresentar no Parlamento Europeu e nas instâncias internacionais.

Para além de representantes dos partidos que constituem o Grupo, foram convidados a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa, o Observatório Europeu contra a Droga e Toxicoddependência, a Comissão da União Europeia, entre outras instituições, para além de vários especialistas na matéria.

De Portugal, participam o deputado António Filipe, membro da Comissão Eventual da Toxicoddependência da Assembleia da República, e o procura-

dor João Luís Pena dos Reis, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Os organizadores salientam que o problema atingiu uma importante dimensão na Europa e no mundo, com consequências nas actividades económicas e financeiras e ligações ao sistema político. Por outro lado, a globalização económica e as tendências dominantes no mundo actual, a supressão de fronteiras e a própria criação do euro, podem ser utilizadas em certos casos para a intensificação de actividades ilícitas, contribuindo assim para o agravamento da situação.

Neste contexto, é necessário promover uma cooperação mais estreita ao nível europeu e mundial para combater o crime organizado, nomeadamente no que respeita ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais.



A extensão da soberania portuguesa às 24 milhas é essencial para o sector das pescas

Precariedade faz subir acidentes de trabalho

O relatório *Olaja* sobre segurança e saúde no trabalho, discutido na passada semana em Bruxelas, mostra que a melhoria das condições de trabalho é essencial para a redução do número de acidentes e saúde dos trabalhadores.

Considerado «excelente» pelo deputado, do PCP, Sérgio Ribeiro, o relatório sublinha que «algumas formas de condições de trabalho atípicas e a subcontratação têm contribuído para um aumento dos acidentes de trabalho», instando por isso a Comissão a levar os Estados membros a cumprir as directivas comunitárias sobre esta matéria e a controlar rigorosamente a sua aplicação.

Sérgio Ribeiro lembrou a propósito que nos países da União Europeia morrem por ano quase 8 mil trabalhadores em acidentes de trabalho e que 10 milhões sofrem acidentes ou doenças profissionais.

Para o deputado português «esta situação tem de ser encarada de forma séria e responsável», considerando que deve ser «dado maior relevo à consideração e actualização da directiva 92/57» sobre a higiene, segurança e saúde no local de trabalho.

Embora ressalve que a mera transposição de directivas não é suficiente, o deputado comunista salienta no entanto que este é um passo importante: «Pensamos que uma das nossas batalhas deve ser a de lutar pela transposição para as ordens jurídicas internas de directivas que se estimem relevantes e controlar sua aplicação prática.»

Em relação a Portugal, Sérgio Ribeiro recorda que os deputados do PCP exigiram a aplicação da referida directiva através de perguntas, na sequência de «graves acidentes em estaleiros da construção civil ocorridos em Portugal, em Outubro de 1994 e Março de 1995, tendo o Governo transposto a directiva em Julho de 1995».

Também a partir do caso das tendinites na Ford Electrónica Portuguesa, de Setúbal, os deputados do PCP têm dirigido perguntas à Comissão, designadamente em Novembro de 1995 e em Janeiro de 1997. «E não deixaremos de insistir», afirmou Sérgio Ribeiro, acrescentando que é necessário contrariar a evolução nesta área.

Concretamente, o deputado defende que a revisão do quadro geral da reorganização do trabalho e cita M. Juncker que, quando estava na presidência luxemburguesa do Conselho, afirmou: «As políticas de fragilização e de precarização dos vínculos contratuais de trabalho traduzem-se por um aumento do número de acidentes de trabalho; e a precariedade é a condição de trabalho que mais gravemente atenta contra a saúde e a segurança dos trabalhadores.»

Sérgio Ribeiro refere ainda o relatório sobre reorganização do trabalho, pelo qual é responsável, lamentando que o documento não possa ir a plenário por falta de tempo. As questões que aí tratadas «são de indiscutível e prioritária importância pois têm a ver com as condições, a duração, os vínculos laborais, dando particular relevo à segurança e saúde no trabalho».

INTERNACIONAL

Negociações suspensas nas Filipinas

As conversações de paz entre o Governo filipino e a Frente Nacional Democrática (NDF), o Novo Exército do Povo (NPA) e o Partido Comunista (PC) estão suspensas «sine die». A decisão foi anunciada pelo próprio Presidente das Filipinas, Joseph Estrada, a semana passada, que justificou a medida com o rapto de dois militares e um polícia.

Num comunicado divulgado pelo palácio de Malacanang, o presidente Estrada qualifica de «traição» e «má-fé» os raptos ocorridos em 15 de Fevereiro perto de Davao, de dois oficiais, incluindo um general do Exército e, a semana passada, de um polícia, no centro das Filipinas. A decisão «de suspender imediatamente e de forma definitiva as conversações de paz» inclui igualmente a «retirada das garantias de imunidade» acordadas aos negociadores por parte da guerrilha. As conversações iniciadas em 1995 em Haia, na Holanda, com a NDF no exílio - que representa igualmente o PC e o NPA - levou à assinatura em Março de 1998 de um primeiro acordo sobre os direitos humanos, que prevê igualmente uma amnistia para os cerca de 80 guerrilheiros actualmente presos.

Carteiros holandeses querem calções

Os carteiros holandeses consideram-se discriminados em relação às suas colegas mulheres por estas terem a possibilidade de «usar farda com calções curtos, sem meias, nos dias de Verão, enquanto os homens são obrigados a usar calças largas». Devido a esta discriminação, os trabalhadores dos correios do maior sindicato holandês (FNV) apresentaram uma petição ao comité para igualdade de direitos. A direcção dos Correios da Holanda considera ser mais «representativo» para os homens vestir calças largas, o que o FNV considera uma «desigualdade e discriminação de tratamento dos seus empregados».

Eleições municipais no Irão

Pela primeira vez desde a Revolução Islâmica, os iranianos foram a votos. As eleições municipais tiveram lugar no domingo e, segundo o jornal moderado «Iran» citado pela agência Lusa, os

Guatemala Genocídio planificado entre 1981 e 1983

Entre 70 e 90 por cento das aldeias índias foram destruídas, multiplicando-se os casos de assassinato de crianças, mutilações e empalamentos

O exército da Guatemala levou a cabo um genocídio contra as comunidades índias entre 1981 e 1983, considerando-as aliadas naturais dos guerrilheiros da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca. Esta é uma das principais conclusões a que chegou a Comissão para o Esclarecimento Histórico (CEH), cujo relatório foi tornado público na semana passada, dois anos depois da assinatura dos acordos de paz.

Como refere o documento, a «política estabelecida por ordem superior» traduziu-se em estratégia de terra queimada, matanças e destruição de aldeias. As principais vítimas do exército foram os indígenas maias dos departamentos de Huehuetenango, Quiché e Baja Verapaz, situados no norte do país. A CEH fala de «aniquilamento» em «sequências lógicas e coerentes». Por exemplo, na região ixil, entre 70 e 90 por cento das aldeias foram destruídas, multiplicando-se os casos de assassinato de crianças, mutilações e empalamentos.

Contudo, o Estado não elegeu como inimigos apenas os índios. Todos os opositores, «democratas ou não, pacifistas ou guerrilheiros, legais ou ilegais, comunistas ou não comunistas», eram alvos das acções do Governo. Entre 1962 e 1977, as vítimas eram sobretudo líderes camponeses e sindicais, estudantes, professores, dirigentes sociais da capital e das regiões do sul. Nesta época a repressão baseava-se essencialmente em execuções extrajudiciais, torturas e desaparecimentos, acções que se voltaram a produzir em massa depois de 1985.

Estratégia anticomunista dos EUA

Entre 1962 e 1996 morreram mais de 150 mil pessoas e desapareceram 45 mil. A maioria das vítimas era civis. Das 626 chacinas documentadas, 93 por cento são da autoria das Forças Armadas e três por cento das guerrilhas. Como estava acordado, o documento não identifica individualmente os autores dos crimes mas data as acções, o que quer dizer que se pode apontar os responsáveis.

O general Efraín Ríos Montt, chefe do governo golpista que esteve à frente da Guatemala entre 1982 e 1983, já recusou as conclusões dos documentos. «Quem são eles para fazer acusações? No meu governo não houve genocídios. Se existem acusações, que apresentem as provas perante a justiça», afirmou o actual dirigente da Frente Republicana Guatemalteca, o segundo partido do país.

A CEH não tem poder judicial, mas o Centro para a Acção Legal dos Direitos Humanos já anunciou a sua intenção de acusar Ríos Montt de genocídio perante a Justiça.



Com o apoio das Nações Unidas, a Comissão contou com 269 especialistas provenientes de 31 países. Durante 19 meses recolheram mais de 8 mil testemunhos, reveladores de inúmeros acontecimentos ocorridos durante os 34 anos de guerra civil.

«Em nenhum país da América Latina se havia registado tantos casos de violações dos direitos humanos como aqui. Segundo as estatísticas, a Guatemala encabeça a lista», afirmou o coordenador geral da CEH, o norueguês Christian Tomuschat. Falando da «extrema crueldade» verificada, Tomuschat defendeu que a «magnitude e a inumana irracionalidade da violência que atingiu o país não podem ser explicadas simplesmente como consequência de um confronto armado entre duas partes».

A estratégia anticomunista dos Estados Unidos desempe-

nhou um papel importante no processo da guerra, através de acções classificadas pela comissão como «anti-reformistas», «antidemocráticas», «contra-insurgentes e criminais». O relatório refere «fortes pressões» do Governo e de empresas

norte-americanas para manter «a arcaica e injusta estrutura socio-económica do país», bem como o apoio da CIA a grupos ilegais. Cuba é também referida pela ajuda que deu à guerrilha.

Kofi Annan, a ONU e a NATO

A «tendência crescente da comunidade internacional» para confiar a «manutenção da paz» à NATO, em detrimento dos «capacetes azuis» das Nações Unidas, preocupa o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Num discurso pronunciado na Universidade de Georgetown, em Washington, a semana passada, Annan afirmou que «a manutenção da paz não é, nem deve ser no futuro, um domínio de rivalidade entre a ONU e a NATO».

«Há suficiente trabalho para as duas organizações, que terão mais êxito se respeitarem as suas competências e evitarem colocar-se no caminho uma da outra», declarou o responsável da ONU.

Annan não questiona as intervenções da NATO - felicitou a organização pelo que designa a «manutenção da paz na Bósnia», por exemplo -, mas diz-se preocupado com as outras organizações regionais que não têm as mesmas capacidades operacionais da Aliança Atlântica e lamenta que o Conselho de Segurança tenha colocado nos últimos anos alguns entraves às operações de Paz. Desde 1994, informou, o número de «capacetes azuis» caiu de 80.000 para 14.000.

«Se as nossas capacidades continuarem a ser pouco utilizadas, existe o risco dos Estados membros da ONU não concederem os fundos necessários para as operações de paz», advertiu Annan. E que operações seriam essas? Aparentemente, as destinadas a resolver os conflitos das «nações pobres, como as do continente africano», que seriam incapazes de resolver sozinhas os seus problemas.

Na sua intervenção, Annan reclamou das grandes potências um compromisso com as operações de paz das Nações Unidas e apelou aos países ricos para que cumpram com as suas obrigações financeiras com a organização internacional.

O que Annan não reclamou, e cada vez se torna mais necessário, foi um debate sério sobre o papel da ONU no contexto da «nova ordem internacional» ditada pelos EUA.

O que o secretário-geral da ONU não disse em Georgetown é que a tal «tendência internacional» para a crescente intervenção da NATO não passa da apetência dos EUA, acolitado por outras potências ocidentais, para imporem ao mundo as «soluções» que mais interessam aos seus interesses geopolíticos e geoestratégicos, sem terem de se sujeitar ao parecer da ONU e do seu Conselho de Segurança, onde o direito de veto dos membros permanentes pode travar as decisões norte-americanas.

A tal «tendência internacional» é na verdade uma preocupante manifestação da prepotência dos membros da Aliança Atlântica, agora sem o contraponto do Pacto de Varsóvia, ávidos de estender a sua acção para além do que há cerca de 50 anos definiram ser a sua zona de intervenção.

Argentina

Médico confirma rapto de crianças

A ditadura militar que dominou a Argentina entre 1976 e 1983 sancionou o rapto de filhos de presos políticos encarcerados em prisões clandestinas e posteriormente dados como «desaparecidos». A confirmação do que há muito vem sendo denunciado pelas «Avós da Praça de Maio» foi feita por Júlio César Caserotto, um médico militar, em declarações ao juiz federal Adolfo Bagnasco.

Júlio Caserotto, que está a ser ouvido no âmbito de um processo de investigação sobre a existência, durante a ditadura militar, de um plano sistemático para a apropriação e troca de identidade de menores, nascidos em prisões clandestinas ou capturados com os seus pais, admitiu ter assistido, num hospital do Exército, aos partos de doze mulheres que se encontravam em prisões ilegais, mas que por ordem dos seus superiores não efectuou o registo oficial desses nascimentos.

«Não se fez o registo dos nascimentos em nenhuma espécie de documento», declarou Caserotto, que confirmou a existência de «ordens verbais e escritas dadas por superiores para que se assistissem parturienses que eram conduzidas ao local por pessoal dos serviços secretos», chefou o

serviço de obstetrícia e ginecologia do hospital militar de Campo de Mayo, nos arredores de Buenos Aires, entre 1977 e 1983.

Segundo a Lusa, os advogados das «Avós da Praça de Maio» - organização humanitária que interpôs uma acção para determinar o paradeiro de 194 bebês - declararam à imprensa que o depoimento do médico militar confirma a existência de um «plano deliberadamente concebido» pelas autoridades militares para «se apropriarem dos filhos de desaparecidos». Embora se desconheça o destino dado às crianças, presume-se que a maioria tenha sido vendida a casais sem filhos, sobretudo no estrangeiro, mas também não é posta de parte a sua utilização para a venda de órgãos.

O delito de sequestro e troca de identidade de menores não é contemplado na lei de «Obediência Devida», sancionada em 1987 durante a presidência de Raúl Alfonsín, que isentou de responsabilidade criminal os membros das Forças Armadas e de Segurança.

Graças a este facto, as «Avós da Praça de Maio» puderam desencadear o processo em curso, que levou já à detenção dos ex-presidentes Jorge Videla e Reynaldo Bignone, entre outros chefes militares.

Paraguai

Processo contra presidente Cubas

A Corte Suprema de Justiça do Paraguai solicitou a abertura de um processo contra o Presidente da República, Raúl Cubas Grau, pelo não cumprimento da sentença judicial que condenou o general Lino César Oviedo e o coronel José Manuel Bóveda a 10 e a três anos, respectivamente, pela tentativa de golpe de Estado de Abril de 1996.

Cubas é acusado de «frustração de perseguição e execução penal» por não cumprir a ordem do Tribunal Judicial. O presidente acusa a Corte Suprema de «intromissão nas atribuições privadas do executivo» e afirma que Oviedo e Bóveda estão em liberdade não por decisão presidencial mas pela sentença do Tribunal de Justiça Militar, instância inferior à Corte Suprema.

Na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças Armadas, Cubas tem de cumprir as ordens da Corte contra os golpistas, mas recusa-se a fazê-lo. O presidente é amigo de Oviedo e tornou-se candidato do Partido Colorado às eleições presidenciais devido à prisão deste, o candidato original. Uma das bases da sua campanha foi a promessa de libertação do seu antecessor.

Na sexta-feira, a organização Jovens pela Democracia organizou um desfile pelas ruas de Assunção reivindicando o julgamento político do presidente e a prisão de Oviedo, bem como o respeito pela Constituição, pelo Estado e pelos direitos humanos. Os jovens pedem ainda o cumprimento da decisão da Corte, a livre expressão e a livre circulação.

Entretanto, os deputados paraguaios responsabilizam Cubas pelos males do país. «Creio que este Parlamento, integrando as duas câmaras, está à altura das circunstâncias e permanece coerente com o mandato recebido do povo. A classe política sentada em ambas as câmaras vai formar uma barre-

ra inquebrável para que nenhum messiânico possa consumir os seus sonhos de hegemonia», afirmou o senador liberal Francisco José de Vargas.

Cubas em ilegalidade funcional

Em entrevista ao diário paraguai *Noticias*, o presidente do Conselho de Magistratura, Federico Callizo Nicora, defende que actualmente existe uma quebra do Estado de Direito por desconhecimento da soberania da Justiça, particularmente devido ao caso Cubas/Oviedo.

Na opinião de Nicora, o presidente Raúl Cubas, apesar da sua

legitimidade de origem, transita para um caminho de ilegalidade funcional. Esta situação pode inclusivamente levar o país para a ilegalidade.

«Devemos resgatar a legitimidade de origem das nossas autoridades, na medida em que o presidente Cubas é um legítimo presidente de origem. Mas ele lamentavelmente está a cair no caminho da ilegalidade funcional», afirmou.

O presidente do Conselho de Magistratura considera que se trata de «uma crise que começa por ser política, digamos em sua própria raiz, para depois ramificar-se em todos os aspectos que nos está afectado no âmbito financeiro, económico e social».

candidatos que apoiam a linha de abertura proposta pelo presidente Mohammed Khatami devem receber 80 por cento dos votos. Apesar dos resultados só deverem ser publicados na próxima semana, o Ministério do Interior já adiantou que os candidatos moderados estão à frente no Conselho Municipal de Teerão. «Estas eleições darão o poder às pessoas», afirmou o presidente Khatami. «Estou contente por ter conseguido em menos de dois anos um dos objectivos que defendi durante a minha campanha», acrescentou.

Conselho Permanente do CCP ilegal

O Supremo Tribunal Administrativo declarou ilegal a eleição do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, anulando o escrutínio e todos os seus actos posteriores. Esta decisão surgiu na sequência de um pedido de impugnação requerido pelos conselheiros José Xavier (Holanda), João Fonseca (França) e Davide Quintães (Brasil), devido à intromissão da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas na primeira reunião mundial da CCP ao impor regras que levaram à rejeição de uma outra lista concorrente. «Compete agora à SECP reparar a situação que ela própria provocou por ausência de sensibilidade democrática, assumindo politicamente as consequências que o cumprimento da decisão judicial impõe», considera o PCP, numa nota à imprensa.

Coreia do Sul

Libertado o mais antigo preso político do mundo

Woo Yong-gak, de 71 anos, foi libertado por razões humanitárias na passada semana da prisão sul-coreana de Taejon, após 41 anos de cárcere. Antigo soldado comunista, Yong-gak foi detido em 1958 e condenado a prisão perpétua por espionagem,

sendo considerado o preso político mais antigo do mundo.

Nas suas primeiras declarações, Woo Yong-gak prometeu «fazer todos os esforços para acelerar a reunificação nacional» das duas Coreias. «Eu seria capaz de acatar as responsabili-

dades políticas de levar a cabo o nosso antigo desejo de reunificação», acrescentou.

Depois de 41 anos de solitária - onde podia ser visitado apenas por um tio -, Woo Yong-gak foi libertado juntamente com outros 16 presos políticos acusados de

espionagem ou de simpatizarem com a Coreia do Norte, no âmbito de uma amnistia a mais de 8 mil prisioneiros para comemorar o primeiro ano do mandato do presidente Kim Dae-Jung.

Os 17 presos políticos foram detidos ao abrigo da lei de segurança nacional. Em vigor desde 1948, esta legislação foi largamente utilizada pelos diferentes governos que lideraram a Coreia do Sul, servindo como justifica-

ção para reprimir todas as formas de contestação no seio da sociedade coreana, atingindo desde os líderes dos movimentos estudantis aos activistas pró-Pyongyang, passando por artistas, políticos e por dirigentes religiosos considerados demasiado progressistas. Ao contrário das anteriores, estas libertações não implicam a assinatura prévia pelos presos de um documento em que renunciam às suas convicções políticas.



As grandes manifestações foram seguidas por vagas de prisões, em particular entre os sindicalistas

Venezuela

Forças Armadas ao serviço da população

«Bolívar 2000» é o nome do projecto do presidente Hugo Chávez em funcionamento desde sábado na Venezuela e que mobiliza 70 mil militares, para além de funcionários de diferentes ministérios, em actividades de interesse social.

De acordo com as informações oficiais, o projecto tem três vertentes:

- Prol-País, destinado à protecção social dos mais necessitados e dos desempregados;

- Prol-Pátria, virado para a organização social e o trabalho em cooperativas agrícolas, visando incorporar os desempregados e subempregados, a quem serão entregues terras propriedade do Instituto Agrícola Nacional (IAN);

- Prol-Nação, apostado no desenvolvimento agro-industrial a longo prazo.

O projecto está orçado em cerca de 40 milhões de contos, verba que Chávez se propõe obter dos fundos de pensões e do redimensionamento das despesas de segurança do Estado,

designadamente através da eliminação de um número considerável de efectivos militares e policiais, para além da reestruturação dos custos do pesado aparelho burocrático do Estado.

A administração do dinheiro do projecto está a cargo dos comandantes militares de cada estado da Federação.

Segundo a Lusa, milhares de venezuelanos estão a aderir ao projecto «Bolívar 2000».

Os candidatos - na maioria desempregados - têm formado longas filas na Avenida Urdaneta, junto ao Palácio de Miraflores, em Caracas, para preencherem fichas de inscrição com os seus dados pessoais e habilitações.

Os dados dos desempregados vão ser tratados separadamente, no âmbito de um censo pedido pela Presidência da República destinado, numa fase inicial, a proceder a uma análise profunda da situação e, numa etapa seguinte, à ponderada colocação desta população na actividade agrícola.

Kosovo

O «massacre» que não existiu

Os resultados das autópsias aos 45 albaneses mortos em 15 de Janeiro em Racak, no Kosovo, «demonstram formalmente que as vítimas foram mortas por balas disparadas à distância e que os seus ferimentos ocorreram quando estavam vivos, não tendo sido, portanto, alvos de execução ou de massacre».

A conclusão dos médicos legistas foi apresentada a semana passada em Belgrado, num encontro entre os especialistas e o ministro sérvio da Justiça, Dragoljub Jankovic, mas não susci-

tou grande interesse por parte da comunicação social que, à data dos acontecimentos, não hesitou em divulgar as acusações do chefe da missão de verificação do Kosovo (KVM) da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), William Walker.

Recorda-se que Walker acusou as forças de segurança jugoslavas de terem «massacrado» os 45 civis, o que desde a primeira hora foi negado por Belgrado. As autoridades jugoslavas sempre afirmaram que as vítimas eram separatistas do Exército de Libertação

do Kosovo (UCK) mortos em combate, posteriormente sujeitas a uma macabra encenação para atribuir aos sérvios um alegado «crime contra a humanidade».

De acordo com os resultados agora divulgados, existe «unanimidade de pontos de vista» entre os peritos jugoslavos, bielorrussos e finlandeses que efectuaram as autópsias, apesar destes últimos não terem ainda assinado os documentos com as conclusões por desejarem proceder a análises suplementares. Os médicos legistas trabalharam na presença de observadores da OSCE.

Irregularidades nas eleições na Nigéria

Olusegun Obasanjo, do Partido Democrático do Povo, venceu as eleições presidenciais nigerianas realizadas no fim-de-semana. De acordo com os dados oficiais, Obasanjo ficou com 61 por cento dos votos, enquanto Olu Falae, representante da Aliança para a Democracia e do Partido de Todos os Povos, ficou com 39 por cento. Estes números foram já contestados por Falae e pela comissão de observadores internacionais. «Anteriormente disse que, se Obasanjo ganhasse as eleições de forma livre, eu seria o primeiro a felicitá-lo. Mas estas eleições não foram livres», afirmou Falae.

CGTP mobiliza para a luta

Resposta global ao pacote laboral

Uma resposta de «luta firme e determinada dos trabalhadores na defesa dos seus direitos» está a ser preparada pelo movimento sindical unitário. O dia 25 de Março tem lugar de destaque no conjunto das acções aprovadas sexta-feira, no plenário nacional de sindicatos da CGTP. Nessa quinta-feira, trabalhadores e activistas de todo o País concentram-se nos Restauradores e em São Bento.

Mas - estimulados pelos resultados das lutas travadas desde o surgimento do pacote laboral do Governo PS - os sindicalistas decidiram levar a cabo diversas iniciativas no dia 11, quando serão discutidos na AR os primeiros projectos que integram a mega-operação de subversão das normas legais que regem as relações de trabalho. Até lá, as comemorações do Dia Internacional da Mulher também proporcionarão uma boa oportunidade para o esclarecimento, a mobilização e o protesto dos trabalhadores e dos sindicatos.

Esta ofensiva legislativa foi «reclamada pelos patrões mais conservadores e assumida pelo Governo» e «visa pôr em causa pilares fundamentais do Direito de Trabalho, que são condição fundamental de progresso e justiça social, como sejam o direito ao trabalho e à segurança no emprego, a horários e salários dignos, à contratação colectiva e à liberdade sindical, à proibição da discriminação das mulheres e dos jovens trabalhadores e o direito à Segurança Social», recorda-se na resolução político-sindical aprovada dia 26, por unanimidade, e onde se regista que, «também em relação à Administração Pública, foi apresentado um conjunto de diplomas que articula conteúdos graves para estes trabalhadores, com uma política de privatizações, quando o que se impõe é a defesa, melhoria e extensão dos serviços públicos».

A luta já desenvolvida obrigou o Governo a remeter para a AR vários projectos que pretendia aprovar simplesmente em Conselho de Ministros. A CGTP salienta que também foi impedida a sua discussão no período de férias, «anulando-se, assim, o propósito de os fazer passar nas costas dos trabalhadores».

A discussão pública dos projectos legislativos com conteúdos gravosos - com destaque para a proposta de lei sobre a generalização do trabalho a tempo parcial e respectivos incentivos ao patronato - «teve um resultado inequívoco: a rejeição clara, por parte dos trabalhadores e dos seus sindicatos».

Entretanto, foi agendado para discussão na AR, dia 11 de Março, o projecto que preconiza a participação do patronato na elaboração da legislação do trabalho. Sexta-feira foram colocados à discussão pública, até 27 de Março, as propostas sobre férias e sobre o conceito de retribuição. Para o início de Abril está prevista a discussão no Parlamento das propostas sobre trabalho a tempo parcial, férias e «lay-off».

«Isto é uma verdadeira afronta aos trabalhadores, tanto mais grave quanto ocorre por ocasião dos 25 anos do 25 de Abril e que só pode ter uma resposta: a luta firme e determinada dos trabalhadores na defesa dos seus direitos», afirma-se na resolução. Carvalho da Silva, intervindo no final do plenário, apelou a que, contra esta «ofensiva generalizada», seja dada uma resposta geral e com conjugação de esforços. O coordenador da CGTP defendeu a articulação do combate ao pacote laboral com as lutas por melhores salários, pela redução de horários e pela defesa do emprego, entre outros objectivos que mobilizam hoje milhares de trabalhadores em todo o País.

ACÇÃO nacional de LUTA

Por Abril, defender os direitos dos trabalhadores contra o pacote laboral

16H ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 25 MARÇO



GOVERNO PS QUER LIXAR-NOS AS FÉRIAS

Não vamos nisso!

PCP Mais Respeito por quem trabalha

Jornada nacional do PCP

No período de 15 a 28 de Março, vai ser levada a cabo pelo Partido uma jornada nacional que tem por lema «Com o PCP, valorizar os direitos de quem trabalha» e que representa um esforço das organizações, aos vários níveis, para dinamizar a resposta às graves alterações à legislação laboral propostas pelo Governo PS.

Os comunistas vão, nesta quinzena, intensificar o esclarecimento e o alerta junto dos trabalhadores, com destaque para as mulheres e os jovens, acerca dos perigos que representam as propostas legislativas sobre trabalho a tempo parcial, alteração do conceito de retribuição, admissão da intervenção patronal na elaboração de legislação do trabalho, alteração do trabalho nocturno e alteração do regime de férias. As organizações vão procurar aproveitar experiências positivas anteriores e experimentar formas inovadoras de alargamento dos contactos com os trabalhadores, admitindo também a possibilidade de iniciativas dirigidas a jovens que estão prestes a entrar para o mercado de trabalho.

Madeiras

As condições de vida e de trabalho nas indústrias de madeira podem e devem ser melhoradas, desde logo no pagamento regular de salários que tenham em conta a capacidade económica e financeira das empresas e a necessidade de superar as enormes diferenças entre as remunerações praticadas em Portugal e nos demais países da UE. Esta exigência do Encontro Nacional de Trabalhadores que teve lugar no passado sábado, em Paços de Ferreira, promovido pela Federação da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, é contrariada pelo conteúdo do pacote laboral, pois este «vem mais uma vez penalizar os trabalhadores e defraudar a Segurança Social».

Aprovada por unanimidade e aclamação, a resolução principal do encontro expressa a disponibilidade dos participantes para integrarem a acção da CGTP, marcada para dia 25 de Março, em Lisboa. No documento exige-se ainda o fim da discriminação salarial das mulheres, «uma actuação firme» do Governo e da IGT no combate à fuga ao fisco e à Segurança Social, o respeito pela democracia sindical e o cumprimento correcto da semana de 40 horas, com respeito pelas pausas.

Fábricas militares

O plenário de representantes dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas responsabilizou o Governo pelo clima de agitação que possa ser desencadeado no sector, onde a ofensiva contra os direitos tem como principal instrumento a recusa do vínculo público do pessoal dos EFFAs. Na moção aprovada dia 23 é especialmente crítica o projecto de Estatuto aplicável aos trabalhadores dos estabelecimentos fabris do Exército, da responsabilidade do secretário de Estado José Penedos, que ignora a equiparação, desde sempre, à Administração Pública, relativamente a aposentação e assistência na doença, estatuto disciplinar, férias, licenças, regime de pensão unificada, aumentos sala-



riaes e outras matérias. O vínculo público «está desde há longa data reconhecido», salienta-se na moção. Os participantes no plenário expressaram ainda a sua preocupação pelo facto de o Ministério da Defesa Nacional ainda não ter dado qualquer resposta, cerca de 4 meses depois de terem solicitado a discussão da proposta reivindicativa para 1999, que contém, entre outros importantes pontos, a actualização salarial.

Hotelaria

Para ontem, junto à sede da Associação da Restauração de Portugal, em Lisboa, foi convocada uma concentração de trabalhadores do sector, com a qual a Feshot/CGTP pretendeu protestar contra a «postura recuada e de intransigência» dos representantes patronais nas negociações dos contratos colectivos. Os trabalhadores e a federação de sindicatos do sector reclamam «salários dignos, acima da inflação, melhoria dos prémios de trabalho e melhoria geral das condições de vida, trabalho, higiene e segurança».

Motivo de protesto é também o facto de a Inspeção do Trabalho não actuar no sector da hotelaria, restauração e similares, como segunda-feira denunciou o Sindicato da Hotelaria do Norte, frisando que as visitas às empresas «são constantemente adiadas» e que «os ofícios do sin-

dicado ficam nas gavetas do Ministério, existindo alguns que estão sem resposta há vários anos». Num comunicado de imprensa, o sindicato refere que, durante o ano passado, enviou 201 ofícios, dos quais apenas 98 tiveram resposta, e só depois de decorridos, em média, 95 dias. Dos 610 irregularidades denunciadas, somente foram levantados 29 autos, enquanto ficaram sem resposta 462 situações irregulares. Mesmo nos ofícios que mereceram resposta, houve 162 casos irregulares que não suscitaram reacção da IGT.

O sindicato vê nesta situação motivos mais que suficientes para acusar a Inspeção do Trabalho de «dar cobertura ao caos instalado no sector», com o trabalho ilegal e clandestino, o não cumprimento das 40 horas semanais, a falta de condições de higiene, saúde e segurança, o abuso do trabalho temporário. «Quando os inspectores visitam as empresas, os patrões ficam a rir, não regularizam as situações e muito raramente pagam as multas», refere o sindicato.

Vários exemplos de incumprimento da contratação colectiva e da legislação foram denunciados recentemente pelo Sindicato da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, que focou a atenção apenas nas cidades de Espinho, onde há casos em que o horário semanal chega às 72 horas, com apenas um dia de descanso semanal, e onde várias empresas mantêm meses a fio os trabalhadores em situação de clandestinidade, sem procederem aos descontos obrigatórios para a Segurança Social.



Ferroviários

A Federação dos Ferroviários levantou interrogações acerca dos motivos que levam o Governo e o conselho de gerência a travarem objectivamente a negociação do Regulamento de Carreiras e do Acordo de Empresa para o ano corrente. A FSTFP/CGTP chama a atenção, numa nota que a sua Comissão Executiva emitiu na semana passada, para que o Regulamento de Carreiras já devia estar negociado há mais de dois anos, enquanto o AE (que inclui a tabela salarial) deveria vigorar desde 1 de Fevereiro mas «nem sequer começou a ser negociado».

«Em contrapartida, o Governo e o CG acompanham com estranho excesso de zelo um conflito artificial», que «é estranho à maioria dos ferroviários e só pode servir ao CG e ao Governo para poderem justificar futuros ataques à CP», nota a federação, a propósito do «conflito com a direcção do Sindicato dos Maquinistas». A FSTFP reafirma o «direito inalienável à greve», mas manifesta-se «inteiramente alheia aos nebulosos, para não dizer obscuros, objectivos que estariam por detrás da greve» com início a partir de dia 26.

A federação adianta que «é precisamente porque não está disposta a que os direitos de todos os trabalhadores continuem a ser postos em causa e a ser premissas de luta, para exigir do Governo, do CG da CP e das administrações da Refer e EMEF que acelerem as negociações dos acordos de empresa e dos regulamentos de carreiras».

Administração Pública Descontentamento explode nos sectores

Começou segunda-feira, com elevados índices de adesão, uma greve dos serviços gerais de Saúde. Para dia 19, está convocada uma paralisação nacional dos trabalhadores não docentes das escolas da rede pública. Mantém-se a tensão na Direcção-Geral do Tesouro. A Administração Local tem acções marcadas para 12 e 24 de Março e uma manifestação nacional para 9 de Abril. Jorge Coelho e António Guterres não se podem dar por satisfeitos, só por terem obtido, no dia 23, a submissa assinatura da Fesap/UGT para um acordo salarial que deixa os trabalhadores do Estado insatisfeitos.

Para a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública - uma das mais representativas estruturas da Frente Comum de Sindicatos, que recusou a proposta governamental construída a «soluções» de permissão... - um acordo salarial só seria viável se consagrasse uma actualização do valor do índice 100 em 4,1 por cento e, nos dois anos imediatos, garantisse uma actualização equivalente à do salário mínimo nacional; além disso, até 2001 deveria ficar prevista uma percentagem de superação da diferença entre os salários mínimos nacional e da Administração Pública; e se, em 1999, por razões de justiça social e de aproximação à média dos salários europeus, nenhum trabalhador tivesse um aumento de menos de 4 mil escudos.

A FNSFP/CGTP, ao comentar o acordo do Governo com a Fesap, considera «claramente compreensível para os trabalhadores que os sindicatos que compõem a Frente Comum não tenham aceite a proposta governamental», uma vez que «o valor de 3 por cento não corresponde ao compromisso assumido pelo ministro Jorge Coelho, ditado para a acta da reunião de negociação do acordo de 10 de Janeiro de 1996». A federação, na nota que divulgou dia 24 à comunicação social, realça que, «de então para cá, os aumentos salariais registados não só não contribuíram para a recuperação do poder de compra perdido ao longo de anos, como determinaram um afastamento progressivo entre o salário mínimo nacional e o salário mínimo da Função Pública».

«Em causa, ao longo destes últimos anos e contrariando o registado no Programa do actual Governo, está o objectivo de favorecer, na distribuição da riqueza nacional, o factor trabalho, enquanto que longe fica o objectivo da progressiva aproximação à média dos salários praticados na

UE», afirma a federação, concluindo que o acordo de dia 23 «é parco em conteúdo favorável para os trabalhadores».

O pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino não superior tem um forte motivo acrescido de preocupação e descontentamento, que está na base da decisão de marcar a greve nacional de 19 de Março: aguardam desde o final do ano lectivo passado o novo regime jurídico da sua actividade, atraso que leva a FNSFP a criticar o secretário de Estado Oliveira Martins, que costuma dizer aos sindicalistas que «os prazos são para cumprir»... Para além dos trabalhadores do quadro efectivo, prejudicados com esta demora, há cerca de 5 mil trabalhadores contratados a termo certo que poderão ver os seus empregos em risco no final deste ano lectivo, se o Governo não adoptar uma medida legislativa que permita a sua integração no quadro. Para anunciar a paralisação, dirigentes e activistas sindicais concentraram-se sexta-feira frente ao Ministério da Educação, tendo obtido o compromisso de iniciar dia 10 as negociações do regime jurídico.

As greves descentralizadas dos auxiliares da Saúde, que vão ter lugar durante todo o mês de Março, representam «a reacção natural dos trabalhadores face ao incumprimento da parte do Governo de compromissos assumidos em Dezembro de 1996 relativos à reestruturação da carreira», explicava o sindicato da Função Pública do Sul e Açores, numa nota que divulgou sexta-feira. As paralisações iniciaram-se segunda-feira, abrangendo os locais de trabalho do Norte do distrito de Santarém, e prosseguiram terça-feira no Norte do distrito de Castelo Branco. Amanhã estarão em greve os trabalhadores dos serviços gerais dos Hospitais Cívicos de Lisboa (São José, Santa Marta, Capuchos, Desterro, Estefânia e Curry Cabral).

Reunidos dia 24 em plenário, os trabalhadores da Direcção-Geral do Tesouro salientaram a adesão elevada (entre 80 e 90 por cento) à greve de 3 dias da semana anterior e exigiram ao ministro das Finanças que marque uma entrevista no prazo de 15 dias. Se Sousa Franco não responder, novo plenário decidirá novas acções de luta pela revalorização profissional, pela criação de carreiras e categorias similares às da Administração Fiscal e Aduaneira, e pela criação de um fundo de regularização de tesourarias.

■ JOSÉ CASANOVA
Membro
da Comissão Política

As fontes de Pacheco

A PRETEXTO da visita de José Saramago a Cuba, Pacheco Pereira escreveu e mandou publicar no «Diário de Notícias» um texto que, pelo conteúdo, se assemelha a uma sentença do Tribunal Plenário de outros tempos e, pela forma, nos traz à memória o «Diário da Manhã» da mesma época. Trata-se de um grito de desespero e, simultaneamente, de um disparo de raivas e rancores, tudo isto em mau Português e confirmando os preocupantes sintomas patentes em vários dos seus recentes artigos.

Desta vez, os alvos das pachecais iras são três dos seus ódios de estimação: os comunistas em geral e Saramago e Cuba em particular.

A Saramago, Pacheco jamais perdoará o sacrilégio de ter ido a Estocolmo dizer o que disse. De facto, não há direito: anda o diligente Pacheco numa roda-viva, há anos e anos, a fazer o desbragado elogio do capitalismo e das suas paradisíacas decorrências e eis que Saramago, em escassos minutos, de Nobel na mão, diz ao Mundo que tudo aquilo são tretas. E o Mundo, ingrato, ouve Saramago e, cruel, ri-se de Pacheco. Que ferro! Acresce que Pacheco é pequenino e sabe-o; é baixinho e sabe-o; é minúsculo e sabe-o; não é sábio e sabe-o; e sabe, ainda, que nem subindo ao mais alto degrau do mais alto escadote disponibilizado por qualquer daquelas fundações norte-americanas, género Fundação Olin(1) - mesmo que instalado sobre uma plataforma composta pelo DN, pela TSF, pela Vida Mundial, pela SIC e por etc. - nem assim conseguirá chegar às proximidades dos calcanhares de Saramago. Pacheco sabe tudo isto - que é muito - e, pobre dele, sofre com tanto saber. Daí os desabafos públicos a que, cada vez mais frequentemente, recorre.

Pacheco não admite a mínima contestação ao reino da nova ordem imperialista, modelo de democracia e liberdades que faz as suas delícias e preenche os seus sonhos. Muito menos suporta a existência de um país e de um povo que teimam no objectivo de construir uma sociedade socialista. «Cuba é governada por um partido único» - coisa que Pacheco não tolera e a que contrapõe o unipartidarismo bicéfalo em vigor nos EUA e em vias de exportação para todo o planeta; em Cuba «não há imprensa, nem rádio, nem televisão livre. Há censura e prisões políticas. Não há liberdade de expressão, de associação. Não há liberdade nenhuma» - coisas que Pacheco não tolera, satisfeito que está com a liberdade toda existente nos mesmos EUA (exemplo que adopto como termo de comparação por estar ali mesmo ao lado de Cuba e por ser a expressão mais avançada do modelo de sociedade que faz correr Pacheco). É claro que a «informação» de que Pacheco dispõe em relação a Cuba (e estou em crer que em relação a todas as áreas onde exerce a sua implacável investigação) é, essencialmente, bebida nas fontes onde se acotove-la o cardume de especialistas na revisão contra-revolucionária da história das revoluções composto pelos seus irmãos de trajetória política (e não sei se só). É claro, também, que essas fontes são alimentadas por uma diversificada rede de caneiros da qual emergem aquelas fundações norte-americanas, género Fundação Olin (2), que sabem tudo sobre tudo o que lhes interessa saber e que fazem questão de divulgar planetariamente todo esse

saber. Ora, com tantas e tais fontes disponíveis para saciar a sua sede de saber estórias, Pacheco bebe e aprende, incha e aprende. Senhores, as estórias que este estoriador sabe! era uma vez em Cuba, onde o Fidel era «campeão incontestado de basquetebol» porque os seus adversários «o deixavam ganhar» - vejam bem!; e era uma vez a URSS que convidou Bernard Shaw para a visitar... e por aí fora, num nunca acabar de estórias que fazem a estória e sempre com a fasquia colocada a este elevado nível de investigação, reflexão e análise... estóricas.

Pretendendo-se mais clintonista que Clinton, Pacheco considera o «embargo americano» a Cuba «um erro político dos Estados Unidos». Porque o embargo - manifestação concreta da brutalidade imperialista, exibição arrogante da sua condição de dono do Mundo - é responsável pelo sofrimento de milhões de pessoas? Não: porque, segundo Pacheco, sem esse embargo a experiência socialista de Cuba já teria sido derrotada e a pátria de Martí e Fidel já teria entrado nos

eixos da nova ordem imperialista de cariz totalitário que tanto agrada ao estoriador. Infelizmente, Clinton está-se borrifando para as opiniões de Pacheco... Quanto ao futuro de Cuba, não estou em condições de garantir, certeza certa, qual o desfecho final da brutal, violenta, desumana, antidemocrática, criminosa ofensiva dos amigos de Pacheco contra um país e um povo que assumem o direito de decidir o seu próprio destino. Estou convicto, no entanto

- pelo que vi e pelo que ouvi - que a resistência do povo cubano prosseguirá, que Cuba será sempre um osso duro de roer para o imperialismo e que a funda de David se sobreporá à força bruta, à bestialidade de Golias. Pacheco, sempre bem informado, garante que «só um cego é que não percebe» que aquilo a que se chama «resistência do povo cubano não é resistência nem muito menos do povo cubano» - e face a tão categórica garantia produzida por pessoa de tantos saberes, reduzo-me à minha insignificância, limitando-me a anotar os maus tratos a que o estoriador submete a Língua Portuguesa e a sublinhar

Pacheco não admite a mínima contestação ao reino da nova ordem imperialista, modelo de democracia e liberdades que faz as suas delícias e preenche os seus sonhos.

ção histórica aquele que é utilizado por milhões de portugueses no preenchimento semanal dos seus boletins de totobola e totoloto, ou seja, o científicíssimo método do palpite ou da fezada - hipótese que se me afigura a única possível.

Pacheco, ai dele!, sofre desalmadamente porque ninguém, em seu perfeito juízo, lhe compra «história», porque ninguém, em seu perfeito juízo, lhe aceita a tese de que «comunismo é igual a nazismo». E tamanho é o desespero de Pacheco que o pobre sujeita-se, mesmo, a passar pela vergonha de ter vir a público suplicar que o acreditem quando jura que não há ideologia capitalista e que o capitalismo é a ordem natural das coisas. Quanto aos crimes, Pacheco vive o drama terrível de se sentir responsável por todos... Primeiro - enquanto revolucionário divulgador e panegirista da «revolução cultural» e do slogan «o imperialismo é um tigre de papel» - foi co-responsável pelos crimes daí decorrentes; depois - já ex-revolucionário ao serviço dos interesses do ex-tigre de papel e enquanto divulgador e panegirista do pensamento único - passou a carregar sobre os ombros a co-responsabilidade de todos os crimes diariamente cometidos pelos seus novos ídolos.

E já agora, é preciso explicar a Pacheco, mais uma vez e pacientemente, que os comunistas condenam e rejeitam todos os crimes praticados, em nome do comunismo (e de que foram vítimas muitos comunistas), em vários países onde houve tentativas de criação de sociedades socialistas. É preciso explicar a Pacheco, mais uma vez e pacientemente, que esses crimes constituíram frontais perversões do ideal e do projecto comunista. E é preciso explicar a



que há no povo cubano uma dignidade que Pacheco, por razões óbvias, jamais entenderá.

Mas onde o inimitável Pacheco se supera a si próprio é no que toca aos «crimes do comunismo», seu tema preferido desde que a Fundação Olin (3) encomendou a um francês, seu irmão gémeo, a feitura de uma coisa que deveria chamar-se «Livro Negro do Comunismo». Diz o estoriador que «os comunistas hoje admitem os crimes do passado» mas fazem-no «de forma ritual e pouco sincera» e apenas para «legitimar as críticas que fazem a seguir ao 'capitalismo', futor de crimes 'semelhantes'!». Eis-nos perante um curiosíssimo método de investigação histórica, cujo pressupõe de duas uma: ou Pacheco passou a possuir um qualquer divino dom que lhe permite medir de forma objectiva essa coisa subjectivíssima que é a sinceridade dos outros (ou a falta dela) - hipótese que é de excluir visto que, se assim fosse, já se teria sabido e Pacheco teria lugar marcado na lista de beatificações para o próximo 13 de Maio; ou Pacheco adoptou, como método de investiga-

Pacheco, mais uma vez e pacientemente, que o facto de todas as pessoas inteligentes e informadas se rirem dele quando pretende identificar comunismo com nazismo, reside entre muitas outras razões na seguinte: o capitalismo - quer na sua versão «democrática» quer nas suas variegadas derivas enquanto ditadura terrorista do capital - é, pela sua essência opressora e exploradora, um sistema do qual o crime é parte integrante, que traz o crime consigo e em si. Ou seja, e resumindo tudo o que acima é dito: enquanto no socialismo o crime resulta de afrontamentos e perversões de ideais, no capitalismo de Pacheco o crime é um ideal do sistema, é a ordem natural das coisas.

(1), (2), (3) - Mesmo presumindo que Pacheco conhece esta matéria muito melhor do que eu a conheço, um dia destes falarei aqui da Fundação Olin e da sua missão nos EUA e no Mundo, dos fundos de que dispõe e de como os distribui, dos resultados concretos dessa distribuição, etc., etc.

A Europa: rever matéria dada (1)

Um personagem de *O Quarteto de Alexandria*, a obra mestra de Lawrence Durrell, dizia que a Europa era como um positivista lógico a tentar provar a si próprio que existia.

Mas... que Europa? O continente, enquanto entidade geográfica, histórica, política, cultural?

1. Geograficamente, são indefinidos os limites da Europa e móveis as suas fronteiras. Do Atlântico aos Urais, como de Gaulle dizia e hoje se repete? Eurásia, como a União Soviética a prolongou? Euráfrica, como o seu berço mediterrânico o impõe?

Histórica e politicamente, tem a Europa um contributo civilizacional específico. Com as macro-estruturas e o expansionismo. Grécia e as cidades, Roma e o império, os Estados-nações. Desde a descoberta de caminhos marítimos para comerciar especiarias e escravos, para espalhar a fé e o império... europeu.

Culturalmente, há o mal-confessado etno-eurocentrismo. A pretenciosa e colonizadora superioridade cultural que passa da pesporrenta exportação de modas e modelos à alegria submissão à coca-colonização.

Mas é desta Europa - geográfica, histórica e política, cultural - que se fala quando de Europa se fala?, é desta Europa de que somos, indiscutivelmente, o rectângulo sudoeste, o Estado-nação que mais "mundos" lhe deu, o maior miscigenador e, por isso, o povo culturalmente mais viva e perenemente europeu?

Não! Falamos de uma organização de Estados europeus, que começaram por ser 6, e que formaram a Comunidade Económica Europeia, há 40 anos, que foi alargando e mudando do nome, e que, hoje, são 15, se chama União Europeia e está a preparar, penosamente (sobretudo para os do costume) o próximo e o mais difícil de todos os alargamentos.

2. Que prioridades e caminhos teve "estoutra Europa" de que se fala quando se fala de Europa?

As prioridades começaram por ser, claramente, sem ambiguidades, de natureza económica: criar uma união aduaneira, definir uma Política Agrícola Comum (PAC). Os caminhos foram os que cumpriram essas prioridades, sucessivamente adaptados - as prioridades e os caminhos - à evolução das realidades e aos alargamentos sucessivos do número dos Estados-membros.

A união aduaneira "a 6" passou a mercado interno "a 12" e a UEM "a 15" (que,

afinal, são só 11); a PAC passou de política de solidariedade e preferência comunitária, no sentido da suficiência alimentar (ou de menor dependência) a gestão egoísta e produtivista dos excedentes, destruindo estruturas de aproveitamento local e nacional de recursos, isto é, criando e agravando situações de dependência alimentar.

Estas são as prioridades que se impuseram e os caminhos que se percorreram.

3. Porque assim se decidiu em gabinetes eutecnocráticos ou porque o senhor Jean Monnet, com Schumann e outros parceiros, assim o delinearam?

Não! Porque assim o determinaram as relações sociais profundas. **Porque "estoutra Europa" é uma resposta de classe a situações e evoluções objectivas.**

Mas aconteceu assim, linearmente, como quem sobe uma escada de degraus todos iguais? Claro que não. Os degraus são de alturas desiguais, uns descem em vez de subirem, outros estão partidos, há patamares. **E há, sempre, alternativas.**

Porque, sendo uma resposta de classe, esta "Europa" constrói-se no contexto de uma permanente, mesmo quando está escondida ou é escamoteada, **luta de classes.**

4. Que prioridades e caminhos para o futuro? Com uma moeda única, um banco central único, as prioridades únicas e os únicos caminhos *terão mesmo de ser* a fiscalidade única, o governo económico único, a criação de um Estado Federal que apague os chamados interesses e egoísmos nacionais, que acabe com os Estados-nações como se fossem meras obsolescências?

Serão esses, inevitavelmente, os degraus seguintes?

Lutamos para que sejam outras as prioridades e outros os caminhos.

A vertente económica, melhor dizendo, financeira, não é a única da complexa realidade, tudo reduzindo a produtividade e competitividade medidas em acumulação de capital financeiro cada vez mais desproporcionado relativamente às necessidades da economia real de que o dinheiro deveria ser - para isso nasceu! - mero instrumento.

5. As prioridades discutem-se e não há caminhos, os caminhos

fazem-se ao andar ainda que, antes, se devam pensar os passos a dar para que haja caminho.

A vertente social, e com ela a ambiental, é para nós fundamental. Quando, em 1986, o Acto Único abriu a passagem ao mercado interno e à União Monetária, também se forçou a definição do objectivo da **coesão económica e social.**

Não aceitamos a coesão económica e social como subalterna, subsidiária, não nos resignamos a uma "construção europeia" que se baseie em médias, ignore o agravamento de desigualdades e assimetrias; a dispersão salarial e o crescente desequilíbrio na repartição dos rendimentos, encare o desemprego como fatalidade estrutural, a exclusão como destino para cada vez maior número.

Política e institucionalmente, lutamos contra o reducionismo federalista. Em vez de harmonização e unificação para todos sermos padronizados, defendemos firmemente a solidariedade e a cooperação entre diferentes.

Não se pode permitir que levem - ainda mais - o poder institucional para a Comissão em Bruxelas e o BCE em Frankfurt. **O poder institucional, democrático, constrói-se aqui, à mão e à vista das pessoas.** Aqui, a pedir contas ao governo - também! - pelo que faz e deixa fazer em Bruxelas e Frankfurt, escolhendo e exigindo trabalho (e contas) aos deputados que nos representam e vão para, perdão!..., que reúnem em Bruxelas e Estrasburgo.

Sobre a vertente cultural não se tem avançado muito. Tem sido dimensão ignorada, esmagada ou "folclorizada". Nada confirma (nem seria coerente com o personagem) que Jean Monnet tenha dito que, se voltasse atrás, iniciaria a "construção europeia" pelo lado da cultura, mas é uma boa proposta de reflexão. Não como construção "pelo telhado" superestrutural, mas como expressão de respeito por identidades e especificidades, valorizando-se no confronto e na convivência.

6. Por último, para fazer pontes para o debate de ideias e projectos que deveria ser a campanha (e a mobilização para o voto), chama-se a atenção para o **Apelo Comum - por um novo rumo da construção europeia**, documento assinado em Novembro último por 13 partidos de 12 países da Europa propriamente dita (pois inclui a Suíça e Chipre).

Esse documento, definindo linhas gerais de prioridades e caminhos para uma "Europa social e ecológica, democrática, solidária e de paz", está em discussão e aberto. Leiam-no, camaradas, e recusem que as eleições para o Parlamento Europeu venham a ser uma fraude por se reduzirem a uma escolha entre um Mário (que conhecemos bem...) e uma Leonor (e bom seria que não tivesse havido o que a torna tão conhecida...), com tudo o resto a fazer de paisagem e figurantes, com animação por um "folclore" de esquerda oportunist(a) para tirar votos a quem os portugueses tanto precisam que nenhum voto perca.

Atenção: são 25 os deputados a eleger e não só os cabeças de lista!

(1) - Notas, ligeiramente alteradas (ou adaptadas a texto corrido), para um dos debates do ciclo *Portugal 2000*, realizado em Coimbra, a 22 de Fevereiro de 1999.



■ Sérgio Ribeiro



■ Delfim Mendes

Petrogal Mais uma luta vitoriosa

Os trabalhadores da Petrogal, depois de terem cumprido dois dias de greve (28 e 29 de Janeiro passado) com uma grande adesão que provocou a paralisação das refinarias do Porto e de Sines e das várias linhas de abastecimento de combustíveis, e de terem mostrado que estavam firmemente determinados a realizarem uma nova e grande greve nos dias 17, 18 e 19 de Fevereiro, obrigaram a Administração da empresa a abandonar a sua intransigência negocial que mantinha há mais de 6 meses e a evoluir positivamente nas suas propostas.

Tendo em conta esta evolução e as novas propostas apresentadas pela Administração (ver resultados até agora alcançados pela luta noutra local desta página), a FEQUIMETAL, junto com o SINQUIFA e o SINORQUIFA, decidiu levantar a greve convocada para os dias 17, 18 e 19 de Fevereiro, por considerar que, com tais propostas, embora ainda insuficientes para resolver o conflito, ficaram criadas as condições para retomar o processo negocial.

Recordamos que na base desta luta estavam várias reivindicações, entre elas um aumento salarial mínimo de 10 000\$00 para 1999, a redução do tempo de trabalho para as 38 horas semanais, um prémio de produtividade com base nos lucros da empresa, um subsídio de perigosidade e penosidade, um plano de carreiras para todos os trabalhadores, a melhoria do subsídio de turnos e a valorização do trabalho prestado em turnos para efeitos da antecipação da reforma

– A divulgação de comunicados a distorcer a sua verdadeira posição e tentar denegrir os Sindicatos;

– A tentativa para afastar a Comissão Central de Trabalhadores da mesa de negociações;

– A proibição, pela primeira vez na vida da empresa, de uma reunião de representantes de trabalhadores na refinaria de Sines convocada pela Comissão Central de Trabalhadores para analisar a situação do processo negocial;

– A decisão unilateral de, através de Ordem de Serviço, implementar aumentos salariais discriminatórios e um prémio de produtividade chantagista condicionado à existência de paz social, numa

altura em que essas matérias estavam a ser discutidas na mesa de negociações;

– A permissão para, durante a greve, chefias dos Parques realizarem sozinhos e sem a devida preparação operações de enchimento de carros-tanques, pondo em risco a segurança de pessoas e bens;

– A chamada da GNR ao Parque do Porto Brandão para tentar intimidar o piquete de greve e desmobilizar os trabalhadores da luta.

As provas provadas

Com esta luta, os trabalhadores da Petrogal voltaram a fazer um sério aviso à Administração e provaram mais uma



res, funcionando não só como principal pólo aglutinador da unidade de todos os trabalhadores mas também como catalisador da luta. Aliás, não foi por acaso que a Administração, com a ajuda das organizações da UGT, tudo fez para afastar da mesa de negociações.

Sempre os mesmos

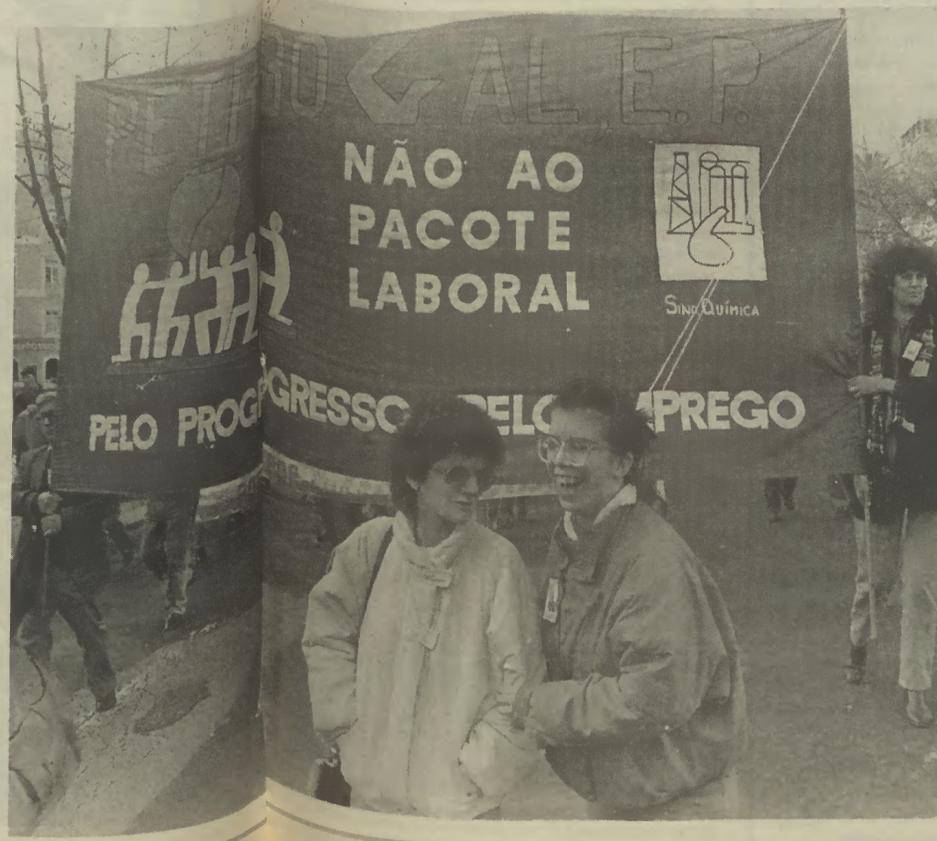
Conforme já é habitual, sobretudo quando as coisas aquecem, também neste processo as organizações da UGT não deixaram os seus créditos por mão alheias e, no momento mais crucial das negociações, mandaram às urtigas a vontade e os interesses dos trabalhadores e abandonaram a luta. Enfim, cumpriram mais uma vez o papel histórico para que foram criadas.

Na verdade, ao recusar subscrever o último pré-aviso de greve para os dias 17, 18 e 19 e dispondo-se a discutir sozinhos com a Administração, as organizações da UGT e seus amigos não só traíram as expectativas dos trabalhadores e o seu grande sentimento de unidade como funcionaram mais uma vez como a mula da Administração, ajudando-a na tentativa de levar por diante os seus objectivos, ou seja, dividir os trabalhadores, enfraquecer a sua luta e não satisfazer as suas justas reivindicações.

Tal prática não resultou, pois além de não consegui-

rem dividir os trabalhadores, as tais organizações da UGT mereceram de todos eles, incluindo dos seus filiados, uma firme condenação e a Administração acabou por ser obrigada a ter em conta as reivindicações sindicais.

Só se espera agora é que os trabalhadores nelas filiados não se fiquem pela mera condenação e venham a filiar-se nos Sindicatos que mais uma vez deram provas de serem os únicos capazes de defenderem firmemente os seus direitos e interesses, ou seja, o SINQUIFA e o SINORQUIFA.



Luta na Petrogal

2.ª fase (com início a seguir à desconvoação das greves previstas para 8 e 9 de Junho/98)

Síntese dos resultados até agora alcançados e dos compromissos da Administração que permitiram desconvoar as greves previstas para os dias 17, 18 e 19 de Fevereiro.

1. Salários

– Atribuição de um aumento geral de 2,8%, com efeitos a 1 de Janeiro, e de um aumento individual por mérito de 0 a 4%, a partir de 1 de Abril, com a garantia de um aumento mínimo de 9000\$00, com efeitos a 1.1.99;

– Correção de centenas de casos de diferenças e desequilíbrios salariais, muitos deles já concretizados e muitos outros com garantias de resolução a curto prazo;

– Abertura para a curto prazo negociar com os Sindicatos ajustamentos relacionados com a matéria da estrutura e enquadramentos da tabela salarial em função dos resultados do projecto de análise e qualificação de funções em fase de conclusão.

2. Remuneração extraordinária

Compromisso de atribuição em Abril de 1999 a cada trabalhador, de uma remuneração extraordinária equivalente a dois terços do respectivo salário-base, a título de distribuição de resultados.

3. Prémio de produtividade

– Atribuição em 1999 de um prémio de produtividade conforme as seguintes regras:

• Meio salário-base, com um mínimo de 125 contos, a processar em Agosto de 1999, se os resultados brutos da Petrogal no 1.º semestre forem iguais ou superiores a 16 milhões de contos;

• Meio salário-base, com um mínimo de 125 contos, a processar em Fevereiro do ano 2000, se os resultados brutos da Petrogal no 2.º semestre forem iguais ou superiores a 16 milhões de contos.

– Compromisso de negociar com os Sindicatos um prémio de produtividade aplicável ao exercício do ano 2000, assente em escalões e no cumprimento de pelo menos 75% dos objectivos orçamentais.

4. Subsídio de penosidade e perigosidade

– Compromisso de valorizar as tarefas perigosas no âmbito da valorização do posto de trabalho;

– Compromisso de negociar com os Sindicatos uma remuneração especial para as tarefas penosas, cuja primeira reunião está agendada para 15 de Março.

5. Plano de carreiras

Compromisso de discutir com os Sindicatos a matéria respeitante ao Plano de Carreiras, para já, do pessoal do sector industrial, cuja primeira reunião está agendada para 15 de Março.

6. Horários

– Concretização da semana máxima das 38 horas a partir de Maio;

– Atribuição de uma remuneração adicional, de valor igual a 50% da remuneração de base e subsídio de turno, aos trabalhadores de laboração contínua, que só começarão a praticar as 38 horas a partir de 1 de Outubro.

7. Regime de turnos

– Eliminação do horário especial de 38/42 horas de laboração contínua que envolve a prática de 42 horas semanais durante 6 meses por ano;

– Manutenção e extensão a todos os trabalhadores de regime de turno do prémio de regularidade que estava inerente ao horário especial de 38/42 horas;

– Manutenção e extensão do subsídio de turno inerente a horário especial de 38/42 horas semanais aos trabalhadores de turnos que até agora não beneficiavam desse subsídio;

– Recuperação de 2 das 3 folgas históricas;

– Atribuição de uma compensação de 50% ou 100% do seu subsídio de férias aos trabalhadores de laboração contínua que, com o acordo da empresa, gozem no período de 1 de Novembro a 30 de Abril, pelo menos, 11 ou 20 dias úteis de férias, respectivamente.

8. Segurança das instalações e admissão de pessoal

Concretização de várias dezenas de admissões de trabalhadores para os quadros da Refinaria do Porto e das Refinarias de Sines.

Nota: No quadro das reivindicações em discussão, estas são importantes matérias já conseguidas pela luta dos trabalhadores mas o processo de negociação ainda não chegou ao fim.



e da formação do complemento da pensão paga pela Petrogal.

O processo ainda não chegou ao fim, mas tendo em conta os resultados até agora alcançados pode afirmar-se, desde já, que mais uma vez valeu a pena lutar.

Resposta magnífica dos trabalhadores

Recordamos que este processo já decorre há mais de 6 meses e que ao longo deste tempo a Administração andou a fingir que estava disponível para negociar as várias reivindicações sindicais. A verdade, porém, é que tudo fez para fugir à sua satisfação, mesmo durante os dois dias da greve, com comportamentos altamente condenáveis, de que são exemplo:

vez que, firmes e unidos, é sempre possível atingir os objectivos que perseguem.

Provaram a sua grande força, força que foi capaz de obrigar a Administração a ter em conta as suas reivindicações.

Provaram também que, ao contrário do que alguns dizem, a Administração não faz tudo o que quer e que, afinal, também é possível os trabalhadores imporem a sua vontade.

Provaram igualmente que, ainda que estejam filiados em Sindicatos diferentes, os seus interesses são os mesmos e que é lá, no local de trabalho, em torno de objectivos comuns, que os trabalhadores forjam a unidade e fazem a luta, independentemente da vontade dos seus Sindicatos.

Provaram ainda que só com a luta é possível alcançar as suas reivindicações e que vale sempre a pena lutar.

Entretanto, é justo salientar o importante trabalho que tem sido desenvolvido pela comissão central de trabalhado-

Manoel de Lencastre

Racismo institucionalizado na polícia inglesa

Justiça para a família Lawrence

A sociedade britânica está a viver um período de particular ansiedade. Acusações claras e documentadas de racismo institucionalizado na polícia, nas prisões, nos serviços sociais e de saúde, nas escolas, tudo apoiado em factos indiscutíveis, atingiram o coração da Grã-Bretanha e deixaram todo o país perplexo. As pessoas de consciência perguntam: «Em que país vivemos, afinal?»

A Inglaterra e os Estados Unidos não se cansam de pretender apresentar lições ao mundo quanto ao estilo de vida, aos costumes, ao sistema económico-financeiro e à democracia existentes no seio das respectivas sociedades. Mas provou-se, agora, que tudo não passa de uma profunda mentira e que a suposta superioridade dos dois países em relação a todos os outros é falsa. Na «livre» sociedade actualmente governada por Tony Blair e pelo seu «New Labour» continua a ser possível o assassinio de cidadãos pacíficos e cumpridores das leis, em paragens de autocarro, sem que tais crimes sejam competidamente investigados e punidos devido à corrupção que lava nos meios policiais. É isto a liberdade? É isto a democracia? Não. Na Grã-Bretanha, como nos Estados Unidos, vive-se na confusão, na insegurança, na repressão da ditadura do capitalismo.

A publicação, há uma semana, do relatório do juiz Sir William Macpherson of Cluny, que organizou e dirigiu um inquérito sobre o assassinio do jovem Stephen Lawrence (22.04.1993) e sobre as acções da Metropolitan Police (Policia da região metropolitana de Londres) durante a investigação do crime e a preparação do caso para julgamento dos suspeitos, provocou considerável choque na alma de um povo que se julgava a viver numa sociedade avançada, repleta de oportunidades e de promessas para todos. Mas, tocando apenas o topo do estranho iceberg social que é o mundo escravo e atónijo que o capitalismo construiu, o juiz Macpherson (reformado em 1996) demonstrou que o assassinio de Stephen Lawrence, realizado por um grupo de cinco jovens brancos neonazis, encontrou a policia de «olhos fechados» às circunstâncias em que o crime ocorreu. E mais: porque o assassinado era de cor e os criminosos, filhos de pessoas conhecidas nos centros de negócios subterrâneos com ligações às próprias autoridades policiais, escaparam às malhas da justiça.

Na verdade, a Metropolitan Police conduziu o caso de tão desgracada maneira que impediu o Tribunal, chamado a julgar três dos membros do «gang» neonazi formado por jovens com formação violenta e ferozes sentimentos de ódio racial, de reunir condições para culpabilizar os assassinos. Foram absolvidos por falta de provas. Mesmo agora, quando o sensacional relatório Macpherson chega ao conhecimento do grande público, os criminosos vivem em liberdade, enquanto a família Lawrence chora a perda de um filho e pede justiça ao país. Porém, isto da justiça em Inglaterra é coisa estranha... coisa tão estranha que, em vez de ser simples é complexa, extremamente complexa... E o cidadão normal acaba por perceber que os últimos 300 anos da história britânica foram vividos para que o capitalismo atingisse os limites das suas possibilidades, em condições sociais negras, de medo, de profundo condicionamento psicológico. A democracia não pode existir e não existe, de facto, numa sociedade onde a policia, os tribunais e todas as principais instituições que respondem às realidades da vida colectiva se acham minados por um «pernicioso e institucionalizado racismo».

«Mentalidade de cantina»

O relatório do juiz Macpherson, numa passagem dirigida ao chefe da policia londrina, Sir Paul Condon, aconselha: «Tem de realizar-se uma inequívoca aceitação da grave questão do racismo institucionalizado e da sua natureza, antes que seja possível entrar no necessário estudo dos problemas das comunidades étnicas. Qualquer oficial da policia que não se ache habilitado a responder, positivamente, a esta situação, encontrar-se-á impossibilitado de desempenhar o seu cargo e cooperar com toda a comunidade numa conjuntura em que as actividades policiais se desenrolam por consentimento público.»

Segundo *The Daily Telegraph*, «o odioso ataque ao jovem Lawrence e a sua morte decorreram em vinte segundos, apenas, mas as implicações sociais dela resultantes vão produzir efeitos durante muitos anos». E o já famoso relatório afirma: «Como nação, temos de mudar...»

Desesperadamente, a Metropolitan Police tinha já tentado branquear o seu nome, agora tão enegrecido e posto em dúvida junto do povo britânico. Confessou, numa revisão do caso feita pela Kent Constabulary (Policia da região de Kent) realizada a pedido da Police Complaints Authority (Autoridade para reclamações contra os actos da Policia) que se haviam verificado «erros e omissões» na investigação do caso Lawrence. Mas o relatório Macpherson foi muito mais longe e acusou a instituição dos *bobbies*, que todo o mundo admira superficialmente porque não a conhece no seu âmago, de «mentalidade de cantina».



O comissário Sir Paul Condon, da Polícia Metropolitana de Londres, fortemente criticada pela opinião pública



Os factos

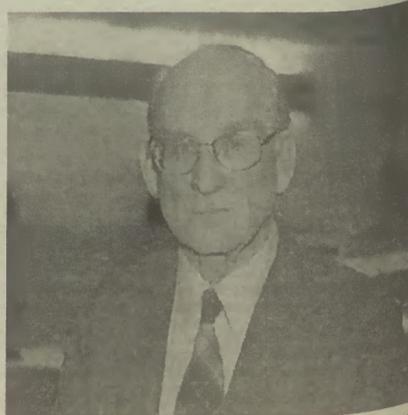
No dia 22 de Abril de 1993, ao anoitecer, o jovem Stephen Lawrence, cujos pais, Doreen e Neville Lawrence, são originários da Jamaica, saiu para o que costuma classificar-se como «dar uma volta». Acompanhou-o um amigo, Duwayne Brooks. Nenhum deles jamais tiveram contactos com a policia. Eram jovens cidadãos de irrepreensível comportamento. E Stephen mostrava-se particularmente preocupado com o estado de espírito do pai - achara-o triste e deprimido por encontrar-se desempregado. Uma terrível tragédia estava para acontecer nessa noite.



Quando se apresentavam para regressar a casa e aguardavam o autocarro na respectiva paragem, surgiu o grupo de jovens brancos neonazis. Eram os irmãos Acourt (Neil e Jamie) da zona de Eltham, no sul de Londres, com 16 e 17 anos, respectivamente; David Norris (16 anos), residente em Chislehurst; Gary Dobson e Luke Knight, também de Eltham. O

ataque, à facada e a pontapés, desencadeou-se, principalmente, contra Stephen Lawrence. Duwayne Brooks, apesar de haver recebido ferimentos de alguma gravidade, conseguiu fugir da cena do crime e procurou uma cabina telefónica de onde chamou uma ambulância e a policia. Desviados pelo ódio à raça negra e à sua presença em Inglaterra, os jovens do «gang» assassino gritavam: «Nigger! Nigger! Kill the nigger! (Matem o preto!)», utilizando, à mistura, uma linguagem desgostante e suja, impublicável neste jornal.

A policia chegou. Olhando o corpo exangue de Stephen tombado no pavimento, os guardas exclamaram: «He is a nigger (É um preto).» Duwayne Brooks reapareceu. Mas logo verificou que a atenção policial, em vez de concentrar-se numa acção de primeiros socorros ao já moribundo Lawrence, se dirigia para si próprio. «Você está armado?», perguntou-lhe, ameaçadoramente, uma mulher policia. A ambulância surgiu, finalmente. Mas o inocente Stephen Lawrence expiraria antes de chegar ao hospital. E assim, enquanto os autores do horrível crime se acolhiam ao refúgio dos lares respectivos e à protecção familiar, Lawrence estava morto e Brooks era considerado com desconfiança pela policia apesar dos seus próprios ferimentos.



O autor do relatório implodido sobre a actuação da policia, Sir William Macpherson

Polícias inadequados

Sem que a policia mostrasse interesse na abertura de uma investigação rápida que levasse à prisão dos assassinos, só a 26 de Abril, quando se completaram informações quanto à identidade destes, começou, lentamente, uma espécie de inquérito junto de pessoas que possuíam dados quanto ao que acontecera. Já no dia 24 a policia recebera outras indicações que possibilitavam a identificação dos autores do crime. Mas o detective-superintendente Ian Crampton diria mais tarde que tomara a «decisão estratégica» de não mandar prender os assassinos. Apurar-se-ia pouco depois que a família Norris, a que pertence David Norris, vivia de negócios ilegais (estupefacientes, armas, etc.) e beneficiava da protecção da própria policia. Como se vê, a «decisão estratégica» de Ian Crampton foi fatal. Este oficial da policia, portanto, pediu a reforma.

A investigação do caso, entretanto, passou para as mãos do detective-superintendente Brian Weeden, depois de 72 horas perdidas em que essenciais elementos de prova contra o gang de racistas assassinos foram ignorados ou destruídos. Testemunhas fundamentais viram-se inibidas ou aterrorizadas por gangsters ao serviço dos Norris. Mr. Weeden acabaria por admitir que praticou «erros e omissões» e que «não fora capaz de exercer as suas próprias faculdades críticas» para corrigir a estratégia de Crampton. Viria a declarar que o caso Lawrence originara a decisão de também pedir a reforma. Mas o relatório agora publicado salienta que Weeden, ao reformar-se, «perpetuou tudo o que fora mal feito».



Os destacados responsáveis policiais pela investigação retiraram-se sucessivamente da mesma, aposentando-se ou sendo «oportunamente» substituídos. Da esquerda para a direita, Ian Crampton, Brian Weeden, William Isley, John Barker e Ben Bullock



Novas informações recebidas pela policia foram, sistematicamente, ignoradas. Era voz corrente em toda a zona de Eltham que os assassinos haviam fugido num *Astra* vermelho. A policia esqueceu a investigação deste importante pormenor. Eliminou figuras essenciais inscritas na lista dos suspeitos. Dificultou a identificação de outros. Não prestou atenção a detalhes recebidos dos seus próprios informadores. Finalmente, sob enorme pressão da opinião pública, da imprensa e da Câmara de Greenwich, os autores do nojento crime (já toda a gente sabia quem eram...) foram detidos. Porém, o processo dos respectivos interrogatórios revelou-se indiferente, inadequado, incompetente. Todos responderam, evasivamente, às perguntas que lhes foram dirigidas alegando que não se lembravam de factos tidos como evidentes. A policia, portanto, concluiu que não existiam provas para que os suspeitos fossem formalmente acusados e mandou-os em paz.

Este caso de assassinio por motivos puramente racistas, contudo, estava já no domínio público e a família Lawrence, através do seu advogado, instituiu um processo «particular» contra os membros do gang que viriam a ser julgados na Old Bailey, em 1996. Mas o tribunal, como já vimos, não dispo de provas concretas e suficientes para condenar os réus Neil Acourt, Luke Knight e Gary Dobson (os outros eram menores, ainda), absolveu-os. Foi a ira popular e a consciência ferida de muita gente em toda a Grã-Bretanha, de todos os que dão valor ao desenvolvimento harmonioso e fraternal das relações entre etnias diferentes, que

obrigaram o governo à realização do inquérito a que Sir William Macpherson of Cluny presidiu e cujo impacte em todo o país foi, pelo menos, emocionante. Num dos capítulos do inquérito em causa, escreve-se:

«O racismo institucionalizado que encontramos enraizado no seio da policia explica-se pela sua provada impossibilidade de fornecer um serviço adequado e profissional aos cidadãos devido à cor da sua pele, à sua origem étnica ou à sua cultura. O caso Lawrence foi, simplesmente, posto de parte ou feito desenvolver de maneira lenta e não urgente porque os oficiais da policia trataram o assassinio de um homem de cor de maneira menos enérgica do que o fariam se a vítima fosse branco e os assassinos negros.»

Um claro exemplo da maneira de actuar dos oficiais da Metropolitan Police foi esclarecido pelo advogado da Câmara de Greenwich, que declarou: «Na minha apresentação dos factos, sugeri que a policia teria invadido a zona residencial onde o gang se acolheu, e aí permaneceria durante toda a noite de 23 de Abril de 1993, e aí continuaria durante todo o dia seguinte e toda a noite seguinte para garantir a prisão dos suspeitos... se a vítima fosse de cor branca.»

Evidentemente, nada disso aconteceu porque o detective-superintendente Crampton tomou «uma decisão estratégica»; porque o detective-superintendente Brian Weeden «não exerceu as suas faculdades críticas»; porque o detective-superintendente-em-

chefe William Isley «se afastou das suas responsabilidades logo que sujeito a críticas»; porque o detective-superintendente-em-chefe John Baker «se restringiu na sua consideração do caso dando lugar à elaboração de um relatório «sem pés nem cabeça»; porque o detective-inspector Ben Bullock «foi passivo e não esteve à altura das suas responsabilidades». E, também, porque os policas Davidson e Budgen «fecharam os olhos» a informações recebidas e o inspector Groves, surgido na cena do crime à frente de outros, demonstrou um comportamento «insensível e racista» assumindo que tudo não passara de uma desordem normal e que Duwayne Brooks tomara parte nela, mas ignorando que este fora vítima, também, de um ataque baseado em motivos de ódio racial.

Certos sectores mais reaccionários ou conservadores da sociedade britânica já consideraram o relatório do juiz Macpherson como «de esquerda» e lutam, agora, para que não seja suprimida a lei que já tem séculos de existência e segundo a qual «ninguém pode voltar a ser julgado por um crime de que já fora absolvido». Mas a esperança do povo britânico, que ama a justiça tanto quanto ama os seus animais e os seus desportos, está em que o Parlamento anule essa lei arcaica para que seja possível levar novamente ao tribunal os assassinos de Stephen Lawrence. Se isso acontecer, a Inglaterra terá ultrapassado uma enorme barreira que a oprime e condiciona - a do racismo institucionalizado. E o país, então, será diferente.



Os cinco suspeitos do assassinio, à saída do inquérito (à esquerda) e os pais do jovem Stephen Lawrence, junto a um «poster» que recorda a tragédia

Eles andam por aí

■ Modesto Navarro

Não sou espantinho! Não sou espantinho!
Na carruagem do Metro, a voz feminina soou clara. Não como uma agressão ou uma defesa. Mas uma afirmação plena, de pessoa.

A mulher tinha a mão direita apertada no varão e segurava um saco com a esquerda. Olhava intensamente para um homem de sessenta e tantos anos, de fato e gravata. Um dos tais senhores arrogantes e bem postos que circulam ainda na cidade de Lisboa. Estava hirto, encostado ao separador, junto da porta. Olhava fixamente para o exterior, o Metro seguia o seu destino para o Saldanha e, então, ele murmurou outra frase, repetiu-a até, baixo e duro, para ela ouvir.

– Vai para a tua terra...

Ela não se ficou. Olhou firme as suas costas ostensivamente voltadas, o seu fato inteiro e escuro, e respondeu:

– A minha terra não é para aqui chamada. Nesta terra tenho o direito de trabalhar e é cá que trabalho. Não tem nada com isso.

O homem puxou e repuxou as luvas que tinha já bem enfiadas nas mãos. Foi quando o jovem, ao seu lado, entrou na discussão, dizendo que estava de acordo com ele:

– São de África, são de África. Façam lá a vossa vida.

Iam mais pessoas de África na carruagem. Iam pessoas de Lisboa e de outros lados do país, e ninguém mais se meteu. A mulher voltou a dizer, firme e corajosa:

– Não sou espantinho e tenho direito a viver e a trabalhar aqui. E não quero mais conversa.

Perto dela, outra mulher, mais velha e com um rosto quase severo, ouvia e via tudo. O Metro parou, a mulher corajosa e digna saiu e, depois de a porta fechar, ela falou:

– Não gostei nada do que disse, ouviu?

Falava com o homem de fato e gravata, hirto, ainda a repuxar as luvas para nada.

– Não gostei – voltou a mulher a dizer-lhe, em voz alta, para se ouvir como devia ser. – Tenho um filho que nasceu em África e tem tanto direito como o senhor a viver aqui.

Ponto final, parágrafo. Um rosto quase hermético, agora sulcado de rugas. Uma mulher das que não se calam. A viagem decorreu, um homem branco olhou para um homem negro que estava defronte dele, ambos sentados nos bancos, encolheram os ombros e sorriram. Mas as coisas não ficaram por ali. Cada um levou as suas dúvidas, as suas dores, o medo que se espalha na vida das pessoas, a competição, o ódio. E a coragem de resistir, de continuar a construir a cidadania, assim, como aquelas duas mulheres, face ao homem velho e do passado, o retrato típico do fascista de antigamente, bem posto, de gravata e luvas, e face ao jovem que o apoiou porque, se calhar, não tem trabalho ou teme não vir a arranjar emprego.

Está tudo misturado, como este povo de mil proveniências e viagens. Onde estão o passado, a ignorância e o pesadelo estão logo vozes de libertação, de defesa e imposição clara de direitos adquiridos.

Ultrapassa-se, assim, a democracia formal em que nos querem adormecer. Eles, o passado e os já mortos na alma e no sonho, andam por aí. Elas, as vozes da coragem e da luta, também estão aí, bem no coração da cidade e do futuro.



Desfile da JCP no Porto

Em luta pelo futuro

As ruas do Porto encheram-se de muitas centenas de jovens comunistas, no passado sábado, numa grande e inequívoca afirmação de força, convicção e alegria. A iniciativa começou com um desfile e terminou com um concerto da banda Zen, contando com as intervenções de Carlos Carvalhas e de José Pedro Rodrigues, membro da Direcção Distrital do Porto da JCP.

O Porto assistiu no último sábado a duas iniciativas que, pela participação e pela forma como decorreram, testemunham o empenho da JCP em prolongar os ideais, os valores e a força do PCP.

«Em luta pelo futuro»: este era o tema da acção, a propósito do 6.º Congresso dos jovens comunistas que terá lugar nos próximos dias 27 e 28 na Escola C+S António da Costa, em Almada.

A Praça da Batalha foi-se enchendo de jovens, de bandeiras vermelhas e de faixas que traduziam as propostas e as reivindicações da juventude de âmbito nacional e regional. Antevia-se um desfile cheio de animação.

As perspectivas confirmaram-se. Até ao Jardim do Infante, através de algumas das mais movimentadas ruas da cidade, a arruada não deixou dúvidas a quem a viu passar quanto ao papel fundamental da JCP na sociedade portuguesa. «O nosso Partido tem um grande futuro», ouviu-se durante o desfile.

Capoeira, malabarismo e grafitti foram alguns dos elementos que transformaram as ruas do Porto, sempre ao som dos jambés e inevitavelmente de palavras de ordem da JCP.

Na sua intervenção, Carlos Carvalhas defendeu que a juventude «não pode ser sacrificada por políticas erradas» e apelou à participação dos jovens nas campanhas eleitorais para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República. «Portugal só terá a ganhar com o reforço do PCP e da CDU», afirmou o dirigente comunista.

A educação foi um dos temas focados pelo secretário-geral do PCP, que acusou o Governo de esquecer a sua «paixão». Para Carvalhas, o primeiro-ministro «na campanha eleitoral, estava muito preocupado com a juventude e tinha uma paixão pela educação, mas, por este caminho, a paixão acaba no caixão».

Esta é uma das grandes preocupações da JCP, como reflectiam algumas faixas: «Propinas não, bolsas sim» e «Educação, onde está a paixão?».

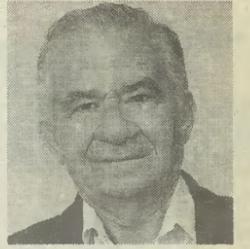
Mas a juventude debate-se com outros problemas, como o novo pacote laboral. «Que etiqueta socialista é esta que no 25.º aniversário do 25 de Abril premeia os jovens trabalhadores com leis que são uma regressão social?», questionou Carvalhas.

A noite terminou em grande estilo com um concerto dos portuenses Zen no Mercado Ferreira Borges, a que assistiram cerca de quatro mil pessoas. Como afirmou Carvalhas no fim do seu discurso, «assim se vê a força da JCP!». E viu-se!



EM FOCO

Três eleições na América Central



■ Miguel Urbano Rodrigues

Nos próximos nove meses haverá eleições em três países da América Central: El Salvador, Panamá e Guatemala. As panamenhas constituem um acontecimento cujo significado político ultrapassa o quadro da região. Os chamados acordos Carter-Torrijos, assinados em 1977, estabelecem que no dia 31 de Dezembro de 1999, ao meio-dia, os representantes do governo dos EUA procederão à transferência do controlo sobre o Canal para as autoridades do Panamá. O futuro Presidente assistirá ao içar da bandeira do seu país num acto público que os 2,5 milhões de habitantes aguardam com ansiedade.

Inesperadamente, o candidato que, dez anos após a intervenção militar norte-americana, desponta como grande favorito no Panamá é na política um desconhecido que, na perspectiva da Casa Branca e do Pentágono, poderá assumir os contornos de um adversário da estratégia dos EUA na Região.

Martin Torrijos, de 35 anos, é o quarto filho do general Omar Torrijos, o ex-presidente - morto num desastre de aviação ocorrido em circunstâncias mal esclarecidas - que fez da recuperação do

Direito que, segundo a imprensa norte-americana, poderia adiar a entrega do Canal. Trata-se de saber se será a Justiça dos EUA ou a do Panamá a julgar o caso.

Enquanto a tensão aumenta - as eleições realizam-se no dia 2 de Maio -, os EUA recorrem a múltiplos expedientes para adiar a entrega de muitas das instalações. No conjunto, estas foram avaliadas em 45 mil milhões de dólares e o seu destino suscita polémica. Nos bastidores são concebidos grandes negócios.

As intenções do governo Clinton não são claras, mas destacados líderes do Partido Republicano não escondem o seu temor de que a provável eleição de Martin Torrijos seja o prólogo de uma situação considerada de ameaça à segurança dos EUA. Essa linguagem não é inovadora. Washington teme o que ninguém esperava: que o povo do Panamá, uma década após a invasão, eleja um presidente patriota, o filho de Omar Torrijos, um combatente anti-imperialista cujo nome é recordado com respeito em toda a América Latina.

San Salvador, a capital do país, continua a ser na América Latina a cidade com mais elevada taxa de criminalidade, superando São Paulo, Bogotá e Caracas. A miséria explica, aliás, parcialmente o êxito da campanha de troca de armas por alimentos, calçado e remédios. Até agora foram recolhidos mais de oito mil fuzis, metralhadoras e bazookas, o que dá também uma ideia da disseminação de armas durante os anos da guerra.

Regozijando-se com as probabilidades de vitória da Arena, os grandes jornais dos EUA salientam, porém, que a campanha de Flores foi muito beneficiada por a escolha do candidato ter sido feita com muita antecedência, o que não ocorreu com a de Facundo, definido como um moderado, por contraposição a figuras históricas da guerrilha como os comandantes Shafick Handal e Leonel Gonzalez.

A conhecida tese sobre o fim do ciclo das revoluções anti-imperialistas, entendidas como choque total, militar e económico com o imperialismo - formulada em 1990 pelo comandante nicaraguense Victor Tirado - continua a ser tema de debate entre as esquerdas latino-americanas. Esse pensamento pesou evidentemente na revisão de estratégias - inevitável após a desagregação da URSS - que levou aos Acordos de Paz em El

Salvador e na Guatemala. Entretanto, não explica por si só as dificuldades internas que a FMLN - que se apresenta nas eleições em coligação com a União Social Cristã - tem enfrentado após a sua transformação em partido político.

A ideia de que os EUA aceitariam com naturalidade a instalação (muito improvável) na Presidência de um dirigente da FMLN é obviamente ingénua.

URNG vai a votos na Guatemala

Na Guatemala - o mais povoado dos países da América Central, com 10 milhões de habitantes -, os eleitores vão escolher simultaneamente o Presidente da República, os 80 deputados da próxima Legislatura e os 20 que representarão o país no Parlamento Centro-Americano. Como as autárquicas, nos

330 municípios do país, se realizarão simultaneamente, estas eleições assumem um carácter total e inédito num país tradicionalmente submetido a ferozes ditaduras militares, com os Esquadrões da Morte encastelados no Exército e na Presidência da República.

A campanha arrancará no início do Outono, porque o povo somente será chamado a votar na segunda quinzena de Novembro.

A grande novidade comparativamente a eleições anteriores será a participação da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca - URNG, reestruturada a partir do movimento do mesmo nome que conduziu durante muitos anos uma das guerrilhas mais heróicas do Continente

Em declarações recentes, o comandante Jorge Soto, presidente da Junta Provisória da URNG, informou que o Movimento Unitário já estabeleceu as normas para a sua transformação em partido político. Este será a principal força da Esquerda e afirma-se vocacionado para conquistar a vitória nas urnas. O candidato presidencial sairá das bases, em eleições realizadas em assembleias da organização.

No momento em que escrevo não se excluía a hipótese de uma aliança política com a Frente Democrática Nova Guatemala - FDNG.

Seria inadequado estabelecer paralelos com a situação de El Salvador, mas a entrada da URNG na vida política como partido será também, como o foi na pátria de Farabundo Martí, uma autêntica prova de fogo. Após 36 anos de luta armada, a URNG tentará agora atingir os seus objectivos sociais por outros meios.



Campanha morna em Salvador

Em El Salvador - 6 milhões de habitantes - as eleições presidenciais estão à porta. No dia 7 de Março o povo escolherá o sucessor de Calderón Sol, um político medíocre sob cujo governo a situação económica e financeira do país se agravou, acentuando-se a sua dependência das remessas dos emigrantes e das maquilas que promovem a sobreexploração dos trabalhadores. Três candidatos aparecem nos primeiros lugares nas sondagens: o economista Francisco Flores, pela Arena, o partido da direita que ocupa o Poder e é responsável pelos crimes cometidos durante a fase final da ditadura; Facundo Guardado, hoje o máximo responsável do Partido da Frente Farabundo Martí; e o advogado Rodolfo Parker pelo Partido Democrata Cristão, actualmente em franca decadência. No momento, Flores leva nas sondagens 11 pontos de vantagem sobre Facundo e a direita tradicional exhibe uma grande arrogância. Entretanto, é cedo para a Arena cantar vitória porque 60% dos eleitores afirmam não ter tomado ainda uma decisão. A atmosfera da campanha, relativamente morna, contrasta com a das Legislativas de 97, quando o povo levou ao Parlamento uma bancada da FMLN quase tão numerosa como a da Arena e deu grandes vitórias à esquerda nas eleições municipais. O agravamento da crise económica também contribuiu para a desmotivação dos eleitores. O processo de paz, que tantas esperanças suscitou inicialmente, não correspondeu na execução dos Acordos - sabotada pela Arena em múltiplos sectores - às aspirações populares.

Canal o objetivo da sua vida. Formado em Economia e Ciências Sociais em universidades norte-americanas, o filho de Torrijos surpreendeu duplamente os analistas do Departamento de Estado: em primeiro lugar, porque não parecia vocacionado para uma carreira política; em segundo lugar, porque ao apresentar a sua candidatura assumiu imediatamente o legado do pai, emergindo com um programa definido em Washington como incómodo.

As últimas sondagens atribuem a Martin Torrijos dez pontos de vantagem sobre Myreia Moscoso, a viúva de Arnaulfo Arias, um membro da oligarquia que por três vezes exerceu a Presidência com o apoio ostensivo dos EUA. O terceiro candidato, Alberto Vallarino, do Partido Democrata Cristão, é também visto com simpatia pela administração norte-americana. As eleições para renovação do Parlamento serão realizadas simultaneamente, com a participação de doze partidos.

O jovem Torrijos está longe de ser um radical. Mas o simples facto de exigir, nos seus discursos, o estrito cumprimento pelos EUA dos Acordos sobre o Canal é o suficiente para que algumas cadeias de TV dos EUA identifiquem nele um radical com tendências perigosas.

Outro aspecto da campanha que contribui para aumentar a popularidade de Torrijos é a exigência da desminagem. Segundo o Tratado, os EUA devem entregar a Zona do Canal totalmente limpa. Mas não parecem dispostos a honrar o compromisso. Não retiraram ainda milhares de minas de áreas estratégicas de 15 mil hectares, que incluem o Forte Sherman, os campos de tiro de Pino e Emperador e o Polígono de Balboa. Conflitos laborais também são utilizados por Washington para criar tensões. O despedimento sem indemnização de 270 trabalhadores gerou um problema de

A «confissão»

Num dos últimos telejornais da RTP foi apresentada uma notícia - em grande manchete e com direito a imagens de arquivo para temperar melhor a «novidade» - informando que o líder curdo Abdullah Ocalan confessara às autoridades turcas que fora a sua ex-mulher que ordenara o assassinato do antigo primeiro-ministro sueco Olof Palm. Dada por adquirida a confissão, o telejornal da RTP entregou-se a uma conscienciosa reavaliação ao crime, resumindo o que se passara, traçando um perfil de Olof Palm e demorando-se no mistério que sempre rodeou o seu assassinato, cuja investigação se resumiu, até agora, a um completo fracasso das autoridades de investigação, apesar de o crime se ter dado em plena rua da capital sueca, à saída de uma casa de espectáculos e perante várias testemunhas. Entretanto, o telejornal da RTP não dedicou nesta «notícia» uma linha, uma palavra, um simples fotograma referente à actual situação de Ocalan nem, sobretudo, questionou minimamente o quadro em que teria ocorrido a presumível «confissão». Um quadro que é apenas este: Ocalan está preso e incomunicável num cárcere

PONTOS
CARDEAIS

turco de alta segurança situado numa ilha, foi para ali levado através de uma operação miserável envolvendo, pelo menos, a traição da embaixada da Grécia no Quênia - a quem pedira asilo político -, foi transportado para a Turquia algemado, drogado, vendado e humilhado pelos próprios sequestradores, numa chocante filmagem passada pela própria RTP, tem sido mostrado pelas autoridades turcas como um troféu de caça a quem nem sequer a dignidade humana se reconhece, está incomunicável e inteiramente nas mãos dos seus algozes, os seus advogados turcos desistiram de o defender ou, sequer, o visitar por alegadas ameaças de morte que estavam a sofrer, o governo turco quer fazer o seu pretenso «juízo» à porta fechada e sem qualquer presença internacional e vai já fazendo constar que o prisioneiro incorre na pena capital. É deste quadro que sai a «notícia» - propalada pelos algozes e torturadores de Ocalan - afirmando que o líder curdo do PKK «confessara» a responsabilidade da sua ex-mulher no assassinato de Olof Palm. Uma notícia que, espantosamente, o telejornal

da RTP não questionou ou relativizou em nome do mais elementar bom senso, para não falar da mais estrita obrigação jornalística, optando por levá-la à letra e assumi-la como verdadeira, provavelmente na presunção de que estava, ela própria, a desvendar um mistério até aqui insolúvel. Simplesmente vergonhoso.

O «historiador»

Já que estamos a falar de televisão, mudemos para a SIC. Há dias, também num telejornal de grande audiência da estação de Carnaxide, tomou assento no estúdio o dr. José Hermano Saraiva e o historiador Fernando Rosas, a quem o pivot do telejornal chamava «Professores» por junto e atacado, o que está longe de ser verdade: «Professor», ali, de carreira universitária confirmada, estava apenas Fernando Rosas. E «historiador» também, dado que o «professor Saraiva», no que à História e à sua investigação diz respeito, nunca passou de um professor de liceu dileitante que, com inesgotável descaramento, tem passado a vida a armar ao «cientista». Mas adiante.

Objectivo da presença dos dois: discutirem ambos a afirmação do primeiro, feita dias antes, de que não apenas «não houve fascismo em Portugal» como, ainda por cima e segundo a peregrina opinião do dr. Saraiva, Salazar «fora um antifascista». A coisa prometia e as expectativas não saíram goradas. Tomando balanço nos seus calcorreadíssimos caminhos de «vendedor de peixe histórico», o dr. Saraiva repetiu a sua famosa tese de que não «houve fascismo em Portugal», «descoberta» assente na estafada tentativa de branqueamento criptofascista que pretende negar a natureza do regime de Salazar pelo facto deste não ter apresentado o perfil completo do fascismo italiano (grandes iniciativas de massas, organizações paramilitares do regime, etc.). Depois veio a segunda bojarada: Salazar «fora um antifascista» porque mandara prender o Rolão Preto e dissolvera as organizações que se assumiram como fascistas no início do salazarismo. É claro que a demagogia rasteira destas «teses» e a ignorância manhosa destes «argumentos» foram facilmente desmontadas por Fernando Rosas, como o seriam por qualquer investigador sério. Mas o melhor veio a seguir: vendo-se encurralado na argumentação, o dr. Saraiva perdeu o verniz e desatou abertamente a defender Salazar, chegando ao ponto de afirmar categoricamente que, no que respeita à repressão do regime realizada pela PIDE, o piedoso ditador de Santa Comba Dão não tinha conhecimento pessoal do que se passava. Aí, Fernando Rosas perdeu a paciência e atirou-lhe à cara, sem tergiversações, que Salazar reunia semanalmente, quando não diariamente, com os altos responsáveis da PIDE para dirigir, com minúcia, toda a actividade repressiva, facto que não consente sequer discussão porque está documentado, preto no branco, nas actas dessas reuniões que se encontram em arquivo. Pois sabem o que fez o dr. Saraiva, o «professor» Saraiva, o «historiador» Saraiva? Muito cientificamente, encolheu os ombros e disse: «Ná, cá por mim estou convencido que ele não sabia de nada»... Se mais preciso fosse, ali estava, de repente, a seco e sem remissão, o que realmente vale este «professor de História» na estrita competência de investigador. Quanto ao que vale como pretenso «divulgador de História», «grande comunicador», «homem de cultura» e etc. etc., nem vale a pena pôr mais na carta...

PONTOS
NATURAIS

■ Mário Castrim

Género, feminino

Muito pessoal

O trânsito era muito. E as horas a passar. Benditos telemóveis! - Mãezinha, olha é só para te dizer que vou chegar mais tarde. Não te assustes.

- Puxa! - diz o condutor - A mãezinha do senhor deve ser uma senhora de muita idade. - Eu estava a falar com a minha filha.

«Ah, ah! Vejam lá Parecia um sujeito normal e vai-se a ver! Há coisas neste mundo...»

Quando chegámos o condutor respirou fundo.

Quando não havia quotas

I

Maria Luísa Costa Dias dirigente católica membro do PCP presa por isso mesmo. - Ah, com que então católica! (disse-lhe o inspector) Está bem. Sempre podes ir fazendo uma ideia de como é o inferno.

II

Alda Nogueira. - Que um pobre, enfim (dizia o inspector) esteja no Partido inda posso entender Mas a senhora engenheira e de tão boas famílias...

Tiraram-lhe os vestidos para desmoralizar.

Mais tarde a Alda só se lembrava que a cela era fria fria.

III

Maria Machado estava lá dentro, quando a polícia assaltou a tipografia do «Avante!».

Demorou, demorou para queimar documentos.

Pagou caro, caro, caro pelo que era e mais ainda: por ser mulher.



XADREZ

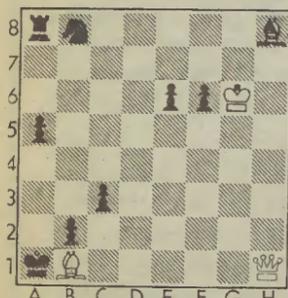
DCXCVII - 4 DE MARÇO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X08

Por: Erich Zepier

2º Prémio «Österreichischer Schachbund» - 1952/53

Pr.: [9]: Ps. a5, b2, c3, e6, f6 - Cb8 - Bh8 - Ta8 - Ra1

Br.: [3]: Bb1 - Dh1 - Rg6



Mate em 5 [cinco] lances

SOLUÇÃO DO N.º 1999X08 [E. Z.]

1. Dé1! [Ameaça: 2. Bc2+ 3. Dc3 / 2. Bd3+ 3. Bc4+ 4. Dc3+], f5!; 2. Df1!, a4; 3. B:f5+, Ra2; 4. B:e6+, Ra3; 5. Df8 #

A. de M. M.

DAMAS

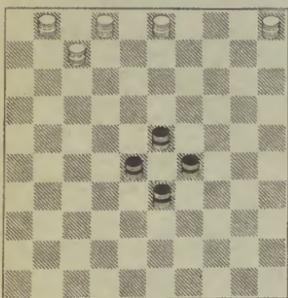
DCXCVII - 4 DE MARÇO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D08

Por: Nicolas Riso [F]

«L'Effort n.º 157», F., VII / VIII. 1974

Pr.: [4]: (23)-(28)-(29)-(33)

Br.: [5]: (1)-(2)-(3)-(5)-(7)



Branças jogam e ganham

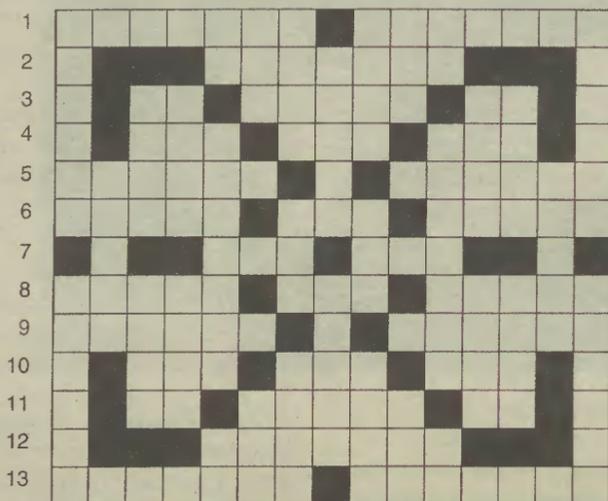
SOLUÇÃO DO N.º 1999D08 [N. R.]

1. 3-17! (22x11/6); 2. 5x44. (6/11x50); 3. 7x45. (9x); 4. 2-11. (9x); 5. 45-50+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Extensa área de terreno, caracterizada pela ausência total de árvores ou arbustos e onde se desenvolvem plantas anuais, que crescem e florescem na época das chuvas (pl.); embutido de pequenas pedras ou de outras peças, formando determinado desenho. 2 - Talismã. 3 - Nota musical; ciência da moral; Alumínio (s.q.). 4 - Acrescente; mulher encarregada de amamentar alguma criança; Organização das Nações Unidas (sigla). 5 - Pequeno rectângulo de aço, que se adapta a máquinas para fazer a barba; dar vivacidade. 6 - Amargo; igualdade (pref.); provida de asas. 7 - Irmã do pai; a família. 8 - Adv. nesta hora; geme (pop.); repete. 9 - Enrubescera; frutos da anoneira. 10 - Cinge com nó; na companhia de; vazio. 11 - Nome da décima sétima letra do alfabeto grego; espaço entre a trincheira falsa e a barreira do público (tour.) (pl.); o mais (ant.). 12 - Corsários. 13 - Fizera ruído (o esvoaçar de algumas aves e insectos); diz-se de uma espécie de papel para escrever (pl.).

VERTICAIS: 1 - Pedra vertical monolítica, em que os antigos faziam inscrições ou esculturas; quantidade de ácido existente numa ou várias substâncias misturadas. 2 - A medula das plantas. 3 - Sacerdote budista tibetano; discursar. 4 - Juntar; mamífero roedor. 5 - Utensílio de cozinha; assinalara; o seu valor é de 3,1416. 6 - Nome de letra; regressar. 7 - Instrumento que serve para marcar ângulos no terreno; dirigiam-se (fig.); de preço elevado. 8 - Instrumento que serve para polir ou desbastar metais (pl.); separa. 9 - Mulher atrevida (gr.); carta ou documento escrito numa só folha; tira a vida a. 10 - Base aérea portuguesa; condimento. 11 - Isolado; natural ou habitante de Ovar; Samário (s.q.). 12 - Erva-doce; habitação pequena e pobre (fig.). 13 - Agasalho para as mãos; vinho, como excipiente medicinal. 14 - Reverência. 15 - Observar; limpas as mucosidades do nariz.

SOLUÇÃO:
VERTICAIS: 1 - Estela; acidez. 2 - Amargo. 3 - Lama; orar. 4 - Adir; rito. 5 - Pá; rai; almagos. 6 - Enme; vir. 7 - Suta; iam; cara. 8 - Lima; isola. 9 - Meca; oia; mata. 10 - Ora; sal. 11 - S6; ovarino; Sm. 12 - Antis; toca. 13 - Luva; enol. 14 - Adora. 15 - Olhara; assos.
HORIZONTAIS: 1 - Estepe; mosaico. 2 - Amuleto. 3 - Lá; ética; Al. 4 - Ada; ama. 5 - Lâmina; aviar. 6 - Amaro; iso; asada. 7 - Tia; lar. 8 - Tia; lar. 9 - Agora; mar; itera. 10 - Aia; com; oco. 11 - R6; valas; al. 12 - Piratas. 13 - Zumbi-9 - Corra; anomias. 10 - Aia; com; oco. 11 - R6; valas; al. 12 - Piratas. 13 - Zumbi-

AGENDA

PORTUGAL 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

PCP

Sessão de encerramento

Dirigida por Helena Serôdio, com intervenções de
Edgar Correia, Oliveira Batista e

Carlos Carvalhas

Intervenção musical de Carlos Alberto Moniz
Lisboa, Sala Louvre do Hotel Sofitel (Av. Liberdade, 123)
Hoje, dia 4, às 17h30

Lisboa, 9 de Março, 20h, no Salão do CT Vitória

Jantar-convívio e debate

«O PCP, os Micro,
Pequenos e Médios
Empresários»

Com Carlos Carvalhas

(Confirmar presença pelo tel. 3562715 - Margarida Aboim)

CDU

Sobre o Estudo de Requalificação
da Marginal do Douro

- debate na Sala da Cultura da JF do Lordelo do Ouro

com Ilda Figueiredo e outros eleitos da CDU

Hoje, quinta-feira, às 21h30

As festas do 8 de Março

Organizações várias com destaque para o MDM,
outras associações de mulheres, sindicatos e autarquias
promovem um vasto conjunto de iniciativas, sobretudo no
fim-de-semana.

Em destaque aqui fica:

A Festa no Rossio em Lisboa, Domingo, dia 7, a partir
das 15h, Isabel Silvestre e Os Navegantes em concerto.
Desfile de ranchos folclóricos, venda de produtos
regionais, artesãos ao vivo.A Festa na Praça do Giraldo em Évora, «Alentejo
com Abril pela igualdade de direitos», Domingo, dia 7.
Manhã Desportiva. Desfile a sair às 14h30 do Rossio de
S. Brás para a Pç. do Giraldo com ranchos folclóricos,
bandas, espectáculo musical.A Festa-convívio na Casa de D. Hugo no Porto,
Sábado, dia 6. Teatro, bailado, grupos musicais

... e ainda:

Dia 5 «As mulheres e a alteração das mentalidades»,
debate na Madeira com Rosa Rabiais. «Direitos da
Mulher, igualdade de oportunidades...», debate em Viana
do Castelo com Ilda Figueiredo e Luísa MesquitaDia 6 Almoço-convívio em Aljustrel, com Conceição
Morais. Convívio desportivo no Complexo dos Olivais, em
Lisboa, das 10 às 16hDia 10 «Igualdade nos 25 anos de Abril» - debate às
14h, na Biblioteca Municipal de Aveiro, com Graciete
Cruz e Berta GranjaNo dia 8 de Março a CGTP realiza no Rossio uma
exposição sobre os direitos das mulheres e distribui docu-
mentos sobre o tema. Muitas autarquias - Almada, Loures,
Barreiro, Moita, Moura - organizam sessões com as suas
trabalhadoras, promovem exposições e actos culturais,
distribuem documentos, saudações e flores às mulheres...
Organizações de mulheres e sindicatos, o PCP - que diri-
giu uma saudação às mulheres - promovem convívios, ses-
sões culturais, exposições...

4.ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro

Domingo, 7, a partir das 10h, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro
Sessão de encerramento às 17h, com intervenção de
Carlos Carvalhas

5.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE FELGUEIRAS

Sábado, 6, a partir das 15h, na Escola do Ciclo Preparatório

4.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE VILA NOVA DE GAIA

Sábado, 6, a partir das 14h30, no Salão da Assembleia Municipal, com a
participação de Honório Novo

LOURES

Reuniões preparatórias da 3.ª Assembleia da Organização do Sector de
Empresas de Loures, a realizar na Casa da Cultura de Sta. Iria da Azóia em 20 de
Março: dia 8 às 18h, dos núcleos da Pontinha e Sacavém (CTs respectivos); dia 9
às 18h, de Loures e Sta. Iria de Azóia (CTs); dia 10, da célula da Covina (17h30,
Sala do G.D. da Empresa) e do núcleo de Odivelas (18h, CT).

PORTO

Reunião promovida pelo Sector Intelectual do Porto, com a participação de Edgar
Correia, sob o tema «O ano político eleitoral e a intervenção do PCP»: dia 4,
21h30, no Auditório do CT da Boavista.

LISBOA

Debate promovido pela Organização dos Professores da ORL sobre a Gestão das
Escolas - hoje, quinta-feira, às 21h, no CT Vitória.Debate público sobre o Plano do Alto do Lumiar, com a participação de Rui
Godinho e Arq. Guilherme Alves Coelho: no Sport Clube da Torre (estrada
de S. Bartolomeu - Ameixoeira), hoje, quinta-feira, às 21h.Comemorações do
78.º Aniversário do PCPIntervenção de
Carlos CarvalhasParticipação de
Ilda Figueiredo

Caravanas para o Comício: - de Loures (partida do Mercado às 15h)

- de Sacavém (partida da frontaria do Sacavenense às 15h)

Comboio especial de Sintra - (partida de Sintra às 14h07)

Outras iniciativas comemorativas

• Alcochete - Dia 6, 20h: jantar-convívio no CT

• Almada - Almada, dia 6: almoço no CT;
Trafaria, dia 6: Almoço, Rest. Verde Mar; Pra-
gal, dia 7: almoço, Rest. Rianço; Cova da Pieda-
de, dia 7: almoço, CT concelhio; Almada/Traba-
lhadores da Autarquia, dia 7: almoço, Quinta da
Atalaia; Charneca, dia 7: almoço, CT; Costa de
Caparica, dia 7: almoço, CT; Laranjeiro, dia 13:
almoço, CT; Caparica, dia 14: almoço, CT.• Amadora - Dia 7: almoço da freguesia de
Damaia, 12h30, CT da Damaia• Alpiarça - Dia 7: Debate com Odete Santos
sobre «A situação da Mulher 25 anos depois
de Abril», Pavilhão da Feira, 15h30• Amarante - Dia 6: jantar em Carvalhi-
nhos/Cepelos, Restaurante Os Amigos, 20h,
com Emídio Ribeiro• Avis - Dia 6: convívio-festa no CT; Bena-
vila, dia 6: convívio-festa no CT• Barreiro - Dia 6: às 11h, no CT da Fre-
guesia do Barreiro, sessão evocativa do 78.º
aniversário; no CT concelhio: Inauguração da
Biblioteca, às 15h; projecção do filme «A
Mãe», às 15h30; inauguração de uma Exposi-
ção de Artes Plásticas e intervenção de Blan-
qui Teixeira, às 17h. Dia 13: Jantar concelhio
nos Penicheiros com Álvaro Cunhal• Borba - Dia 7: almoço na Casa do Povo da
Orada, com Jerónimo de Sousa• Braga - Dia 6: Vizela, encontro-convívio
no Bar da Casa do Povo, 15h; Guimarães,
convívio no CT, 15h; Braga, convívio no CT,
18h; Vila Nova de Famalicão, convívio no CT,
21h; Zona de Basto, jantar em Arco de Baúlhe,
20. Dia 7: Vizela/Santo Adrião, encontro-convívio
no Café Poriná, 10h.• Caldas da Rainha - Dia 7: almoço no CT,
13h, com Rosa Rabiais• Coruche - Dia 5: jantar em Ponte da
Barca, Rest. O Farnel, 20h• Covilhã - Dia 6: jantar G.D. Águias do
Canhoto, 20h, com Luísa Araújo• Évora - Dia 6: almoço-convívio no Pátio
Alentejano com Álvaro Cunhal, 13h• Lisboa - Dia 6: jantar da Freguesia dos
Anjos, Casa Regional de Gouveia (Av. Am.
Reis), 20h. Dia 13: almoço da freguesia de
Alcântara, 13h (inscrições até 10/3, tel.
3638512)• Loures - Dia 6: almoço da freguesia de
Sto. António dos Cavaleiros, 12h, AMSAC;
almoço da célula da CM Loures, 12h30, Ref.
da Câmara, com Domingos Lopes. Dia 7:
almoço da freguesia de Sta Iria de Azóia,
12h30, com João Amaral; lanche-convívio da
freguesia de Sacavém, 16h.• Marinha Grande - Dia 6: jantar na
Ordem, 20h, com Domingos Abrantes• Moita - Dia 6: jantar-convívio no Pavi-
lhão Municipal de Exposições com Carlos
Carvalhas, 19h; Alhos Vedros, dia 7; lanche
no CT• Montemor-o-Novo - Dia 6: almoço na Esc.
Secundária, 13h, com José Soeiro• Palmela - Pinhal Novo, dia 5: Exposição
e Sessão de esclarecimento com Leandro Mar-
tins: 21h, CT; Bairro Padre Nabeto, dia 6:
almoço, 13h; Poceirão, dia 6: jantar, 20h, com
Luís Sá; Cajados, dia 5: convívio;• Rio Maior - Dia 6: jantar na Marmeleira,
Grupo de Amigos da Vila da Marmeleira, 20h,
com Francisco Lopes• Salvaterra de Magos - Dia 6: jantar em
Fornos de Salvaterra, Salão da Comissão de fes-
tas, 20h, com José Casanova• Santarém - Dia 7: almoço na Casa de Con-
vívio de S. Vicente do Paúl, 13h, com Luís Sá• Seixal - Dia 7: almoço comemorativo na
Quinta da Valenciana com Álvaro Cunhal,
13h.• Sesimbra - Dia 7: Almoço-convívio na
Quinta do Conde, 13h• Setúbal - Vendas de Azeitão, dia 7: almo-
ço no G.M.U.P com Octávio Teixeira• Sintra - Dia 13: almoço na Quinta da
Madre de Deus, Ribeira de Sintra, Rest. A Ten-
dinha, 13h, com António Andrez (Inscrições:
nos CTs de Sintra ou tels. 9142336-9131355)TEMPO
DE ANTENA

PCP

Amanhã
5 Março
na RTP 1 A seguir
ao Telejornal
na RDP a seguir ao noticiário das 13hReuniões e debates preparatórios
do 6.º Congresso da JCPPara discussão dos documentos a propor ao
Congresso e eleição de delegados estão pre-
vistas nos próximos dias reuniões em Aveiro
(colectivo da Feira - dia 5, do Superior - dia
10), Porto (Maia - dia 5, Dir. Distrital - dia
6, Cidade do Porto - dia 7, Valongo - dia 12,
Gaia - dia 13), Santarém (dia 5), Setúbal
(Cidade de Setúbal e Pinhal Novo - dia 5,
Montijo - dia 6, Almada e Alhos Vedros -
dia 7, Alcochete - dia 8, Barreiro, Seixal e
Moita - dia 13), Loures (Stº Ant. dos Cava-
leiros e Póvoa Sto. Adrião - dia 4, Loures -
dia 7, Sacavém - dia 8), Sintra (Colectivos do
Cacém e Rio de Mouro - dia 4), Lisboa (Tor-
res Vedras - dia 6 e dia 13, Secundário de
Lisboa - dia 8, Superior - dia 11), Amadora
- dia 13, Oeiras - dia 7), Bragança (Cidade de
Bragança - dia 6, Mirandela - dia 12), Cas-
telo Branco (Encontro Distrital - dia 6)
Coimbra (FDUC e FEUC - dia 10, Secundá-
rio - dia 13) Guarda (Plenário Distrital - dia
13) Viseu (Cidade de Viseu - dia 12).

Debates públicos

Promovido pela Org. do Ensino Superior
de Lisboa sobre «O socialismo e o Leste»,
com a participação de Aurélio Santos,
Arsénio Nunes e Nuno Ramos de Almei-
da: dia 6 às 21h30 no CT Vitória.Sob o tema «O porquê de lutar pelo
comunismo», com José Casanova e Paulo
Raimundo: dia 7 às 15h30 no CT de Rio de
Mouro (às 13h: almoço-convívio).Sobre «Educação e luta de massas», com
Vanessa Silva, Mário Peixoto, Bernardino
Aranda: dia 7 às 15h30, no CT Vitória.«Educação sexual já! - Sem medos» -
debate na Esc. Secundária de Matosinhos,
dia 5 às 15h30.

Acampamento em Viseu

A JCP/Viseu promove no Parque de
Campismo de Lamego no fim-de-semana
próximo (dias 6 e 7) um acampamento juve-
nil, inserido também na preparação e divul-
gação do VI Congresso. As inscrições estão
abertas no Centro de Trabalho local do PCP.• Souselas - Dia 7, com a participação de
Carlos Carvalhas: às 13h, inauguração do CT
do PCP (R. dos Correeiros, n.º 84) e almoço
comemorativo do aniversário do PCP (no Ins-
tituto Educativo de Souselas)• Torres Novas - Dia 6: jantar no Rest. Casa
das Febras, 19h30, com Jorge Cordeiro• Trofa - Dia 6: jantar no Rest. Os Bragu-
nhas, 20h, com José Calçada e Agostinho
Lopes• Valongo - Dia 6: jantar em Ermesinde,
Rest. O Trovador, 20h, com Dias Lourenço• Vila Nova de Ourém - Dia 7: convívio na
Quinta do Regate, 12h, com Sérgio Ribeiro e
José Saramago• Vila Real - Dia 6: às 17h, inauguração da
nova sede distrital do PCP (Praceta D. João
Evangelista, 13, 1.ª Cave, Loja C/S. Dimis).
Intervenção de Agostinho Lopes. Jantar no
Rest. O Trovador (junto ao Campo de Futebol):
dia 6, 19h, com a participação de Henrique de
Sousa e intervenção musical de Paulo Vaz de
Carvalho e seus convidados

TELEVISÃO

Quinta, 4

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.55 Esmeralda
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.35 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Contra Informação
- 21.00 As Lições do Tonecas
- 21.40 Maria Elisa
- 23.30 Liga dos Campeões
- 00.30 Miguel Ângelo ao Vivo
- 01.45 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Meu Amor Brasileiro (Longa-metragem)
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo



"Alô, Alô", em repetição na RTP2



"Doido por Ti" continua em transmissão na TVI

- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.10 Eu, César
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.55 Um Verão de Amor (de Ingmar Bergman, Suécia/1950, com Maj-Britt Nilsson, Birger Malmsten, Alf Kjellin. Ver Destaque)
- 00.20 A Paixão dos Santos

SIC

- 08.00 Buêrére
- 11.00 Sic 11 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Fátima Lopes
- 17.00 Camilo
- 17.30 Meu Bem Querere
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Jornalistas
- 22.00 Torre de Babel
- 23.15 Esta Semana
- 01.00 Da Terra à Lua
- 02.05 Último Jornal
- 03.00 Vibrações

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Fascinação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.05 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 Heróis por Acaso
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 A Desaparecida (de George Sluizer, EUA/1993, com Jeff Bridges, Kiefer Sutherland, Nancy Travis, Sandra Bullock. «Thriller»)
- 24.00 Terra, Conflito Final
- 01.00 Doido por Ti
- 02.20 A Esquadra de Brooklyn

Sexta, 5

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.55 Esmeralda
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.35 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Casa Cheia
- 21.35 Uma Casa em Fancos
- 22.10 Jet Set
- 22.40 Atlântico
- 23.45 Serviço de Urgência
- 00.45 24 Horas
- 01.50 Fórmula 1 - GP da Áustria (Treinos)
- 03.00 Desporto - NBA: Dallas-Utha

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 A Terra

Sábado, 6

RTP 1

- 08.00 Infantil/Juvenil
- 12.00 Made in Africa
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Top+
- 15.05 Espelho Meu
- 15.40 Saber & Fazer
- 15.35 Amigos
- 16.15 O Rapaz e o Mundo
- 16.45 Excentricidades
- 17.20 Estrada Viva
- 17.55 Riquinho (de Donald Petrie, EUA/1994, com Macaulay Culkin, Jonathan Hyde, John Larroquette, Edward Herrmann. Comédia)
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Santa Casa
- 23.00 Nash Bridges
- 24.00 24 Horas
- 00.40 Rapazes (de Stacy Cochran, EUA/1996, com Winona Ryder, Lukas Haas, Skeet Ulrich, John C. Reilly, Bill Sage. Drama)
- 02.40 Fórmula 1 - GP da Áustria

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Cidade Louca
- 13.00 Contos Assombrosos
- 13.30 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 19.35 Blake e Mortimer
- 20.05 2001
- 20.35 Onda Curta («Leonie», de Philippe Barassat, Bélg./1996); «Dr. Vesalius», de Mole Hill, Gr.Br./1997. Curtas Metragens)
- 21.00 O Caminho das Estrelas
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 O Lugar da História
- 23.35 Allô, Allô!
- 00.05 Crimes do Pior
- 00.35 Smith & Jones
- 01.00 Amador (de Hal Hartley, EUA/1994, com Martin Donovan, Isabelle Huppert, Elna Lowensohn, Damian Young. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buêrére
- 11.55 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Ases da Polícia (de Aaron Norris, EUA/1995, com Chuck Norris, Clyde Kusatsu, Michele Lamar Richards. Acção)



Francisco José Viegas acumula "Ler para Crer" e "Jogo Falado" na RTP2

- 16.00 Big Show Sic
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mundo VIP
- 22.00 Ai os Homens!
- 23.15 Mulher
- 00.15 O Sexo e a Cidade
- 00.45 O Corvo (de Alex Proyas, EUA/1994, com Brandon Lee, Ernie Hudson, Michael Wincott, Michael Barryman, Jon Polito. Terror)
- 02.50 Último Jornal

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.35 Animação
- 13.30 Contra-Ataque
- 14.55 Acção em Acapulco
- 15.45 Segredos (de Peter Hunt, EUA/1992, com Christopher Plummer, Stephanie Beecham, Linda Purl. Drama)
- 17.25 A Mulher Gigante (de Christopher Guest, EUA/1993, com Daryl Hannah, Daniel Baldwin, William Windon. Ficção Científica)
- 19.00 Kazaam (de Paul M. Glaser, EUA/1996, com Ally Walker, Francis Kapra, James Acheson, Shaquille O'Neil. Comédia)
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Um Coração (de Sandor Stern, EUA/1994, com Ann Jillian, Michele Greene, Bruce Greenwood, Terry O'Quinn. Drama)
- 24.00 Noites Violentas (de Penelope Buienhuis, EUA/1994, com Rae Dawn Chong, Kari Wuhrer, Joel Bissonnette. Drama)
- 02.00 A Esquadra de Brooklyn

Domingo, 7

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 14.55 Regresso ao Futuro (de Robert Zemeckis, EUA/1985, com Michael J. Fox, Christopher Lloyd, Lea Thompson. Ver Destaque)
- 17.00 A Ferro e Fogo
- 18.00 Já que Falamos de Sexo
- 18.50 GLx
- 19.30 Domingo Desportivo
- 20.00 Telejornal
- 21.10 Jet 7
- 21.50 Débora
- 22.25 Julgamento e Castigo
- 23.30 Domingo Desportivo
- 01.00 Perigo Iminente
- 01.55 24 Horas

RTP 2

- 09.30 Novos Horizontes
- 10.30 Um Mergulho no Mundo
- 11.30 Guerras no Jornal
- 12.00 Missa
- 12.50 Heróis em Acção
- 13.40 Evita Peron
- 14.30 Murphy Brown
- 15.00 Desporto 2
- 18.00 Jornal de África
- 18.40 A História de Nikita
- 19.30 Bom Bordo
- 20.05 Artes e Letras - «Vermeer»
- 20.20 Ivanhoe
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Horizontes da Memória
- 23.05 Olhos nos Olhos

SIC

- 08.00 Buêrére
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.55 O Pai da Noiva (de Charles Shyer, EUA/1991, com Steve Martin, Diane Keaton, Martin Short. Comédia)
- 15.30 Buffy, Caçador de Vampiros
- 17.30 No Teu Aniversário (de Michael Pressman, EUA/1996, com Peter Gallagher, Michelle Pfeiffer, Claire Danes. Melodrama)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Polícias à Solta
- 21.30 Chuva de Estrelas
- 22.45 Hilda Furacão
- 23.45 O Favor (de Donald Petrie, EUA/1994, com Harley Jane Kozak, Elizabeth McGovern, Bill Pullman, Brad Pitt. Comédia Romântica)
- 02.15 Último Jornal
- 02.50 Dra. Quinn
- 03.50 Portugal Radical

TVI

- 09.00 Animação
- 10.30 Novos Ventos
- 11.15 Missa
- 13.00 Os Últimos Paraísos na Terra
- 14.00 Alunos Rebeldes



O novo programa de Victorino d'Almeida na SIC

- (de Jack Bender, EUA/1997, com Jay Thomas, Mario Lopez, Amu Jo Johnson, Scott Bakstow. Drama)
- 15.40 Perigo a Leste (de Harry Winner, EUA/1990, com Anthony John Denison, Linda Purl, John Rhys Davis, John Slattery. Espionagem)
- 17.35 Olha Quem Sou Eu Agora (de Melanie Mayron, EUA/1996, com Kirstie Alley, Dale Midkiff, Ross Malinger. Comédia)
- 19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
- 21.15 Directo XXI
- 22.00 Culpado ou Inocente
- 23.00 Um Escândalo de Mulher (de Bruce McDonald, EUA/1998, com James Farentino, Kenneth Welsh, Michelle Lee. Drama)
- 00.45 José do Telhado (de Armando de Miranda, Port./1945, com Virgílio Teixeira, Adelina Campos, Juvenal de Araújo, Patrício Álvares. Drama)

- 23.00 Segredos Escaldantes (de Bem Verborg, EUA/1995, com Victor Low, Renée Soutendijk. Drama)
- 01.00 Doido por Ti
- 01.40 Desporto
- 02.25 Esquadra de Brooklyn

Segunda, 8

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.55 Esmeralda
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.35 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Contra Informação
- 21.00 Nós os Ricos
- 21.35 Canções da Nossa Vida
- 23.00 34.º Festival RTP da Canção
- 24.00 24 Horas
- 01.25 Amigos

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Rumo ao Sul
- 16.35 O Nosso Charly
- 17.30 Açores
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Universidade Aberta
- 19.00 Hugo
- 19.30 Um, Dó, Li, Tá
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Jogo Falado
- 23.50 Novos Heróis

SIC

- 08.00 Buêrére
- 11.00 Sic 11 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Fátima Lopes
- 17.00 Camilo
- 17.30 Meu Bem Querere
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Torre de Babel
- 22.00 Roda de Milihões
- 00.10 Duetos Imprevistos
- 01.20 Último Jornal
- 01.50 Filmes do Século: «Rocco e os Seus Irmãos» (de Luchino Visconti, It./1960, com Alain Delon, Renato Salvatori, Annie Girardot, Katiina Pxinou. Ver Destaque)
- 04.15 Vibrações

TVI

- 09.00 S.O.S. Urgências
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Fascinação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.05 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 Heróis por Acaso
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 A Justiça

Terça, 9

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.55 Esmeralda
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.35 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Cromos de Portugal
- 21.45 Herman 99
- 23.45 Dharma e Greg
- 00.20 24 Horas
- 01.05 Seaquest, Brigada Submarina

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.35 Terra Abrasadora (de Victor Fleming, EUA/1932, com Clark Gable, Jean Harlow, Mary Astor, Gene Raymond, Donald Crisp. Ver Destaque)
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.05 A Saga dos Lémures
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2



A série "Jornalistas" dá os primeiros passos na SIC

- 22.35 Acontece
- 22.55 The Crown and the Country
- 23.20 Ler para Crer
- 00.20 A Noite com Jools Holland

SIC

- 08.00 Buêrére
- 11.00 Sic 11 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Fátima Lopes
- 17.00 Camilo
- 17.30 Meu Bem Querere
- 18.45 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Médico de Família
- 22.10 Torre de Babel
- 23.15 Casos de Polícia
- 00.15 Balada de Nova Iorque
- 01.15 Toda a Verdade
- 02.20 Último Jornal
- 03.15 Vibrações

TVI

- 09.00 S.O.S. Urgências
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Fascinação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.05 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 Heróis por Acaso
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Santos e Pecadores (de Paul Mones, EUA/1994, com Jennifer Rubin, Damian Chapa, Scott Plank. Drama)
- 24.00 Cat Squad. Grupo Antiterrorista-II (de William Friedkin, EUA/1988, com Joe Cortese, Stephen W. James, Jack Youngblood. Acção)
- 02.30 Doido por Ti
- 03.10 Feedback

Quarta, 10

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.55 Esmeralda
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.35 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Diário de Maria
- 22.10 Braveheart, O Desafio do Guerreiro (de Mel Gibson, EUA/1995, com Mel Gibson, Sophie Marceau, Patrick McGoohan, Angus McFayden. Ver Destaque)
- 00.15 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Derrick
- 16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece



A série "Jornalistas" dá os primeiros passos na SIC

- 22.50 Sinais do Tempo
- 23.45 Carlos Cruz
- 00.45 Poltergeist

SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.30 Malucos do Riso
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Fátima Lopes
- 17.00 Camilo
- 17.30 Meu Bem Querere
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.05 Conversa da Treta
- 21.30 Torre de Babel
- 22.45 Cantigas de Mal Dizer
- 23.45 Sem Medo de Viver (de Peter Weir, EUA/1993, com Jeff Bridges, Isabella Rossellini, Rosie Perez, Tom Hulce, John Turturro. Ver Destaque)
- 01.30 Toda a Verdade
- 02.40 Último Jornal
- 04.25 Vibrações

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Fascinação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.05 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 Heróis por Acaso
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Os Reis da Noite (de Eddie Murphy, EUA/1989, com Eddie Murphy, Richard Pryor, Arsenio Hall, Danny Ayello. Comédia Policial)
- 00.10 Os Vigilantes
- 01.10 Doido Por Ti
- 01.55 Lanterna Mágica
- 02.25 A Esquadra de Brooklyn

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Um Verão de Amor

(Quinta, 22.50, RTP2)

Através deste filme, começa a construir-se a genialidade desse mestre do cinema que foi Bergman. *Um Verão de Amor* é, aliás, o primeiro filme acerca do qual o realizador afirma sentir-se inteiramente «ele próprio» em confronto com a história e a sua concretização em cinema - a história de amor de uma bailarina da ópera de Estocolmo que, aproveitando uma interrupção nos seus ensaios, vai passar uns dias a uma ilha revendo, em pleno Verão, um seu antigo apaixonado que morrera ao mergulhar. Uma história, esplendorosamente posta em cinema, em que Bergman nos fala da «confiança no amor» e no «desprezo a Deus»...

Os 39 Degraus

(Sexta, 22.55, RTP2)

O cidadão canadiano *Richard Hannay*, de férias em Londres, é involuntariamente envolvido numa complicadíssima intriga de espionagem na qual se trata de destruir uma rede de espões relacionados



Madeleine Carroll e Robert Donat em «Os 39 Degraus», de Alfred Hitchcock

com ségredos atómicos. Após inenarráveis e perigosas peripécias, em que é não só perseguido pelos espões como também pela polícia que dele desconfia e vai no seu encaço, o nosso herói acaba por descobrir, na companhia de uma professora com os destinos da qual se cruza, o ségredo dos trinta e nove degraus no mesmo teatro de Londres onde tudo começara... Um filme que é justamente considerado o melhor da «fase inglesa» de Alfred Hitchcock e no qual se revela por completo o sentido de *suspense* que sempre rodeou as



Mel Gibson, actor e realizador do filme «Braveheart, O Desafio do Guerreiro»

suas maiores obras posteriores. Entre muitas outras, a seqüência no comboio é verdadeiramente exemplar, montada pelo cineasta com a impressionante destreza e a inesgotável capacidade de construir grandes momentos de tensão, nunca isentos de um irresistível e desarmante humor.

Amador

(Sábado, 01.00, RTP2)

Um homem e uma mulher encontram-se num bar. Ele acaba de acordar, caído na rua, sem se recordar de quem era. Ela, ex-freira, escreve histórias pornográficas para subsistir. E dispõe-se a perscrutar com o desconhecido o passado deste, sendo a história que reconstituem repleta de surpresas... Desta vez uma espécie de «thriller» policial, este é mais um filme de um cineasta, Hal Hartley, cuja filmografia



Renato Salvatori e Alain Delon, intérpretes principais de «Rocco e os seus Irmãos», de Luchino Visconti

está repleta de personagens marginais e atípicas e de histórias tão bizarras e surrealistas como esta - e, diz-se, com um tipo de encenação absolutamente correspondente a tudo o que nelas se revela absurdo. A descobrir.

Regresso ao Futuro

(Domingo, 14.55, RTP1)

É a conhecida história (mais uma vez repetida na RTP) do jovem *Marty McFly*, amigo de um sábio louco, o *Dr. Brown*, que inventou uma máquina de viajar no tempo. Durante uma experiência, *Marty* é propulsado para o ano de 1955 e, durante o seu périplo, encontra os pais - mas a sua mãe não está nada interessada no seu pai, o que poria em risco a sua concepção e, portanto, a sua própria existência! Bom, o resto da história é demasiado conhecido, tratando-se de mais uma variação à volta da máquina do tempo, num filme com um argumento forçado e fraquinho mas que foi posto em cena com o talento e a eficácia de um especialista: *Robert Zemeckis*. Com *Michael Fox* e *Christopher Lloyd* nos principais papéis.

Rocco e os seus Irmãos

(Segunda, 01.50, SIC)

Datado de 1960, foi com este filme que *Luchino Visconti* atingiu finalmente o grande público e o êxito comercial reafirmando a escola neo-realista de que o seu «*Obsessão*» de 1942 definira em grande medida os parâmetros. Com «*A Terra Treme*», de 51, *Visconti* afirmara-se como uma das pedras essenciais do cinema italiano do pós-guerra, mas o seu trabalho seguinte, «*Sentimento*», em 54, parecia anunciar um afastamento no sentido de uma elaboração cénica que caracterizaria os seus últimos trabalhos. «*Rocco*» marcou porém um retorno à estética (essencial a fotografia de *Giuseppe Rotunno*) e à temática neo-realista: a saga de uma mulher do Sul da Itália, da Calábria, que fugindo à miséria parte com os seus cinco filhos para Milão. O sonho de uma vida melhor cedo se revela uma frustração e a dura vida acaba em tragédia com um dos filhos (uma soberba interpretação de *Renato Salvatori*) assassinando a amante e *Rocco* (papel que deu a *Alain Delon* o estatuto de estrela) a sacrificar-se numa significativa carreira de *boxeur*. Retrato contundente de vidas duras por onde perpassa a miséria, a sensualidade, a violência, mas também a dignidade, especialmente das figuras femininas a que *Visconti* sempre concede uma particular densidade. Essencial a música de *Nino Rota*.

Terra Abrasadora

(Terça, 15.35, RTP2)

Uma plantação de héveas numa zona inóspita da Indochina: *Dennis Carson* hesita na sua vida amorosa entre a mulher de um engenheiro, *Barbara*, que cede aos seus avanços mas se recusa a partilhar a sua forma de vida, e uma prostituta, *Vantine*. Depois de ter sido ferido por *Barbara* numa crise de ciúmes - mas salvando a face desta, fingindo que ela se defendera de si próprio - acaba por escolher *Vantine*. Eis um *melodrama* exótico, curioso também pelo facto de ser talvez esta a primeira vez que é projectado na nossa televisão, e que ficou marcado pela presença incendiária de *Jean Harlow*, na época particularmente provocante.

Braveheart, O Desafio do Guerreiro

(Quarta, 22.10, RTP1)

Após uma crise dinástica, a Escócia é integrada na Inglaterra em finais do século XIII, aproveitando a coroa inglesa para humilhar e dominar a dividida nobreza escocesa. É então que *William Wallace* forma um exército de patriotas e camponeses que luta contra o ocupante estrangeiro, forçando-o a recuar para as fronteiras do seu país. *Eduardo I*, de Inglaterra, decide então enviar a *Princesa Isabelle* de França, sua nora, para entabular negociações com *Wallace*, mas ela torna-se amante deste e espia de Inglaterra. *Wallace* acaba por ser traído e é preso pelos ingleses, sendo *Robert Bruce*, pretendente ao trono da Escócia,



Rosie Perez e Jeff Bridges, em «Sem Medo de Viver», de Peter Weir

que de novo levanta armas contra eles, vencendo a contenda e assegurando a independência da Escócia. Eis um filme de grande espectáculo (em particular nas cenas das batalhas), realizado com desenvoltura por *Mel Gibson* e que retrata com eficácia o importante papel do patriota escocês *William Wallace*, ficando a marcar o revivalismo do drama histórico cinematográfico. Com o próprio *Mel Gibson* e *Sophie Marceau* nos principais papéis.

Sem Medo de Viver

(Quarta, 23.45, SIC)

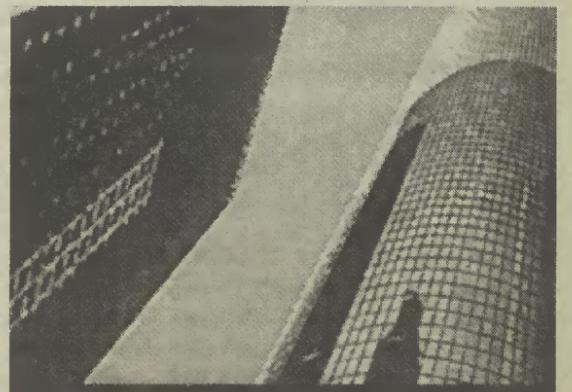
Um homem que escapa a um terrível acidente

de aviação - e que, através dessa experiência dramática, adquire um sentido da vida muito especial, longe dos seus circuitos habituais e da sua própria família - encontra uma outra sobrevivente para a qual, entretanto, tem sido impossível recuperar da perda terrível de um bebé nesse mesmo acidente. E é nesta nova relação, entre estes dois seres humanos que a tragédia assim ligou, que este filme do cineasta australiano *Peter Weir*, segundo as referências, se impõe ao espectador, através de uma escrita e representação notáveis. Com *Jeff Bridges*, *Rosie Perez* e *Isabella Rossellini*.

CABO & SATÉLITE

Um melodrama «a sério»!

Já não se usa - e por isso não pode perder-se! Com «*Now, Voyager*» estamos perante um *melodrama* «dos antigos», transformado em *filme de culto* pelos cinéfilos, realizado em 1942 por *Irving Rapper* e com *Bette Davis* e *Paul Henreid* nos principais papéis. Ela é, do ponto de vista amoroso, uma mulher reprimida e recalcada cujo psiquiatra ajuda a desinibir e a transformar por completo. Ele é o homem que vai ajudá-la a cumprir essa sua ambição. Diálogos, às vezes, tragicamente risíveis, seqüências de arrastar até às lágrimas, música a condizer - num filme que se não fosse como é seria intragável! (TNT, Quinta, das 19 às 21 horas, versão original sem legendas)



Arquitectura, é o tema

Trata-se, sem dúvida, de um tema que promete - este que dá hoje a tónica à emissão nocturna do canal *Arte*. Tudo começa às 19.45, com um documentário de *Christophe Tuckfield* dedicado a *Renzo Piano*, co-autor (com *Richard Rogers*) do *Centro Cultural Georges-Pompidou* em Paris. Um filme rodado na Europa, no Japão, nos EUA, enfim, por todo o sítio onde *Piano* deixou obra. Depois, «*Paris Poussière*», é um outro documentário sobre os imóveis (e os quarteirões e os bairros) construídos nestas últimas duas décadas na capital francesa e dos cuidados especiais (e imaginativos) para a sua conservação e limpeza. Logo a seguir, «*Le Releve*» fala-nos dos jovens arquitectos holandeses e da coabitação entre a utopia e o pragmatismo nas suas propostas estéticas. Finalmente, a noite acaba com um filme notável de *Peter Greenway* (Gr.Br./It./1987, versão original com legendas em francês), intitulado «*The Belly of the Architect*», com *Brian Dennehy*, no principal papel (talvez o melhor da sua carreira) (*Arte*, entre as 19.45 e as 24.00)

Atletismo em Pista Coberta

É já esta semana que tem início em Maebashi, no Japão, mais um *Campeonato Mundial de Atletismo* em pista coberta, um certame desportivo que atrai as atenções de milhões de espectadores em todo o mundo. Os portugueses, para além das emissões que a RTP 2 lhe dedica, poderão seguir este campeonato - e as actuações de alguns



atletas portugueses com perspectivas de boas classificações - através das transmissões em directo e em diferido do *Eurosport*. A partir de Sexta-feira. (*Eurosport*, Sexta, às 07.30 e às 22 horas; Sábado, às 07.30, 12.30 e 22 horas; Domingo, às 06.30, 16 horas e 22.15; Segunda, às 09.30)



Os «anos de ouro» da televisão

Cansado de tantas e tantas horas de lixo televisivo, confesso que me preparei com grande antecedência para assistir refastelado à projecção, na RTP 1, de um dos últimos «Lotação Esgotada» - precisamente aquele em que era transmitido «O Último Imperador», de Bertolucci.

Claro que eu já sabia que o esplendor visual do filme, reforçado pela fabulosa direcção de fotografia de Vittorio Storaro, não se compadecia com os limites estreitos da pequena caixa televisiva. Mas era-me difícil acreditar que, a seguir ao genérico do filme, tudo se fosse tornar ainda mais... pindérico: através do famigerado processo *pan & scan*, o formato *cinemascope* estreitava-se, ainda mais, de 16x9 para 4x3, provocando criminosos cortes laterais no quadro da imagem e suscitando movimentos de «panorâmica» não previstos pelo autor do filme.

Espantoso é que estes atropelos (como tantos outros em muitas outras áreas das artes e da cultura) se continuem a passar - anos a fio, direcções de programas a fio, administrações a fio, secretários de Estado a fio, parlamentos a fio! - no chamado «serviço público» de televisão. Como se estes assomos de desprezo totalitarista pela integridade das obras de arte e pelos direitos de autor não relevem, também, da esfera do «político»!

Mas, mais espantoso ainda, é que, num dos últimos programas da série «O Meu Cinema» (agora na RTP 2), uma personalidade com o estatuto e as responsabilidades intelectuais e institucionais de João

um dos chefes de fila de um movimento que, não apenas nos corajosos gestos de contestação, mas pela própria prática artística, contribuiu para que os anos 50 e 60 representassem o período de ouro da televisão norte-americana. Uma época marcada pela enorme influência de artistas e técnicos, de educação e prática política e social de tendência liberal, muitos deles saídos das lutas contra a paranóia anticomunista e a «caça às bruxas» de McCarthy e quejandos e que coincidiram, em muitos casos, na passagem do mundo da televisão para o mundo do cinema - embora Serling só muito esporadicamente tenha escrito para a 7.ª arte, logo se destacando nesse verdadeiro manifesto anti-guerra fria que foi «Seven Days in May», realizado por John Frankenheimer (1964).

São estes tempos, ricos e contraditórios, que admiravelmente nos mostra o documentário «Rod Serling: Submitted to Your Approval» - título sugestivo e significativo, tendo em conta os processos de controlo que os todo-poderosos da indústria televisiva haviam implantado no sistema - para tal servindo-se dos depoimentos de muitos seus contemporâneos, hoje ainda vivos, e de excertos de obras que proporcionaram ao dramaturgo a conquista de várias e valiosas distinções.

Séries e peças de teatro que ficaram a caracterizar uma carreira de êxitos de grande impacto público - começando pela sua colaboração em prestigiados espaços do drama televisivo, como «Kraft Television Theater» (NBC), «Studio One» (CBS) e, sobretudo, «Payhouse 90» (da mesma CBS). Destes seus trabalhos, constituem retratos de toda uma época o estudo psicológico «Patterns» (1956) e os fabulosos dramas «Requiem Para um Peso Pesado» (1956), com uma interpretação notável de Jack Palance, ou «The Comedian» (1957).

Mas foram sem dúvida os 156 episódios da série fantástica «Twilight Zone» / «A Quinta Dimensão» (transmitida com imenso êxito também entre nós, na RTP) que acabaram por granjear a Rod Serling os mais altos louros, não apenas pela inovação que ele imprimiu à escrita televisiva mas também pelo forma como ultrapassava os problemas da censura, tantas vezes travestidos dos chamados «códigos morais», para abordar nos seus argumentos, servindo-se dos artificios da «ficção científica» e da introdução de personagens, às vezes pertencentes a «outros mundos», problemas do quotidiano das nossas sociedades e assim denunciando o totalitarismo, a guerra, a prepotência, a exploração.

Nesse sentido, como foi amplamente enunciado no documentário por tantos dos seus participantes, Serling mostrava a sua opção pelos desalojados, pelos não-amados, pelos rejeitados da sociedade, estigmatizando (mesmo que simbólica e indirectamente) a perpetuação das mentalidades nazis e racistas.

Não deixa de ser significativo que este longo documentário esteja integrado numa série de grande prestígio - intitulada «American Masters» e produzida pela PBS, a altamente considerada televisão pública norte-americana - uma série que, há mais de uma década, se destina a dar a conhecer os grandes vultos da cultura e das artes dos EUA. Isto num país em que a classe dominante e as suas tentaculares correias de transmissão em todas as áreas são insuspeitas de nutrir grandes simpatias por tudo o que lhes cheira a «serviço público» ou a «intervenção do Estado» na esfera política, económica, social e cultural.

Pelo que, ao ver esta série, não deixo de confirmar a ideia de que, por cá, a todos os níveis, continuamos a topar com muitos mais papistas que o próprio Papa. Coisa que, aliás, há muito se sabia!

TVISTO

■ Francisco Costa



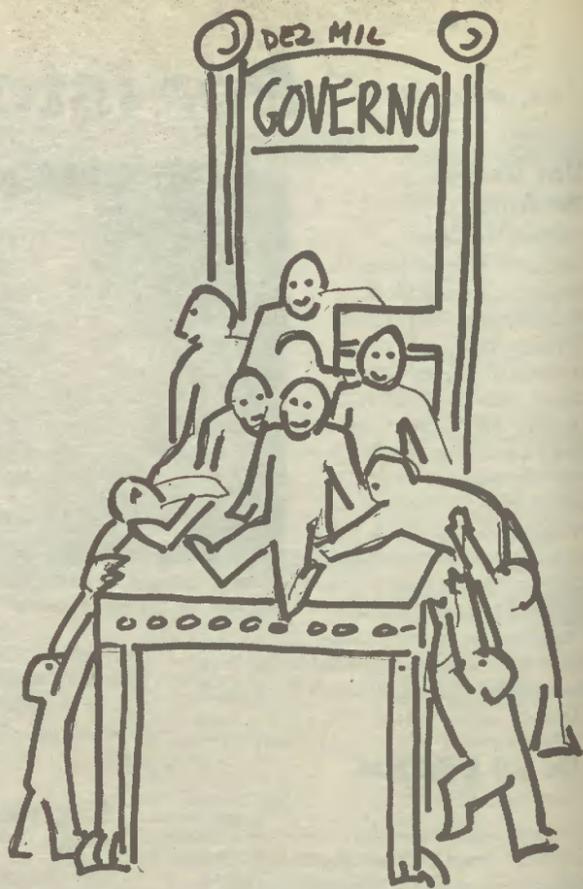
Cliff Robertson, um ventríloquo sinistro num episódio de «A Quinta Dimensão»

Bénard da Costa se não tenha dado ao trabalho de visionar previamente a cópia do filme que iria ser transmitido nessa noite - «Cruel Vitória» (Bitter Victory), de Nicholas Ray - assim dando involuntária mas objectiva cobertura a estes atropelos, em vez de verificar que todas as virtualidades que calorosa e amplamente assinalara ao mesmo filme iriam ser, nas duas horas seguintes, subvertidas e estropiadas, precisamente pelo mesmo processo!

Foi a pensar nisto que tive a feliz oportunidade de assistir, em dois domingos seguidos, no espaço «Artes e Letras», às duas partes em que foi dividido um excelente documentário sobre a personalidade de Rod Serling, um dos mais importantes expoentes da dramaturgia televisiva dos EUA, a partir dos anos 50.

É que a importância decisiva de Serling não residiu, apenas, no seu especial talento para escrever imaginativos argumentos e admiráveis diálogos para as suas peças e séries de televisão - ele jamais deixou de intervir em outras esferas, como influente contestatário da mediocridade televisiva que, em geral, grassava no panorama audiovisual do seu país nestas áreas de expressão artística.

Rod Serling transformou-se, assim, em



A loja dos dez mil

Talvez o mal fosse Guterres ter sido tão peremptório quando, ao ganhar as eleições e formar governo, ter dito que não ia haver *jobs for the boys*. Disse-o em inglês, a ver se muita gente não percebia de que se tratava precisamente de não haver empregos para a rapaziada. Se o afirmasse em português, a generalidade dos eleitores, não familiarizados com a língua de Blair e de Clinton, receariam que afinal o seu voto tivesse sido deitado ao lixo e que o Governo do PS, tão de esquerda e tão católico, afinal não queria saber da questão do desemprego para nada. Nas hostes do PS, porém, logo grande vozearia se levantou. Não só percebiam perfeitamente o que em inglês dissera o Primeiro-Ministro, como entenderam o recado - a política praticada por Cavaco, distribuindo lugares e tachos pelos apaniguados do PSD ia ter um fim. E afinal por que se tinham batido eles, socialistas de primeira apanha - os de segunda nem ligaram, pois haviam feito longo caminho «ideológico» de aproximação ao tacho - se não houvesse distribuição de benesses?

Por entre a gritaria de um PSD ofendido e de um PS a ver-se preterido na «política» dos lugares, lá se foi descortinando que era tudo conversa. No poder, após largo jejum, a fome era muita. E se a maioria era relativa, a vontade era absoluta de fartar. Ao longo dos meses e de poucos anos, foi-se vendo que as coisas não eram bem assim como Guterres dissera em inglês e bastas vezes as oposições - e os comunistas nomeadamente - denunciaram os *jobs* que escandalosamente o Governo distribuía pelos seus *boys* e pelos seus novos amigos que haviam escolhido a «transição de esquerda» para o... capitalismo. Comissões, grupos de «trabalho», direcções, gabinetes, assessorias, as escadinhas e os nichos do poder foram sendo preenchidos pelo enxame socialista. Até nas câmaras municipais cor-de-rosa. Uma delas, a de Cascais, onde o convertido Judas criou ninho, foi tão longe na criação de lugares bem pagos que ficou conhecida por... loja dos trezentos.

Mas a contabilidade que fez recentemente escândalo não se ocupou de câmaras. Foi ao cerne do poder, quer-se dizer, ao Governo. O insuspeito «Diário de Notícias» investigou. Com base, segundo afirma, «numa exaustiva leitura do «Diário da República»», o jornal dirigido por Bettencourt Resendes fez as contas e concluiu que, em três anos, o PS deu *jobs* a dez mil! Só até 13 de Novembro do ano passado, momento em que o «investigador» terá terminado a leitura exaustiva, o Executivo de Guterres havia feito 9714 nomeações, «distribuídas da seguinte forma: 3472 em comissões e grupos de trabalho, 4954 em funções de direcção e

afins e 1288 nos próprios gabinetes de membros do Governo»!

E revela o DN que, «só no que se refere a nomeações directamente assinadas pelo Primeiro-Ministro, a cifra ultrapassa já o meio milhão. António Guterres nomeou 230 *boys* para comissões ou grupos de trabalho, 272 para cargos directivos do Estado e 63 elementos para o seu gabinete».

Olha se ele não tem dito nada? Se, em vez de prometer que não ia haver *jobs*, houvesse omitido a tão incómoda frase?

Mas não adianta ir perguntar ao passado como teria sido se assim não houvesse acontecido. Nem valerá arranjar desculpas para a desastrada frase ou para a escandalosa prática que a desmentiu. Muita gente ainda se lembra que Guterres não tem jeito para os números, dir-se-ia. Ou: afinal não se trata propriamente de *boys*, mas de gente já crescidinha, Guterres não iria fomentar o trabalho infantil, já basta deixá-lo andar proliferando.

O que pode uma vez mais concluir-se é que a diferença é grande entre o que Guterres diz e o que faz. Como escrevia na passada semana, nas páginas do nosso jornal, o camarada Jerónimo de Sousa, «para o Governo importa dar mais relevância ao estilo do que à substância política. Acima de tudo, importa-lhe que os trabalhadores retenham o que parece e não aquilo que é».

Mas a diferença entre o discurso e a prática vai-se alargando à medida que a prática avança. E Guterres não se coíbe, mesmo, de fazer discurso «de esquerda», para português ouvir ou inglês ver (ou para calar os alegres companheiros que gostariam de um discurso mais «socialista» a cobrir a nudez feia da política de direita).

Então não foi ainda há pouco, no congresso-espectáculo do PS, que Guterres, o chefe de um governo que recebeu o aval dos grandes capitalistas mesmo antes de tomar posse e tem cumprido à risca o que lhes prometeu, teve o descaramento de «indignar-se» com a concentração da riqueza, no mundo, às mãos de poucas centenas de grandes fortunas?

Mas o discurso vai continuar e promete vir a ser mais colorido, à medida que as eleições se aproximam. Já nele cairam alguns, amaciados com palavras de «esquerda» e com o respectivo pagamento, como de resto o trabalho publicado no «Diário de Notícias» não deixa de salientar. Continuarão as piscadelas de olho. Até parece que a moda pegou de afirmarem alguns destacados membros do PS que o PCP «não tem lepra». Pois não tem. O PS não a terá também. O que tem lepra é a política de direita. E o contágio pode ser fatal.

CRÓNICA

■ Leandro Martins



«O Carteiro de Neruda»



«O Cerco de Leninegrado»



«Amor de D. Perlimplim...»

TEATRO

Espectáculos em digressão

A Companhia de Teatro de Almada vem apresentando em várias localidades do país três peças que são igualmente três grandes êxitos que fazem parte do seu repertório, a saber: «O Carteiro de Neruda», de Antonio Shármeta, «O Cerco de Leninegrado», de José Sanchis Sinisterra, e «Amor de D. Perlimplim com Belisa em seu Jardim», de Federico Garcia Lorca. Quem, por exemplo, ainda não viu esta última encenação de Joaquim Benite, director da companhia, poderá assistir à sua representação no próprio Teatro Municipal de Almada até ao próximo Domingo, com espectáculos às 21.30 (dias úteis) e 16 horas (domingo). Diz-se no texto de apresentação deste espectáculo: «Francisco Costa em D. Perlimplim e São José Correia em Belisa dão corpo a esta alegoria erótica de Federico Garcia Lorca, que constitui um dos seus mais enigmáticos e ao mesmo tempo mais esclarecedores textos. O amor de Perlimplim por Belisa cumpre-se num quadro de embuste e de tragédia, marcas do grande teatro de Lorca. Uma encenação extremamente poética e depurada de Joaquim Benite que transforma a farsa de Perlimplim num rendilhado de subtilidades poéticas, de ambiência tchekoviana.» Com Francisco Costa, Teresa Gafeira, São José Correia, Maria Frade, Nuno Simões e Miguel Martins.

«Romeu e Julieta» no Trindade

Até ao próximo dia 20 de Março continua em cena, no Teatro da Trindade, a célebre peça «Romeu e Julieta», de William Shakespeare (de terça a sábado às 21.30 e aos domingos pelas 16 horas), numa criação teatral de J. M. Fraga. Segundo o texto de apresentação do programa, o espectáculo «conta a história de um beijo e de um sonho roubados à morte numa encenação de grande ousadia mas que recusa afastar-se do



«Romeu e Julieta»

texto original. No palco de cenário despojado vão estar 22 jovens actores e atrizes que mergulham na vertigem da paixão, da revolta, dos prazeres, da intriga».

EXPOSIÇÕES

Exposição no «Dia Internacional da Mulher»

É inaugurada amanhã às 18.30, no átrio principal do Centro Comercial «Fonte Nova», uma exposição intitulada «Rostos e Percursos», integrada no Dia Internacional da Mulher, dia de Solidariedade e de Alegria, de Amizade e de Luta, de Riso e de Ternura. Organizada pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, a exposição é dedicada às figuras de quatro mulheres que marcaram a sua época - Maria Alda Nogueira, Matilde Rosa Araújo, Luzia Maria Martins e Laura Ayres e será complementada pela edição de uma brochura subordinada ao título «O Século XX e a Evolução do Estatuto da Mulher», na qual participaram diversas individualidades da vida portuguesa, nas áreas da literatura, saúde, sindicalismo, política, ensino e desporto.



Exposição Rostos e Percursos

5 a 19 de Março/99

ESCAPARATE

Vários espectáculos de bailado

E já na próxima quarta-feira 10 - com espectáculos a prolongarem-se por 11, 12 e 13 do corrente - que será apresentado no palco do Grande Auditório da FCG o Programa 3 da presente Temporada de Bailado do Ballet Gulbenkian. Este programa é constituído por três bailados. «Un/Do», uma estreia em Portugal, com coreografia de Tero Saarinen, figurinos de Dalia Lider e Tero Saarinen, luzes de Mikki Kunttu, com música de Sonic Youth, Mogwai, Kiss my Jazz, Valentino, Bästard e Peter Principle; «The Vile Parody of Address», com coreografia, cenário, figurinos e luzes de William Forsythe para a música de Johann Sebastian Bach; e «Les Noces», com coreografia de Angelin Preljocaj, luzes de Jacques Chatelet e música de Igor Stravinsky.

Entretanto, nas próximas quarta e quinta-feira, 10 e 11, pelas 21.30, no Grande Auditório do CCB, é a vez de se apresentar a Batsheva Dance Company, companhia israelita fundada por Martha Graham e que hoje, sob a direcção de Ohad Naharin, dançará «Anaphase», um bailado com música de Aaron Copland, Guem, Arvo Pärt, Rolf Wallin, Avi Belleli, Dan Markov e do próprio Ohad Naharin. Segundo o texto de apresentação do programa, trata-se de «uma peça poética, festiva e imaginativa, executada com um virtuosismo excepcional por um grupo de 23 excelentes bai-

larinos», combinando «música rock ao vivo com os sons suaves de Arvo Pärt e as colagens caóticas de John Zorn».

Mas tudo começa, nesta área, com o espectáculo de bailado que no dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, será apresentado às 21.45 no Fórum Municipal Romeu Correia,



Os coreógrafos William Forsythe, Tero Saarinen e Angelin Preljocaj

naquela cidade da margem sul. «Dança com Lorca», se chama o espectáculo, e, segundo reza o programa, «fizemos esta viagem pela poesia de Garcia Lorca para que este espectáculo possa ser uma ponte da alma para o corpo com um suporte de sons e palavras. Também como objectivo primordial deste projecto, a divulgação da poesia propriamente dita, imediatamente associada à musicalidade das palavras, como suporte da musicalidade dos corpos, através da dança». As bailarinas são Maria João Garcia e Maria José Bernardino, a coreografia e a voz de Yolanda Alves, os poemas de Federico Garcia Lorca, e a produção de Catarina Moreira, do Teatro de Papel.

LIVROS



A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo

Dará certamente que falar este livro de Philippe Paraire, A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo, recentemente publicado pelas Edições Avante! e apresentado por Sérgio Ribeiro. Trata-se, como se chama a atenção em subtítulo, de um Ensaio contra o FMI, a OMC e o Banco Mundial, traduzido Olímpio Lucas Sobral e Eunice Malaquias. Não faltam, no livro, dados bastantes para que o leitor se dê conta da construção, a nível mundial, de uma nova ordem económica e política que concentra a riqueza nas mãos de uns poucos e gera a miséria em milhares de milhões. Em Notas para abrir o apetite, Sérgio Ribeiro, que salienta o interesse deste trabalho, não deixa de lhe fazer alguns reparos oportunos, ao mesmo tempo que convida à sua leitura.



A Poesia de Alberto de Serpa

Mais um livro editado pela Campo das Letras, na sua estimável colecção Obras Clássicas da Literatura Portuguesa - colecção para a qual chamámos a atenção na passada semana e a propósito de outra publicação. Desta vez, em edição de Luís Adriano Carlos, aí está a Poesia de Alberto de Serpa, um poeta que ocupou lugar destacado no movimento do Segundo Modernismo da Presença, nos anos 30 e 40. Com uma vida que atravessou o século - o poeta nasceu em 1906, no Porto, e faleceu em 1992 - Alberto de Serpa não é dos nomes mais conhecidos da produção literária portuguesa, mas é certamente dos mais representativos da sua época e do movimento em que se integrou.

MÚSICA

Boulez no Coliseu

É já amanhã às 21 horas, no Coliseu dos Recreios (em Lisboa) que o grande compositor Pierre Boulez, maestro titular da Philharmonia Orchestra, estará à frente desta orquestra e do Ensemble Intercontemporain num concerto integrado no «Ciclo Grandes Orquestras Mundiais» da presente Temporada de Música da FCG. O programa inclui as seguintes obras:



Pierre Boulez

Sinfonia de Câmara n.º 1, op. 9, Variações para Orquestra, op. 31 e «Lied der Waldaube», três composições de Arnold Schönberg (a última das quais com a participação de Yvonne Naef (meio-soprano) e, ainda, Cinco Peças para Orquestra op. 10, de Anton Webern e Rückert Lieder, de Gustav Mahler.

Concertos pela Metropolitana de Lisboa

Realizam-se nos próximos dias alguns dos concertos da presente temporada da Orquestra Metropolitana de Lisboa, sob a direcção Emil Tabakov. O programa itinerante é constituído pelas seguintes peças: «Ma Mère L'Oie» de Ravel; «Petite Suite» de Debussy; Concerto para Cordas do próprio Tabakov; e Sinfonia n.º 1 em Ré Maior «Clássica» op. 25 de Prokofiev. Os concertos realizam-se na Sociedade de Geografia no Sábado 6 às 21.30; no Salão de Festas «Joaquim Nunes Janeiro» da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, em Alcochete, no Domingo 9 pelas 17 horas; e no Salão Nobre da Reitoria de Lisboa na Segunda 8, às 21.30.



Sergei Prokofiev

ATALHE DE FOICE

A nova ordem do xerife americano

A indiferença internacional face à divulgação dos resultados das autópsias do alegado «massacre» do Kosovo, que afinal não existiu, não é acidental e muito menos inocente.

Depois da insistência, semanas a fio, na tese do «massacre», o silenciamento desses resultados confirma que as vozes do pensamento único estão interessadas em tudo excepto na reposição da verdade. A diabolização do regime de Belgrado continua a ser fundamental para «justificação» da entrada das forças da NATO no Kosovo, mesmo à revelia da Carta das Nações Unidas e do direito internacional.

Esta atitude vem, de resto, sublinhar, uma vez mais, a duplicidade da «nova ordem internacional» imposta pelos EUA e os seus aliados. As alegadas preocupações com os direitos humanos, matraqueadas até à exaustão no caso do Kosovo, estão ausentes ou mal são a floradas nos múltiplos confrontos armados - alguns bem mais antigos e de maiores dimensões - que se registam em diversas partes do mundo.

A ocupação do Sul do Líbano por parte de Israel dura há duas décadas; o permanente conflito no Médio Oriente desde a criação artificial do Estado hebraico, que se arrasta ainda há mais tempo, provocou já centenas de milhar de vítimas entre palestinianos, libaneses, jordanos e sírios. E no entanto nunca a «comunidade internacional» - ou seja os EUA - considerou «excessivo» o uso da força por parte de Israel ou encarou a «necessidade» de intervenção da NATO no conflito.

E porquê? Porque Israel é um aliado dos norte-americanos.

O mesmo se pode dizer em relação à Turquia - que continua a ocupar uma parte de Chipre - e à sua política de genocídio do povo curdo; ou em relação à Indonésia e idêntica prática em relação aos timorenses, só para citar os casos mais recentes. O que estes regimes têm de comum, para além de nem em relação ao seu próprio povo respeitarem os direitos humanos, é o de serem todos aliados dos EUA.

O Iraque continua a ser bombardeado por norte-americanos e britânicos por «violar» o seu próprio espaço aéreo, e isso é considerado «normal».

A Grã-Bretanha ainda ocupa a Irlanda do Norte, mas o facto não merece reparos dos seus parceiros, designadamente da NATO.

Angola está de novo dilacerada pela guerra, mas enquanto os interesses ocidentais não forem postos em causa não faltam abastecimentos à Unita, um movimento armado que, tendo perdido as eleições por todos reconhecidas como legítimas, pretende conseguir pelas armas o que não ganhou nas urnas. Também não consta que os interesses do galo negro nos EUA tenham sido afectados por esta realidade.

A Coreia do Sul acaba de libertar, entre muitos outros, um preso político encarcerado há mais de quarenta anos. Os EUA nunca falaram no assunto, ou não fosse o regime sul-coreano uma ponta-de-lança dos seus interesses na região.

Os exemplos podiam multiplicar-se, mas não vale a pena. O facto é que lá onde existem, seja em que circunstâncias for, regimes afectos aos EUA, todos os atropelos à paz, à democracia, aos direitos humanos são considerados pecadilhos menores, ultrapassáveis com «recomendações» amigáveis. Em caso contrário, a NATO ou os seus sucedâneos entram em acção. É a «nova ordem» do xerife americano.

■ Anabela Fino

Força PCP! Comemorações em todo o País

«Força PCP! A Esquerda que faz a diferença» é o lema que marca as comemorações do 78.º aniversário do Partido Comunista Português, que será assinalado, com as mais diversas iniciativas, por todo o País.

Em Lisboa, as comemorações assumirão particular destaque no comício a realizar no Pavilhão Carlos Lopes, pelas 16 horas de dia 6 de Março, e que conta com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. Intervém igualmente Ilda Figueiredo, do CC do PCP, cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu.

Em véspera do Dia Internacional da Mulher, o PCP saúda todas as mulheres portuguesas, «em particular aquelas que nos mais diversos sectores da sociedade estiveram ou estão em luta por uma sociedade melhor» e saúda, em particular «as mulheres e os homens que, no dia 7 de Março a partir das 15 horas, no Rossio, estarão em luta pela igualdade».

Em panfleto distribuído à população, o PCP sublinha que «a democracia é indissociável da participação em igualdade dos homens e das mulheres, na vida económica, política, social e cultural» e lembra que «a força e o valor da intervenção e da luta das mulheres é fundamental» para alterar políticas que «mantiveram as discriminações no

acesso ao emprego, nos salários, no trabalho precário, na insegurança no emprego, no aumento da pobreza».

gante e o grupo musical Bailia. A iniciativa é promovida pelo MDM e pela Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN.

Para o MDM, trata-se de aproveitar este dia para «reafirmar a nossa convicção de que a igualdade de direitos é uma questão de todos, é uma questão de sociedade, indispensável à

mulheres em todas as esferas da vida nacional; adoptar políticas eficazes e articuladas que dêem concretização ao princípio da igualdade de oportunidades; fazer cumprir as normas legais e contratuais em vigor relativas à maternidade/paternidade e punir os que discriminam as mulheres no emprego

Festa no Rossio

Dia 7 de Março, pelas 15 horas, no Rossio, o Dia Internacional da Mulher será assinalado por uma concentração/espectáculo que inclui um espectáculo musical com Isabel Silvestre acompanhada pelo Grupo Nave-

justiça, ao progresso e ao desenvolvimento».

A Comissão Nacional de Mulheres da CGTP defende que o caminho potenciador da igualdade passa por «valorizar a dimensão humana do trabalho, os direitos e a importância do papel e do contributo das

em razão da maternidade: promover uma efectiva conciliação entre a vida profissional e familiar, com redução dos horários de trabalho (sem redução dos salários) e incentivar a criação de estruturas sociais de apoio às crianças e aos idosos».

Movimento Democrático de Mulheres

Convívio na Marinha Grande

Cerca de 250 mulheres participaram, dia 21 de Fevereiro,

numa visita ao Museu do Vidro, na Marinha Grande.

Uma iniciativa promovida pelo Movimento Democrático

de Mulheres - MDM, que juntou mulheres de Setúbal, Almada, Moita, Sesimbra, Vila Franca de Xira, Montijo e Lisboa para prestar solidariedade às mulheres lutadoras da Marinha Grande.

A iniciativa desdobrou-se numa ida ao Museu do Vidro, que permitiu conhecer de perto a história das mulheres da Marinha Grande e num convívio, que decorreu na colectividade da Ordem e que serviu, nas palavras de uma dirigente do MDM, para juntar mulheres em torno de algumas linhas gerais que sempre têm orientado a actividade deste movimento feminino - «contra a discriminação e pela igualdade de oportunidades no trabalho». Exigências que mantêm a sua actualidade, pois as mulheres continuam a ser vítimas de discriminação e injustiças, nomeadamente no que respeita ao emprego.

Esta iniciativa enquadra-se nas comemorações dos 30 anos do MDM.



Convívio de mulheres na Marinha Grande

Comunistas dos Transportes repudiam pacote laboral

«Uma das mais cínicas e hipócritas operações do Governo do PS e um sério ataque ao pilar social do regime democrático saído do 25 de Abril» - é nestes termos que o Organismo de Direcção do Sector dos Transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP classifica o conjunto de diplomas que visam a alteração da legislação laboral.

Os comunistas dos transportes consideram que, com esta ofensiva contra os trabalhadores, o PS se coloca «definitiva e inequivocamente ao lado do patronado e deita por terra todo o discurso social».

A Direcção do Sector condena ainda todo o processo que envolve a privatização da TAP e responsabiliza o Governo pela degradação da gestão, delapida-

ção do património e «auténtica canibalização da TAP pela Swissair».

Neste quadro, o sector de transportes da ORL apela aos trabalhadores do sector para que participem activamente nas jornadas de luta contra o pacote laboral, promovidas pela CGTP-IN e, em particular, nas jornadas de luta de 11 e 25 de Março.



06399